



Nicolle Bueno Timm

JORNALISMO SOBRE INVESTIGAÇÕES:

uma análise do avanço do fenômeno impulsionado
pelos construtores de notícias.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Azevedo de Aguiar

Rio de Janeiro
Abril de 2025



Nicolle Bueno Timm

JORNALISMO SOBRE INVESTIGAÇÕES:

uma análise do avanço do fenômeno impulsionado
pelos construtores de notícias.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Leonel de Azevedo Aguiar

Orientador

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Dra. Camila Welikson

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Dr. Roberto José Marinho Falcão

Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA)

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2025

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Nicolle Bueno Timm

Graduou-se em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 2019. Concluiu especialização em Direito Penal e Criminologia, também pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 2021. Pesquisa sobre as experiências profissionais jornalísticas e já atuou em várias das principais emissoras do país. É repórter de tv e apresentadora na TV Record do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Timm, Nicolle Bueno

Jornalismo sobre investigações : uma análise do avanço do fenômeno impulsionado pelos construtores de notícias / Nicolle Bueno Timm ; orientador: Leonel Azevedo de Aguiar. – 2025.

145 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2025.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Jornalismo investigativo. 3. Jornalismo sobre investigações. 4. Newsmaking. 5. Fontes jornalísticas. 6. Construtores de notícias. I. Aguiar, Leonel Azevedo de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

À querida Vó Tina, que, aonde quer
que esteja, sei que segue
acompanhando meus passos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter chegado até aqui. Por vários momentos, senti que poderia não conseguir, mas Ele, como em todos os momentos da minha vida, não permitiu que eu desanimasse. A fé foi a minha maior aliada.

Do outro lado, estava meu orientador Leonel Azevedo de Aguiar, que nos períodos mais difíceis durante o processo de escrita esteve ali, incansável, para me motivar, incentivar e confiar em mim - até mais do que eu mesma estava confiando. Uma grande referência de profissional para mim por tamanha competência e gabarito, Leonel foi um parceiro fundamental nesse processo, desde as discussões em sala de aula, as orientações de leitura, até os pedidos de socorro atendidos a qualquer momento. Ele sabe o quanto a academia e o mercado jornalístico andam em desalinho (e o quanto nós profissionais que gostamos de nos aprofundar academicamente mesmo atuando em veículos de comunicação sofremos por isso!). A compreensão de Leonel diante dos meus compromissos de trabalho e a confiança de que eu estava me dedicando a esta pesquisa foram catapultas para que eu chegasse aqui. Tinha que ser o Leonel. E a ele, toda a minha gratidão.

Em paralelo, estava a minha família. Mesmo a mais de 1500 km de distância, meus pais e meu irmão, Thomaz, acompanharam todo o processo do Mestrado de perto - incluindo a celebração por ter passado no processo seletivo até este momento de defesa. Por muitas vezes, foram meus maiores incentivadores, perguntando a todo momento como estava o andamento da pesquisa e a escrita da dissertação. Não me deixaram desistir em nenhum segundo - eles sabiam o quanto isso era importante pra mim. Foram minha base, como sempre, e inspiração. Rita e Edgar, a filha de vocês também seguiu os seus passos e descobriu que tinham razão - o meio acadêmico é realmente fantástico. Muito obrigada, de coração. A gente entra no Jornalismo pensando e querendo mudar o mundo, mas a verdade é que vocês, como professores, sempre me ensinaram que a ferramenta mais potente para mudar o mundo é a Educação. Sigo fazendo a minha parte.

Resumo

Timm, Nicolle Bueno. Aguiar, Leonel Azevedo de. **Jornalismo sobre investigações: uma análise do avanço do fenômeno impulsionado pelos construtores de notícias.** Rio de Janeiro, 2025, 145 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os avanços tecnológicos e as novas plataformas de comunicação conquistam a cada dia mais espaço nos veículos de comunicação. Práticas e potentes, as ferramentas servem como grandes aliadas para facilitar o dia a dia na apuração jornalística. No entanto, também trouxeram uma série de mudanças na rotina de produção de notícias - nem todas positivas. Com o enxugamento das redações e as demissões em massa, a falta de investimentos nas empresas jornalísticas levou à máxima de se fazer mais com menos. Um dos segmentos mais afetados nesse sentido é o jornalismo investigativo, que, apesar de ser considerado como um dos mais prestigiados e nobres da profissão, demanda tempo e um alto investimento. Frente a isso, surge um novo fenômeno - o jornalismo sobre investigações, que tem avançado cada vez mais diante da facilidade de acesso a fontes, sem necessidade de deslocamentos. Partindo desse cenário como contexto, foram analisadas reportagens veiculadas no principal site de notícias do país, o portal G1, que tinham tom investigativo, mas eram pautadas por investigações em andamento por órgãos oficiais. O objetivo principal deste trabalho é compreender de que forma as fontes, que podem ser consideradas construtoras de notícias, influenciam no avanço deste fenômeno e os riscos e consequências dele.

Palavras-chave

Jornalismo Investigativo. Jornalismo sobre investigações. *Newsmaking*. Fontes jornalísticas. Construtores de notícias. Definidores primários.

Abstract

Timm, Nicolle Bueno. Aguiar, Leonel Azevedo de (advisor). **Journalism about investigations: an analysis of the phenomenon increased by newsmakers.** Rio de Janeiro, 2025, 145 p. Dissertation - Communication Department, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Technological advances and new communication platforms are gaining more space in communication vehicles every day. Practical and powerful, the tools serve as great allies to facilitate day-to-day journalistic investigation. However, they also brought a series of changes to the news production routine - not all of them positive. With the downsizing of newsrooms and mass layoffs, the lack of investment in journalistic companies led to the maxim of doing more with less. One of the most affected segments in this sense is the investigative journalism, which, despite being considered one of the most prestigious and noble of the profession, demands time and a high investment. Faced with this, a new phenomenon has emerged - journalism about investigations, which has increasingly advanced due to the ease of access to sources, with less costs. Using this scenario as context, this study analyzed reports published on the country's main news website (G1), which had an investigative tone, but were guided by ongoing investigations by official sources. The main objective of this work is to understand how sources, which can be considered news builders, influence the advancement of this phenomenon and its risks and consequences.

Keywords

Investigative Journalism. Journalism about investigations. Newsmaking. Journalistic sources. News makers. Primary Definers.

Sumário

Introdução	10
1 O apogeu e o retrocesso do jornalismo investigativo	14
1.1 História e definições sobre jornalismo investigativo	16
1.2 Aspectos técnicos e teóricos do jornalismo investigativo	25
1.3 A crise nas redações	29
1.4 O impulsionamento do fenômeno do jornalismo sobre investigações	35
2 O processo de produção da notícia	45
2.1 As teorias do jornalismo	47
2.1.1 A teoria do <i>gatekeeper</i>	52
2.1.2 A teoria organizacional	56
2.1.3 A teoria estruturalista	60
2.1.4 A teoria interacionista	64
2.2 Os critérios de noticiabilidade	67
2.2.1 Classificações gerais dos critérios de noticiabilidade	68
2.2.2 Os critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo	70
2.3 As fontes	73
2.4 As mudanças na rotina de produção de notícias	77
3 O jornalismo-release	84
3.1 Metodologia	84
3.2 Uma definição para jornalismo-release	86
3.3 Práticas de jornalismo sobre investigações no portal de notícias “G1 - Rio de Janeiro”	96
3.3.1 Uma análise de notícias do G1 de jornalismo sobre investigações	97

Considerações finais	134
Referências	138

Lista de quadros

Quadro 1 - Critério para classificação como jornalismo sobre investigações.....	128
Quadro 2 - Termos utilizados pelas reportagens que explicitam investigações em andamento que pautaram a reportagem.....	129
Quadro 3 - Fontes citadas na reportagem.....	131

Há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade.

Solano Nascimento

INTRODUÇÃO

A partir da virada dos anos 2000, o mundo passou a viver uma avalanche de avanços tecnológicos. A todo momento, surgiam novas ferramentas e plataformas, um marco para a globalização. Nas últimas duas décadas, o mundo da comunicação viu nascer múltiplas possibilidades para conectar as pessoas - redes sociais, os antigos blogs ou flogs, aplicativos de mensagens instantâneas e muitas outras plataformas. O jornalismo, por sua vez, e assim como todos os setores da sociedade, também acompanhou essas mudanças tecnológicas que apareciam - e seguem aparecendo - de forma cada vez mais rápida. Logo a Reportagem Assistida por Computador (RAC) passou a ganhar espaço no dia a dia dos jornais e as plataformas utilizadas para comunicação entre amigos também começaram a serem utilizadas como instrumento de trabalho.

Pouco antes dos anos 2000, quase que como proféticos, vinte e cinco jornalistas americanos se reuniram para analisar as mudanças que estavam ocorrendo na profissão e a perda de credibilidade do público. Era o ano de 1997 quando nasceu o autodenominado Comitê dos Jornalistas Preocupados. As discussões e considerações acerca do que ocorria na profissão acabaram por resultar em um livro, escrito por Bill Kovach e Tom Rosenstiel. A obra, publicada no Brasil em 2003, já apontava para as mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos. Os autores consideravam que, diante da facilidade de se obter informações, se reescrever e depois direcioná-la ao público, o trabalho de investigação jornalística ficou mais raso. Para eles, os repórteres agora passavam mais tempo buscando algo para acrescentar do que propriamente descobrir algo novo - o que, por consequência, afetou o jornalismo investigativo, que tinha vivido um auge nos Estados Unidos anos antes. Naquela época, há mais de 20 anos, os autores já falavam no surgimento de novas formas dentro do gênero do jornalismo investigativo. Uma delas, a reportagem sobre investigações, que, para eles, já vinha se proliferando desde os anos 1970, diante da dependência dos jornalistas de fontes sigilosas.

Em 2010, um jornalista gaúcho chamado Solano Nascimento recebeu o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa com uma tese de doutorado que se aprofundou nesse tema. Nascimento (2007) definiu os jornalistas como novos escribas, uma vez que passaram apenas a reproduzir informações que recebem, diminuindo cada vez mais a quantidade de investigações próprias. O autor analisou a cobertura jornalística de escândalos políticos em três das principais revistas do país nos anos em que houve eleição presidencial, a partir da redemocratização até a

reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006. A constatação de Nascimento (2007) foi clara: enquanto o jornalismo investigativo caía, perdia espaço nas revistas, o jornalismo sobre investigações crescia de forma exponencial.

Naquele período em que Nascimento (2007) identificou esse fenômeno em ascensão no Brasil, o *Whatsapp* ainda engatinhava - foi criado em 2009, sequer existia no período de divulgação das reportagens selecionadas pelo autor para análise. No entanto, a pesquisa de Nascimento (2007) parece cada vez mais atual. Os alertas que o autor fazia naquele período ainda se aplicam e, talvez, de forma mais contundente.

Com o uso frequente do *Whatsapp*, a ferramenta deixou de ser apenas um meio de comunicação para o dia a dia, se tornou um utensílio de trabalho, principalmente no jornalismo. Se os repórteres já estavam cada vez mais dependentes das tecnologias, como a implementação das Reportagens Assistidas por Computador, agora viraram reféns. A plataforma facilitou o trabalho, agilizou e melhorou o contato com fontes, serviu de ponte entre ouvintes e telespectadores e levou ao surgimento do chamado ‘repórter cidadão’, que vê as irregularidades no seu bairro e imediatamente denuncia aos veículos. Por todos esses e outros benefícios, além de diminuir custos da profissão (como deslocamentos e horas extras de trabalho), o *Whatsapp* virou ferramenta indispensável no dia a dia da apuração jornalística.

Essas facilidades, no entanto, também trouxeram consequências para a produção de notícias. Com os jornalistas cada vez mais ágeis e sem sequer precisarem se deslocar para ter contato próximo com fontes, os veículos de comunicação também viram uma oportunidade de entregar mais conteúdos com menos gastos. O enxugamento das redações e a crise que afetou os veículos de comunicação serviram como pano de fundo para essas mudanças. Assim também ocorreu com o jornalismo investigativo.

Considerado um dos mais prestigiados e nobres gêneros da profissão, o jornalismo investigativo sempre foi cercado por um certo *glamour*. Era o tipo de função que apenas profissionais mais experientes e dedicados a investigações executavam. Entretanto, o resultado de alto nível - que, muitas vezes nem sequer aparece, uma vez que tudo no jornalismo investigativo parte de uma aposta -, exige contrapartidas como tempo e até mesmo gastos, seja com viagens, deslocamentos, acesso a documentos, entre outros. Aos poucos, o jornalismo investigativo foi perdendo espaço - os profissionais agora precisavam entregar mais conteúdos, não ficarem somente debruçados sobre uma única pauta da qual nem se tinha garantia de que iria adiante. As investigações, porém, sempre tiveram um prestígio maior do público. Foi nesse vácuo, nessa lacuna não preenchida, que o fenômeno do jornalismo sobre investigações

começou a despontar. Com tom investigativo, traços de reportagem investigativa e facilidade de produção, a modalidade foi conquistando espaços cada vez maiores. Atualmente, é comum encontrar jornalistas nas redações que redigem diariamente reportagens sobre investigações a partir de *releases* recebidos por fontes oficiais ou até assessorias de imprensa. Como Nascimento (2007) classificou, os novos escribas, muitas vezes, até acreditam, por uma mera confusão de conceitos, estarem fazendo jornalismo investigativo. Uma realidade não só incômoda, mas preocupante.

Partindo deste contexto de avanços tecnológicos e do uso do *Whatsapp* como principal ferramenta de apuração jornalística nos dias atuais, o objetivo principal deste trabalho é compreender de que forma as fontes influenciam no avanço deste fenômeno e os riscos e consequências dele. Para isso, compreende-se neste estudo a ideia de fontes como definidores primários das notícias, um conceito que entende as fontes como as primeiras pessoas a trazerem o enquadramento que será dado à reportagem. Assim, se tornam as construtoras de notícias, que se fortalecem cada vez mais, principalmente no jornalismo sobre investigações. Além disso, o estudo também aborda as características desse tipo de reportagem, para auxiliar a perceber o quanto estão inseridas no dia a dia, redigidas de forma que parecem, de fato, investigativas.

Para responder aos objetivos desta pesquisa, optou-se pela metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Desta forma, foram selecionadas cinco reportagens veiculadas no principal site de notícias do país, o G1, mais especificamente dentro da região do Rio de Janeiro, onde a cobertura policial e, portanto, investigativa, acaba por ser mais frequente. As reportagens escolhidas serviram como uma pequena amostra dos últimos cinco anos, a partir da pandemia de Covid-19, quando novas mudanças também passaram a afetar a rotina jornalística. As cinco foram selecionadas a partir de critérios pré-estabelecidos, como tamanho do texto e temática.

A partir desta metodologia, o estudo se estruturou em três capítulos. O primeiro trata sobre o contexto por trás desse fenômeno pesquisado - explora o apogeu e o retrocesso do jornalismo investigativo, trazendo informações acerca da história do jornalismo investigativo, sua expansão e definições do termo, com base nas publicações de Cleofe Monteiro de Sequeira (2005), Ricardo Noblat (2014), Solano Nascimento (2007 e 2010), Nilson Lage (2014), Dirceu Fernandes Lopes e José Luiz Proença (2003), Leandro Fortes (2005), Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) e Leonel Aguiar (2006). Nesse mesmo capítulo, também são abordados os aspectos técnicos e teóricos do jornalismo investigativo, a crise nas redações e o impulsionamento do fenômeno do jornalismo sobre investigações. Além dos autores já citados,

também são utilizados os estudos de Sylvia Moretzsohn (2002) e Ana Cristina Costa de Lima e Silva (2023) sobre a necessidade de velocidade no jornalismo e o conceito de Jornalismo de Precisão de Philip Meyer (1973/2002).

No segundo capítulo, o enfoque é no processo de produção da notícia. Para isso, são exploradas as teorias do jornalismo. Com base no objeto desse estudo, foram selecionadas as teorias do *gatekeeper*, a organizacional, a estruturalista e a interacionista. O capítulo se dedica a explicar cada uma delas com base, principalmente, nos estudos de Nelson Traquina (2005), mas também de Adriana Barsotti (2012). Além disso, são explorados os critérios de noticiabilidade, com as classificações gerais do que torna algo uma notícia e também no caso específico do jornalismo investigativo. O segundo capítulo traz ainda a questão das fontes no jornalismo e suas divisões em categorias, e, por fim, as mudanças na rotina de produção de notícias. São utilizados os estudos de Nelson Traquina (2005), Leonel Aguiar (2014), Nilson Lage (2014), Ricardo Noblat (2014), Sylvia Moretzsohn (2012), Pierre Bordieu (1997), Mauro Wolf (apud Traquina, 2023), Luiz Signates (2017), Aldo Schmitz (2011) e Marcelo Kischinhevsky (2016).

Já o terceiro capítulo deste estudo se dedica à análise do conteúdo, trazendo a ideia de jornalismo-release. Nele, a metodologia adotada para a pesquisa também é explicada de forma mais detalhada, com base nas referências de Bardin (1977). O capítulo explora a definição de jornalismo-release, traz as cinco reportagens selecionadas para análise de conteúdo e exemplifica as práticas do jornalismo sobre investigações no principal portal de notícias do país.

Depois da análise feita com base em uma amostra de reportagens selecionada para este estudo e considerando o contexto, além de compreender melhor as práticas jornalísticas no processo de produção de notícias com as novas tecnologias, o trabalho propõe uma reflexão sobre as fontes como construtoras de notícias e, por sua vez, impulsionadoras do fenômeno do jornalismo sobre investigações, tendo em vista que o principal objetivo deste trabalho é compreender de que forma as fontes influenciam no avanço deste fenômeno e os riscos e consequências dele. O estudo conclui que há uma certa mistura de conceitos entre os próprios profissionais de imprensa sobre o jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigações, dadas as semelhanças nos textos de reportagens e o processo de apuração com ares investigativos, e ainda traz a percepção de falta de investimentos no jornalismo investigativo, enquanto do outro lado há uma crescente.

1 O apogeu e o retrocesso do jornalismo investigativo

Para tratar desta temática, é importante colocar em pauta a discussão que permeia há muito tempo essa segmentação jornalística - classificação que, já se adiante, é inexistente para alguns. Talvez sendo uma das conceituações mais polêmicas e debatidas dentro do jornalismo, não é raro encontrar, de forma quase unânime, o questionamento inicial que se dá quando se pesquisa sobre jornalismo investigativo. Se o jornalismo por si só pressupõe investigação, existe, afinal, jornalismo investigativo?

Não é difícil encontrar em teses, dissertações, livros e artigos que têm esse segmento como objeto de pesquisa tal discussão, sob diferentes abordagens. Cleofe Monteiro de Sequeira (2005) também disserta sobre isso em sua obra que trata sobre o conceito e os modelos de jornalismo investigativo, e esbarrou na mesma condição: “Logo de início, a pesquisa defrontou-se com um ponto conflitante entre profissionais e teóricos: a terminologia utilizada para definir esse tipo de reportagem” (SEQUEIRA, 2005, p. 10). A recorrente polêmica ainda se faz necessária, uma vez que não há consenso entre estudiosos da área. Há uma corrente de teóricos e profissionais que não admitem a classificação segregada, tomando como ponto de partida a premissa de que todo jornalismo presume investigação, em menor ou maior grau.

Um dos mais consagrados jornalistas brasileiros, Ricardo Noblat, é um desses adeptos. Para ele, “salvo o jornalismo que se limita a alinhar declarações, todo jornalismo que se preze é de investigação” (NOBLAT, 2014, p. 45). O jornalista argumenta: “você não podem contar nem mesmo como foi um acidente de trânsito se não o investigarem. [...] Sem investigação não se faz jornalismo de boa qualidade” (NOBLAT, 2014, p. 45). O pesquisador e professor Solano Nascimento destaca que essa linha de raciocínio “Não é uma implicância brasileira nem recente. No início da década de 1980, MacDougall, um pesquisador norte-americano, sentenciou: ‘Todo o jornalismo é investigativo.’ (MacDOUGALL, 1982, p. 225 *apud* PROTESS *et al*, 1991, p. 4)” (NASCIMENTO, 2007, p. 17). Sequeira (2005) também explicita a discussão no nível internacional ao lembrar o que disse Gabriel García Márquez, escritor e jornalista colombiano, durante um evento nos Estados Unidos em 1966: “*la investigación no es una especialidad del oficio, sino que todo periodismo tiene que ser investigativo por definición*” (SEQUEIRA, 2005, p. 15). Portanto, nesse sentido, jornalismo investigativo seria, desta forma, uma classificação redundante.

Por outro lado, apesar de ser verdadeira a concepção de que todo jornalismo pressupõe investigação, há quem defenda a existência dessa classificação, uma vez que são consideradas características específicas para o desenvolvimento deste ofício, desde ferramentas, investimento e formas de produção. Nilson Lage (2014) é um dos autores que aponta uma definição para o chamado jornalismo investigativo, que, para ele, é como se fosse uma “forma extremada de reportagem” (LAGE, 2014, p. 138). O autor afirma que “trata-se de dedicar tempo e esforço ao levantamento de um tema pela (*sic*) qual o repórter, em geral, se apaixona” e que também é possível entendê-lo “como um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido” (LAGE, 2014, p. 138). Esforço, aliás, é um ponto-chave nessa definição, dado que as reportagens investigativas se pautam exatamente nesse jornalismo de fôlego, detalhista e com revelações além do superficial. Segundo Lage (2014), o repórter investigativo é aquele que não se pauta apenas pelas fontes, mas o que vai atrás dos documentos originais. O jornalista Alberto Dines (SEQUEIRA, 2005) também é um dos defensores da existência da categoria de jornalismo investigativo, ao considerar e analisar as características que o diferenciam dos demais segmentos. Sequeira (2005, p. 23), no entanto, afirma que, “embora Dines tenha detectado a existência e a importância do jornalismo investigativo, ao analisar as rotinas jornalísticas produtivas do *Jornal do Brasil* dos anos 1960, caberá a Nilson Lage (2001, pp. 138-40) definir o jornalismo investigativo”.

Outros autores, como Dirceu Fernandes Lopes e José Luiz Proença (2003) e Leandro Fortes (2005), também discorrem sobre a conceituação da categoria, apontando fatores que levam à existência dessa terminologia. Fortes (2005) levanta uma questão temporal em relação à discussão sobre a existência ou não de um jornalismo investigativo. De acordo com Fortes (2005), isso está intrinsecamente ligado às formas de produção - enquanto antes qualquer tipo de produção de notícia tomava ares de uma investigação, considerando que o repórter tinha a necessidade de ir atrás, fisicamente, das informações, atualmente boa parte das informações estão apenas a alguns cliques, tirando esse véu investigativo.

Para esse estudo, ainda que seja compreensível a linha de que todo jornalismo é investigativo por essência, considerou-se a existência da categoria, levando em conta práticas jornalísticas atuais, que muitas vezes baseiam-se nos chamados jornalismo de verificação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) ou declaratório. A partir deste entendimento, é possível perceber períodos de apogeu, quando vivenciou momentos gloriosos, e queda do jornalismo investigativo, ao se ver desvalorizado por fatores como falta de investimento financeiro e de

tempo, de interesse por parte de empresas, a tendência de adotar *press releases* como fonte única de informação, enxugamento das redações, corte de custos e a falta de profissionais experientes, que estão sendo substituídos por jovens aspirantes. Para tratar desses dois períodos, faz-se necessário uma abordagem histórica, com definições sobre jornalismo investigativo, aspectos técnicos e teóricos e a situação de crise nas redações. Ao final deste primeiro capítulo, será abordado um tópico que norteia este estudo - o jornalismo sobre investigações, impulsionado por todas as características citadas e acompanhado da queda do jornalismo investigativo.

1.1 História e definições sobre jornalismo investigativo

O mundo vivia um período de conflito político-ideológico quando o jornalismo investigativo começava a aparecer, marcado por características distintas do jornalismo que se via até então. A Guerra Fria, que começou na década de 1940, pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, e terminou no início da década de 1990, foi marcada pela polarização do mundo. Estados Unidos e União Soviética disputavam a hegemonia mundial. É nesse contexto de mundo pós Segunda Guerra e de polarização que a política também vive um momento de protagonismo e o jornalismo começa a ganhar novos contornos.

Sequeira (2005) afirma:

Os trabalhos de jornalismo investigativo mais conhecidos situam-se no pós-Segunda Guerra Mundial, quase todos produzidos nos Estados Unidos, especialmente a partir de 1955. Entre 1964 e 1973, em consequência da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, os jornalistas norte-americanos posicionados contra o governo começaram a analisar criticamente a atuação dos políticos, e muitos trabalhos chegaram ao público do mundo inteiro nas páginas de revistas como *Life* e *Look*. De maneira geral, contudo, o jornalismo investigativo recebe do público estadunidense pouca atenção. (SEQUEIRA, 2005, p. 11).

No entanto, na década de 1970, dois repórteres ganham visibilidade mundial e ficariam marcados, para sempre, como as grandes referências do que viria a se consolidar como jornalismo investigativo. Carl Bernstein e Bob Woodward, do jornal *The Washington Post*, dão início a uma investigação extensa e profunda que levou a um escândalo e à renúncia do então

presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que tentava a reeleição. O Caso Watergate viria a se tornar um símbolo do jornalismo investigativo e a inspirar outras redações mundo afora. O ponto de partida para a reportagem foi um episódio envolvendo a prisão de cinco homens na noite do dia 16 de junho de 1972, que tentavam instalar escutas - aparelhos eletrônicos de espionagem - na sede do comitê do Partido Democrata, no edifício Watergate, em Washington, capital dos Estados Unidos. A notícia, no entanto, era apenas a ponta do *iceberg*. Ao contrário do que fez a maior parte da imprensa na ocasião, aceitando a versão declaratória do Comitê de Reeleição do Presidente - de que os invasores eram de um movimento anti-Fidel Castro que buscavam saber se o governo de Cuba estava fazendo doações para os democratas -, Bernstein e Woodward se debruçaram no caso, inconformados com essa justificativa, e investigaram cada vestígio, a começar por uma linha básica: quem eram os invasores. A partir daí, chegaram a várias informações relevantes, como o fato de que parte deles havia trabalhado para a Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA) e de que haviam recebido valores para cometer a invasão. A cada descoberta, os repórteres se aproximavam ainda mais da Casa Branca e do Comitê de Reeleição do Presidente. Uma das grandes marcas desse caso foi a forma de apuração dos repórteres, que também serviu e serve, ainda hoje, de lição norteadora para jornalistas investigativos. Entre as ferramentas utilizadas, estava uma fonte sigilosa, que ficou conhecida como *Deep Throat* (Garganta Profunda). O nome real só viria a ser revelado em 2005 - tratava-se do vice-diretor do FBI, Mark Felt, que, na maior parte das vezes, ajudava a confirmar informações que os repórteres já tinham descoberto, indicando o caminho a ser seguido. Sequeira (2005, p. 12) destaca que “as investigações de Woodward e Bernstein transformaram o jornalismo, redefinindo a imagem do ofício do repórter e o fazer jornalístico” e isso não apenas para os norte-americanos. É como se, nesse mesmo período, o jornalismo investigativo, inspirado no Caso Watergate, começasse a ser mais ousado e, por isso, ganhasse mais força.

Outros veículos não apenas se inspiraram, mas também passaram a usar o caso como uma espécie de concorrente. Por isso, medidas foram tomadas para fortalecer essa marca que tinha quase que, simbolicamente, um ‘selo de ouro’. Sequeira (2005, p. 28) recorda que, a partir do Caso Watergate, “uma das consequências imediatas para o jornalismo americano da cobertura em questão foi a reformulação da sucursal de Washington do jornal *The New York Times*, criando uma equipe de repórteres investigativos para fazer frente ao seu rival de Washington (2003, pp. 176-84)”. Movimento esse que, décadas depois, volta a se repetir, mas em outro contexto e com outros jornais - é como se um jornal aproveitasse o *boom* de outro ao perceber o interesse *do* público (nesse caso, o termo ‘do’ está em itálico por destacar que se

trata do interesse do público como um critério de noticiabilidade, que, mais adiante, será abordado neste trabalho - e que não pode ser confundido com ‘interesse público’, que é outro critério de noticiabilidade).

Nascimento (2007) também elenca o surgimento de entidades de jornalismo investigativo, que reforçam a existência dessa categoria e dão suporte para esse tipo de prática. “Em 1969, foi criado o *Fund for Investigative Journalism*, destinado a financiar reportagens investigativas, e em 1975 começou a funcionar o já mencionado *Investigative Reporters and Editors*” (NASCIMENTO, 2007, p. 47).

No Brasil, o Caso Watergate também teve implicações. “[...] embora essa categoria jornalística não tenha merecido ainda um estudo específico por parte dos teóricos, a reportagem investigativa pode ser encontrada nas páginas dos veículos diários brasileiros desde meados dos anos de 1970 [...]” (SEQUEIRA, 2005, p. 31). Na época, o país vivia a ditadura militar, sob o comando do general Emilio Garrastazu Médici. A imprensa vivia sob censura, inclusive dentro das próprias redações, com fiscalização sob qualquer conteúdo que seria veiculado. No entanto, quando inicia a abertura política no Brasil, por volta de 1974, durante o comando do general Ernesto Geisel, começa a suspensão à censura. Sequeira (2005) recorda que:

A partir daí, percebe-se maior ousadia da imprensa - tanto que, em 1976, o próprio *Estadão* publica uma série de três matérias intitulada “Assim vivem os nossos superfuncionários”, que abala o país ao desnudar para a sociedade brasileira a boa vida de ministros e altos funcionários da corte instalada em Brasília e capitais federais.

Produzida pela equipe de reportagem do jornal, sob a coordenação do jornalista Ricardo Kotscho, a série dá nova dimensão ao jornalismo investigativo no Brasil, que se converte, como nos Estados Unidos, em representante dos interesses dos cidadãos - desvendando informações que grupos de poder tentam manter escondidas da sociedade e mostrando como funcionam os mecanismos burocráticos do sistema, num mundo cada vez mais complexo, no qual se torna virtualmente impossível ao cidadão comum saber como são produzidos os fatos que o afetam diretamente. (SEQUEIRA, 2005, p. 12).

Nessa mesma fase, o jornalismo investigativo¹ começa a ganhar força com reportagens que traziam à tona episódios envolvendo, principalmente, quem estava no poder. “Descendo

¹ Outro nome também é dado, no Brasil, para essa categoria. “Nas redações brasileiras, pelo menos no eixo Rio-São Paulo, esse tipo de jornalismo recebia o nome de “reportagem especial”, e nas conversas informais, entre jornalistas, “grande reportagem”. Ninguém usava, nas redações dos anos

aos porões”, do repórter Antonio Carlos Fon, é outra reportagem que marca esse período, no ano de 1979. O texto fala sobre a tortura no governo Geisel, assunto proibido até então. Sequeira (2005) recorda que, em paralelo a essas reportagens, o jornalismo no país também começava a viver uma nova tendência, a de dar importância ao contexto da notícia, para que ela ganhasse uma amplitude maior, mostrando à sociedade que o fato ocorrido não estava descolado, desprovido de sentido - ele possuía significados, motivações e consequências. E a essa nova ‘tendência’ dá-se um nome. Passa a ser a categoria do jornalismo interpretativo, a qual Lage (2014) também propõe uma definição. Para o autor (2014, p. 136), “O jornalismo interpretativo consiste, *grosso modo*, em um tipo de informação em que se evidenciam consequências ou implicações dos dados”. Segundo Lage (2014), esse é o tipo de jornalismo obrigatório sob certas circunstâncias: “nas coberturas de temas científicos e de economia, quando a importância ou o interesse da informação não é auto-evidente. Presta-se também à cobertura política, quando se trata de contextos pouco conhecidos” (LAGE, 2014, p. 136). Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003, p. 178) escrevem: “Normalmente envolve assuntos mais complexos ou um conjunto de fatos, mais do que numa denúncia clássica. Revela uma nova forma de olhar alguma coisa, bem como novas informações sobre o assunto”. Para os autores, a prática do jornalismo investigativo também levou à aparição de outros ‘subgêneros’ - reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações (esta última será tratada mais adiante). E é neste contexto que reportagens investigativas e interpretativas começam a ganhar mais força.

[Alberto] Dines conclui que os veículos de comunicação, diante da necessidade de ampliar a informação para o leitor-consumidor a cada dia mais exigente, são obrigados a abrir mais espaço para as reportagens investigativas e interpretativas, uma vez que a empresa jornalística assumiu características de indústria da informação. É nesse ponto que as mensagens jornalísticas passam, então, a ser anguladas para atender a massa de leitores. Segundo o autor, o leitor não quer apenas saber o que acontece à sua volta, mas “assegurar-se de sua situação dentro dos acontecimentos”, o que só vai acontecer com o que ele chama de “engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha os seguintes elementos: dimensão comparada, remissão ao passado, interligação com outros fatos, incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro”. Só enriquecidos com essa nova angulação e essas intenções chega-se, segundo Dines, mais perto do jornalismo interpretativo e do jornalismo investigativo (1986, p. 60-91). (SEQUEIRA, 2005, p. 21).

1970 [...] o termo “jornalismo investigativo”, uma tradução literal de *investigative journalism*, criado nos Estados Unidos.” (SEQUEIRA, 2005, p. 63).

Há, ainda, uma mescla entre as duas modalidades. Sequeira (2005) cita a reportagem investigativa interpretativa e a reportagem investigativa original. A primeira exige que se tenha como resultado uma interpretação de outro nível. Para a autora, a investigativa original revela uma informação inédita, enquanto a outra, a investigativa interpretativa, “surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma idéia, bem como de uma busca obstinada dos fatos, para reunir informação num novo e mais completo contexto, fornecendo ao público um melhor entendimento do que acontece” (SEQUEIRA, 2005, p. 29).

Leonel Aguiar (2006) também disserta sobre no que consiste, de fato, uma reportagem investigativa:

As reportagens resultam do trabalho de apuração das informações pelos repórteres, que não se limitam a reproduzir informações “vazadas” por fontes informativas para as redações dos jornais. Ou melhor, uma reportagem investigativa pode até ter início com denúncias que chegam às redações, mas não deve se basear exclusivamente nelas: é indispensável uma sólida pesquisa por parte do repórter, que vai buscar a informação de fontes primárias e não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias. Por desempenhar uma relevante função social devido às suas contribuições à governabilidade democrática, a imprensa vincula-se ao princípio da responsabilidade mútua nas sociedades democráticas e revitaliza o espaço público. Por isto, para a realização da reportagem investigativa, torna-se imprescindível o acesso às informações públicas. (AGUIAR, 2006, p. 75).

Até aqui, tratou-se sobre os momentos de auge do jornalismo investigativo, de sua consolidação e de reportagens que marcaram uma era. Vê-se necessário, agora, falar sobre a queda dessa categoria. Sem ter períodos especificamente segmentados, o jornalismo investigativo se viu, em vários momentos, em uma constante oscilação. Um exemplo disso é o fato de que enquanto os Estados Unidos estavam no auge em relação ao jornalismo investigativo com o Caso Watergate provocando reflexos no mundo todo - episódio que teve início em 1972 -, nesse mesmo período, o Brasil, por sua vez, vivia um momento de ditadura militar, com uma censura que estava presente dentro das redações. E fatores como esse influenciaram diretamente a produção de notícias no País.

Dines afirma que o regime autoritário pós-1964 é culpado por trazer a imprensa nacional para a chamada era da nota oficial. De acordo com ele, “esta comunicação às avessas vai levar as fontes de informação a se fecharem, ao invés de se abrirem ao trabalho individual de cada repórter, deixando apenas um guichê por onde são liberadas as informações que lhes convêm. Com isso, o repórter acomoda-se, deixando de investigar, e o jornalismo brasileiro passa a viver de eventos e levantamentos”. O autor define também o papel do jornalismo investigativo na sociedade, quando, ao analisar o contexto social da época, afirma que só essa modalidade de jornalismo poderá tirar o jornalismo diário da posição quase secundária que começa a assumir ao se colocar no caudal da televisão ou como seu complemento - quando deveria acontecer exatamente o contrário. Na sua visão, é o repórter do jornal diário, pela desenvoltura de seu trabalho, que pode buscar o fato escondido e não acontecido e recolocar o jornal na crista do processo comunicativo. E, para que isso aconteça, é preciso vontade, disposição e, sobretudo, coragem de quebrar rotinas. (SEQUEIRA, 2005, p. 23).

A análise de Dines, segundo Sequeira (2005), foi feita com base nas rotinas jornalísticas produtivas do Jornal do Brasil nos anos 1960, mas, ao reler as reflexões do autor, é quase inevitável a comparação com o jornalismo atual, que também vive uma forma de era da nota oficial, como se verá mais adiante neste estudo ao ser abordado, mais especificamente, o jornalismo sobre investigações, classificação que norteia este trabalho. É como se as afirmações de Dines fossem recolocadas em outro contexto, décadas depois, e ainda assim fizessem sentido. E a chamada ‘era da nota oficial’ também acusa um dos momentos de queda do jornalismo investigativo.

Por outro lado, é possível constatar mais uma oscilação da categoria quando Fortes (2005) considera que o ápice do jornalismo investigativo brasileiro ocorreu durante o governo de Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992. Se pouco antes se falava em uma era de notas oficiais, consequência da ditadura militar e um dos momentos de queda do jornalismo investigativo, agora o que se via era uma imprensa que deu espaço a denúncias de corrupção envolvendo o mais alto escalão do governo, inclusive o próprio presidente. Fortes (2005) afirma que o episódio levou a um clima de exaltação profissional semelhante ao do Caso Watergate. Para ele, a reportagem do jornalista Mário Rosa, na ocasião veiculada pelo Jornal do Brasil, foi um exemplo de uma boa investigação jornalística, com todas as características e qualidades relevantes. Conforme relembra o autor, na ocasião, o jornalista mostrou que as verbas públicas que deveriam ser para a população mais pobre do sertão alagoano acabavam indo para uma

família que tinha como sobrenome Malta, o mesmo de solteira da então primeira-dama do país - ou seja, o dinheiro ia para entidades beneficentes de fachada e esse foi o início de uma série de denúncias que mais tarde levaram ao *impeachment* de Collor. Nascimento (2007) aponta ainda para o comportamento da imprensa depois desse episódio:

Nos anos que se seguiram ao impeachment de Fernando Collor de Mello, houve outras reportagens revelando práticas ilegais de parlamentares, principalmente em relação ao Orçamento da União, e de integrantes do governo federal. Investigações jornalísticas longas e profundas mostraram ainda violações de direitos humanos e assassinatos cometidos por policiais de São Paulo e do Rio de Janeiro. O jornalismo investigativo como tendência, que havia aparecido na década de 1980, tinha se fortalecido e apontava principalmente para irregularidades relacionadas a autoridades ou funcionários de governos. (NASCIMENTO, 2007, p. 54).

Outro momento marcante do jornalismo investigativo foi entre 2001 e 2002, quando a equipe especial de reportagem do jornal *The Boston Globe*, um dos mais prestigiados dos Estados Unidos, trouxe à tona denúncias de pedofilia que envolviam dezenas de padres em Massachusetts. O grupo, que levava o nome de *Spotlight*, ainda revelou que a Igreja Católica, ciente dos abusos, acobertou os clérigos. O trabalho extremamente minucioso e que, a cada passo dado, se mostrava ainda maior, se tornou um dos maiores exemplos de jornalismo investigativo. Em 2015, o filme *Spotlight: segredos revelados* foi lançado, narrando todo o processo de investigação dos repórteres, os empecilhos encontrados, a dedicação e os resultados. A estreia do filme, mais de dez anos depois da investigação que recebeu o Prêmio Pulitzer, trouxe à tona, novamente, a discussão sobre a relevância inquestionável do jornalismo investigativo, mas não apenas isso. A obra cinematográfica teve uma ampla repercussão, sendo bem vista pelo público em um período em que o jornalismo passa por uma onda de perda de credibilidade, crescimento desenfreado de *fake news* e redações mais enxutas. Essa repercussão positiva provocada pelo filme reforçou a importância da profissão e fez com que, mais uma vez (como citado anteriormente, o Caso Watergate do *Washington Post* levou um concorrente - ou melhor, vários - a apostar no jornalismo investigativo tomando medidas imediatas), veículos de comunicação tomassem atitudes aproveitando o *boom* do momento. No ano seguinte ao que o filme foi lançado, o Grupo RBS, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul, anunciou a criação do Grupo de Investigação, apelidado de GDI, afirmando inclusive que era inspirado no *Spotlight*. A iniciativa também demonstra que foi necessário perceber que havia um interesse do público nesse tipo de jornalismo - notado a partir da repercussão do filme - para desenvolver

algo na mesma linha (ou seja, só o fato de ser extremamente relevante para a sociedade, uma vez que possui o dever de trazer denúncias por meio de investigações minuciosas, não era o bastante para motivar a criação de um grupo de jornalistas focado nisso). Fato é que o GDI também apontou para um dos momentos de auge da categoria.

Em paralelo a isso, o jornalismo investigativo também viveu muitos momentos de queda. A falta de investimento, as redações sendo enxugadas e os profissionais acumulando uma série de demandas, ficando com extrema sobrecarga, aliadas à questão da tecnologia levaram a um comodismo na profissão, que passou a ser cada vez mais guiada (sempre foi, mas agora com menos enfrentamento) pelos interesses da empresa de comunicação.

Alberto Dines acredita que o abandono da reportagem investigativa dá-se aos poucos, a partir do momento em que os grandes jornais optaram pela linha empresarial, que consiste basicamente em informar sem se comprometer. Segundo o autor, o golpe fatal ao jornalismo investigativo foi desferido exatamente quando organismos passaram a organizar seus departamentos de informações para filtrar e divulgar, por meio de notas e *releases*, as informações de seu interesse, dentro da visão que lhes favorecia. (SEQUEIRA, 2005, p. 23).

Apesar de existirem alguns marcos do jornalismo investigativo como os aqui mencionados, é difícil datar o momento em que ele começou e, portanto, elencar exatamente seu apogeu e retrocesso. É possível, no entanto, perceber essa oscilação a partir da análise comportamental desse tipo de jornalismo ao longo do tempo. Como já antecipado também por este trabalho, o próprio conceito é conflitante. Para além disso, a bibliografia disponível sobre o tema ainda é escassa. Sequeira (2005, p. 28) faz uma espécie de cronologia sobre o jornalismo investigativo, mas a própria autora afirma que a “revisão bibliográfica mostra que a preocupação dos teóricos brasileiros em conceituar e definir as características do jornalismo investigativo é recente, cabendo apenas a Dines e Lages fazê-lo”, enquanto nos Estados Unidos essa consolidação da categoria já existia, inclusive com premiação por reportagem investigativa².

² “[...] nos Estados Unidos, já em 1964, os administradores do Prêmio Pulitzer, sob os auspícios da Universidade de Columbia, consolidaram o jornalismo investigativo, praticado desde a segunda metade dos anos 1950, ao premiarem o *Philadelphia Bulletin* por uma reportagem investigativa, denunciando a corrupção policial na cidade. Para os teóricos Bill Kovak e Tom Rosenstiel (2003, pp. 169-70), foi dessa forma que o *establishment* jornalístico norte-americano outorgou, pela primeira vez, o seu aval a um

Nascimento (2007) também disserta sobre a falta de um consenso acerca da origem do jornalismo investigativo, principalmente no Brasil:

A exemplo do que ocorre com a história do jornalismo em outros países, não é fácil definir o momento exato em que as reportagens investigativas começam a aparecer no Brasil. Isso exigiria um levantamento profundo, uma espécie de arqueologia do jornalismo brasileiro, para determinar se antigas reportagens carregavam os elementos cruciais do jornalismo investigativo [...]. No entanto, é possível encontrar alguns exemplos de reportagens produzidas durante o século XX no país que têm pelo menos algumas das principais características de reportagens investigativas. Em novembro de 1923, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou matéria acusando o ex-presidente da República Epitácio Pessoa de ter beneficiado exportadores de açúcar em troca de uma jóia oferecida a sua mulher. O episódio ficou conhecido como O Caso do Colar [...]. Criada em 1928 com inovações gráficas e de apuração jornalística, a revista *O Cruzeiro* publicou nas décadas seguintes reportagens sobre escândalos políticos, problemas sociais e comportamento. O estudioso Juarez Bahia identifica na publicação elementos de um aprofundamento jornalístico sem precedentes no país. [...] Em meados da década de 1940, já no final da ditadura de Getúlio Vargas, houve uma operação irregular envolvendo o Banco do Brasil, na tentativa de criar um monopólio no mercado do algodão. O caso foi revelado pelo jornal *O Estado de São Paulo* [...]. Apesar dos muitos e bons exemplos isolados, estudiosos [...] convergem para a opinião segundo a qual, como tendência, o jornalismo investigativo só aparece no Brasil após a redemocratização. (NASCIMENTO, 2007, p. 47).

Há outras reportagens que exemplificam os momentos do jornalismo investigativo, no entanto, as aqui contempladas, já servem de base para compreender uma espécie de linha do tempo desta categoria. A partir delas, é possível afirmar que o jornalismo investigativo teve seu apogeu logo no início de sua consolidação, principalmente com o Caso Watergate (inclusive, adotado por muitos como um símbolo inicial de jornalismo investigativo), mas não quer dizer que este tenha sido o único. É como se a categoria vivesse, ao longo do tempo, vários momentos de altos e baixos, inclusive recentemente - oscilando a depender do contexto, dos investimentos das empresas, das influências políticas, das tendências da profissão e da própria sociedade. A queda, principalmente no atual momento, também está muito relacionada a fatores que serão abordados mais adiante neste estudo, que dizem respeito à situação das redações. É perceptível um enfraquecimento da categoria nos últimos anos frente ao surgimento das novas tecnologias e da crise no jornalismo. Para que isso seja melhor compreendido, porém, é fundamental

trabalho investigativo. Com esse episódio, o jornalismo estadunidense, especialmente o praticado em Washington, D.C., começou a mudar." (SEQUEIRA, 2005, p. 28).

entender quais são os aspectos técnicos e teóricos do jornalismo investigativo, que o tornam tão único, relevante e, sem dúvidas, caro.

1.2 Aspectos técnicos e teóricos do jornalismo investigativo

Considerada uma das mais - se não a mais - prestigiadas categorias da profissão, o jornalismo investigativo possui características que, a um primeiro olhar, soam como as mesmas que, pelo menos, deveriam ser aplicadas em todos os outros segmentos jornalísticos. Isso, por sua vez, também fomenta a ideia de que não existiria um jornalismo investigativo, já que seria uma redundância. No entanto, estudiosos que seguem a proposta de que há, sim, uma diferença, elencam características específicas e melhor detalhadas para exemplificar o trabalho do jornalista investigativo.

Lage (2014) é um desses pesquisadores que propõe aspectos técnicos e teóricos que fazem parte do jornalismo investigativo. Conforme o autor, as reportagens investigativas são divididas, basicamente, em sete passos:

A concepção de uma reportagem investigativa pode decorrer de várias experiências: pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas (uma pequena nota em jornal japonês deu origem à famosa reportagem sobre o massacre de Mi Lai, no Vietnã) ou a observação direta da realidade. O segundo passo é o estudo de viabilidade: se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo, que resultados pode ter a investigação etc. O terceiro passo, familiarizar-se com o assunto, o que envolve alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias. O quarto passo, desenvolver um plano de ação, incluindo custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações etc. O quinto passo é realizar o plano, ouvindo fontes e consultando documentos. O sexto passo, reavaliar o material apurado e preencher os vazios de informação. As etapas seguintes são a avaliação final, a redação e revisão, a publicação e o seguimento ou *suite* da matéria. (LAGE, 2014, p. 139).

Os sete passos elencados por Lage (2014) permitem uma compreensão maior sobre a *práxis* do jornalismo investigativo e os fatores que os cercam, deixando claro a dimensão do

trabalho. No entanto, ao lê-las, pode-se partir também de um princípio de que qualquer reportagem exige esses mesmos passos, que nada mais são do que ter um *insight* ou começar uma pauta a partir de um fato (seja por observação, fontes etc), ver o que pode ser apurado em cima de determinada história, estudar o assunto e executar. Com exceção do quarto passo, que seria montar um plano de ação, todos os outros estão, de certa forma, previstos em qualquer tipo de reportagem e são executados de forma natural. No entanto, o que Lage (2014) demonstra ao elencar o passo a passo é que, no jornalismo investigativo, todas essas etapas se dão de forma mais minuciosa. Nesse mesmo sentido, Sequeira (2005, p. 62) afirma que “o jornalismo investigativo não se diferencia do jornalismo interpretativo [por exemplo] pelo formato do texto ou pela apresentação gráfica da reportagem, mas pelo processo de trabalho do profissional, pelas estratégias que ele utiliza na fase de apuração”.

Essa falta de precisão teórica em relação à execução do jornalismo investigativo também pode estar pautada na própria função do jornalista, que também não possui uma fórmula exata. Em faculdades de jornalismo, fala-se muito sobre o *insight* ou o *feeling* na hora de desenvolver alguma pauta. Kovach e Rosenstiel (2003, p. 112), no livro “Os Elementos do Jornalismo”, também tratam sobre isso, principalmente quando a questão é a disciplina da verificação de uma informação, que é o que diferencia o jornalismo de todo o restante (entretenimento, propaganda, literatura etc): “Mesmo não dispondo de nenhum código sobre o assunto, os jornalistas funcionam apoiados em algum tipo de método, altamente pessoal, para testar e fornecer a informação - sua própria disciplina individual de verificação” e seguem: “Essa disciplina consiste, entre outras práticas, em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão. Esses métodos podem ser muito pessoais e idiossincráticos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 112). Da mesma forma, os métodos de jornalistas investigativos também podem ser desenvolvidos, aprimorados e selecionados pelos próprios profissionais. O jornalista Antonio Carlos Fon, que também é apontado como um dos melhores repórteres investigativos do país, declarou, ao ser entrevistado por Sequeira (2005), que adaptou técnicas investigativas policiais que aprendeu com a sua experiência como repórter de Polícia para o jornalismo investigativo. Como exemplo, ele cita uma técnica chamada de ‘espiral concêntrica’, que consiste em concentrar-se, em um local de crime, na vítima, e a partir dela ampliar as investigações, verificar o que a rodeia, indícios que estão ali, além de analisar os vínculos dessa pessoa e assim por diante. Outro jornalista consolidado na categoria, Percival de Souza, afirmou em entrevista à mesma pesquisadora que “embora existam fases já consolidadas no processo de elaboração de uma reportagem

investigativa, cada matéria é única e exige que o profissional coloque em jogo sua criatividade e encontre as estratégias certas para desenvolvê-la” (SEQUEIRA, 2005, p. 123).

Fortes (2005) também elenca um passo-a-passo para o jornalismo investigativo. Para ele, de fato, a forma é muito semelhante à produção de notícias comuns, mas o grande diferencial está nas circunstâncias, na complexidade, na extensão noticiosa e no tempo de duração. De acordo com Fortes (2005), é possível dividir a produção jornalística investigativa em algumas fases, ou até mesmo ‘posturas’, tais como a de pesquisa minuciosa (que consiste em compreender cada nuance que cerca o assunto abordado, inclusive informações que podem vir a serem deixadas de lado pela chefia); de se ter paciência e concentração (estar atento aos detalhes, com cuidado, não deixar passar algo técnico que pode ser importante por ser leigo no tema, custe o tempo que custar); a fase de se ter insistência e perseverança (não esperar que o investigado colabore, seguir nem que seja sua própria intuição, fazer muitas entrevistas para se obter o maior número de informações, ter conhecimento policial básico - pode ser útil para questionamentos ou melhor compreensão dos fatos); a de se ter curiosidade e desconfiança (são fundamentais para garantir um bom trabalho, sem brechas); ter discrição (é importante manter um movimento silencioso); checar, checar e checar (é fundamental tomar um cuidado extremo para evitar qualquer possível erro de informação, ainda que seja mínimo); libertar-se de preconceitos (não partir de princípios pessoais que podem comprometer uma reportagem); e manter a frieza, objetividade e precisão. Além destes destacados, o autor também ressalta a importância de se ter coragem e responsabilidade, respeito às fontes e clareza e simplicidade.

Ao se falar sobre aspectos técnicos e teóricos do jornalismo investigativo, também é preciso abordar as ferramentas utilizadas para esse tipo de produção. E, neste sentido, entra outra pauta - a ética na profissão. Em muitos casos, é comum se ver o uso de câmeras escondidas ou até mesmo disfarces pelos jornalistas, principalmente quando se trata de jornalismo investigativo, mas até que ponto se utilizar desses recursos é válido em nome de uma reportagem?

Noblat (2014, p. 27) afirma que “O *Correio Braziliense* deixou de publicar algumas reportagens que teriam produzido grande impacto entre os leitores desde que adotou seu código de ética” e que “um dos artigos [...] proíbe ao jornalista publicar informações obtidas por meios considerados fraudulentos”, que são exemplificados como “[...] ter acesso a informações fazendo-se passar por outra pessoa. Ou negando ser jornalista”. Para Noblat (2014, p. 27), “Jornalistas que agem assim se consideram acima da lei” e “A denúncia de um ato criminoso

não justifica a prática criminosa” (NOBLAT, 2014, p. 28). Mas, para outros autores, existem exceções.

Kovach e Rosenstiel (2003, p. 130) consideram que os profissionais do jornalismo até podem usar recursos como esses, que não são novos, mas destacam que “[...] a informação deve ser vital ao interesse público para justificar a fraude [...]; [...] os jornalistas não devem usar o recurso a não ser que não exista outra forma de conseguir a matéria [...]” e, por fim, “[...] os jornalistas devem revelar ao seu público sempre que manipulam suas fontes para conseguir a informação, e explicar suas razões, incluindo por que a matéria justifica a fraude e por que essa foi a única forma de conseguir a informação.”

Como já dito por Fortes (2005), fazer jornalismo investigativo demanda tempo, dedicação e esforço maiores do que os dispensados em reportagens cotidianas. É natural que isso ocorra, uma vez que se trata de um trabalho tão detalhista e complexo, que pode provocar consequências e, em muitos casos, abalar autoridades de alto escalão. Por isso, cada informação precisa ser minuciosamente checada e isso também exige um bom tempo de produção, cuidado e atenção por parte do repórter. Em várias situações, checar uma informação requer ir a determinado local, emitir documentações, ter disponibilidade de tempo - e isso tudo custa muito caro para um jornal. Se antes se conseguia dispensar jornalistas apenas para trabalharem, muitas vezes, por meses em cima de uma única história sem sequer ter a certeza que o destino final dela seria a publicação, atualmente isso é difícil. São raros os momentos em que jornalistas são destinados a se debruçar apenas em um caso - e isso não por falta de iniciativa dos profissionais, muito pelo contrário, essa vontade é perceptível em muitos repórteres que estão dispostos a investir em alguma história específica, mas sim por uma questão de negócios da empresa. A máxima de que *time is money* (tempo é dinheiro, na tradução livre) também se aplica, cada vez mais, ao mercado de notícias.

1.3 A crise nas redações

Como qualquer empresa que visa lucro, redações se veem em um momento de corte de gastos e, comprometendo a qualidade do material e a sua exclusividade, com poucas exceções, optam pela concepção de fazer mais com menos - e isso inclui a mão de obra. A partir disso,

observa-se que os jornais ficaram mais jovens, contratando profissionais que aceitam desempenhar a função (claro que, inevitavelmente, não com a mesma bagagem de alguém experiente) recebendo o mínimo possível e abraçando várias responsabilidades (muitas que nem deveriam ser apenas daquele profissional), muitas vezes atuando por duas ou até mais pessoas - a famosa mão de obra barata. Para falar sobre a crise nas redações, no entanto, é preciso voltar no tempo, para entender o contexto complexo que se percebe nos dias atuais e como se chegou a ele.

O jornalismo sempre sobreviveu, em sua maior parte, à base de receitas publicitárias e os próprios profissionais da área têm esse entendimento. Claro que existem outras formas de receita, como as assinaturas, doações, *crowdfunding*, etc. Mas os anúncios e os conteúdos patrocinados ainda são parte fundamental para a sustentação de um jornal, seja ele impresso/digital, em televisão ou rádio. Em 2018, um levantamento feito por uma empresa de Relações Públicas - *Sweet Spot* -, com 365 jornalistas de 52 países, apontou que 40% dos profissionais na América Latina acreditam que “a queda nas receitas de publicidade das empresas de mídia é a maior ameaça para o jornalismo”.³

A grande questão é que muitas mudanças ocorreram nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito às formas como a informação chega e influencia o público. Antes, os jornais, além de terem uma forte credibilidade, eram praticamente um dos únicos, senão o único, meio de se manter informado. Com o passar dos anos, episódios de enfraquecimento e o avanço da tecnologia, entretanto, o jornalismo foi perdendo espaço para outras plataformas e, com isso, foi sentindo, naturalmente, os impactos de uma espécie de migração da publicidade também. Kovach e Rosenstiel (2003) percebem essas alterações no cenário já no fim da década de 1980:

Por volta de 1989, em meio à transformação no varejo e na tecnologia das comunicações, abriu-se caminho para as mudanças. Os comércios de secos e molhados e as lojas de departamentos - espinha dorsal financeira dos jornais - eram sacudidos por falências, fusões e endividamento. [...] Em onze anos, entre 1980 e 1991, o total de espaço publicitário nos jornais das grandes cidades caiu oito por cento, segundo Sanford C. Bernstein. Só em 1991, a indústria sofreu uma queda de 4.9 por cento na publicidade de varejo - a maior queda da história em um ano. Um fenômeno similar afetava a televisão, onde a audiência começava a se desviar para pseudo programas noticiosos, reprises em canais a cabo e eventualmente a Internet. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 92).

³ Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/ultimas-noticias/queda-da-receita-publicitaria-e-a-maior-preocupacao-de-jornalistas-latinos>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

Esses fatores começam a impactar diretamente na indústria jornalística. Ao afetar a questão econômica/financeira dos veículos, as empresas se percebiam, como qualquer outra, em uma via cuja única possibilidade seria rever os gastos. Com um olhar empresarial, afastando a percepção que todo jornalista carrega consigo de pensar, primeiro, no seu público, na responsabilidade com ele, e nos deveres perante à sociedade como um ‘guardião’, gestores passaram a empregar uma visão estritamente comercial. A realidade é que “[...] a informação nunca deixou de ser mercadoria, especialmente a partir da consolidação do jornalismo como atividade industrial produtora de um artigo para consumo de massa” (MORETZSOHN, 2002, p. 154).

De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003, p. 93), “À medida que o negócio jornalístico ficava mais difícil, os gerentes das empresas começavam a reformular seus métodos operacionais. Nos jornais, isso representava cortar custos [...]”. As mudanças refletiram na falta de investimentos no jornalismo, não mais prezando pelo conteúdo que era entregue: “Entre 1992 e 1997, jornais pequenos cortaram onze por cento dos recursos destinados às notícias; jornais maiores cortaram quatorze por cento. No lugar desses recursos, a indústria investiu mais na área de marketing” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 93).

Esses cortes também levaram a consequências para os próprios profissionais, que antes estavam acostumados a ter mais liberdade com seu tempo de trabalho e suas demandas, como também apontam Kovach e Rosenstiel (2003, p. 93) ao afirmarem que “Nesse processo de cortar custos, os mesmos gerentes exigiam maior responsabilidade financeira dos editores. Começaram também a pressionar os jornalistas para que justificassem o dia-a-dia de seu trabalho.”.

Apesar de os autores se referirem a um cenário norte-americano, é propícia a comparação com o jornalismo brasileiro - o mesmo sucedeu por aqui e em boa parte do mundo, que aprendia, aos poucos, a lidar com a globalização. No prefácio de “Os Elementos do Jornalismo”, edição brasileira de 2003, Fernando Rodrigues diz que “Editores e diretores de redação gastam grande parte do tempo cortando orçamentos de viagem, custos de coberturas e pensando em como produzir mais com menos jornalistas. Parece ser uma regra irreversível dentro dos meios de comunicação”.

Com esses cortes de gastos, vieram também demissões em massa. O fenômeno foi tão forte que, no Brasil, um projeto de uma agência independente de jornalismo (*Volt Data Lab*) foi desenvolvido motivado pela curiosidade de saber o que estava acontecendo nas redações que seguiam uma tendência de demissões em massa entre 2014 e 2015. O estudo, que levou o nome de “A Conta dos Passaralhos⁴ - Um panorama sobre demissões de jornalistas nas redações do Brasil desde 2012” - aponta que o número de jornalistas demitidos em redações desde 2012 estava em 2.327, enquanto as demissões totais em empresas de mídia somavam 7.817. As chamadas ‘reestruturações’ das redações passaram a ser um argumento cada vez mais frequente. Há anos as empresas jornalísticas vivenciam, de tempos em tempos, novas ‘reestruturações’, que buscam, na realidade, enxugar ferramentas e mão de obra, mas com a exigência de se manter o padrão de qualidade já consolidado, o que acaba por provocar uma sobrecarga nos funcionários.

O contexto principal dessa transformação nas redações está aliado a uma única ferramenta: a internet. Moretzsohn (2002, p. 137) é enfática ao dizer que “as novas tecnologias alteraram as rotinas de trabalho na redação” e que isso provocou uma reação negativa “previsível e compreensível: à parte as resistências ao computador, logo simplificadas pela associação a uma postura retrógrada de ‘rejeição ao novo’, os jornalistas temiam pelo seu emprego”. O motivo era evidente: “a máquina permitiria o progressivo ‘enxugamento’ do quadro de pessoal, a começar pelo setor de revisão, e quem ficou não teve a correspondente compensação salarial pelo acúmulo de tarefas” (MORETZSOHN, 2002, p. 137). A autora relembra uma declaração irônica do então subeditor de arte do Jornal do Brasil, Luis Carlos Moreira da Rocha, que fez uma forma de trocadilho com o termo terceirização - “aqui o significado é outro: um trabalha por três” (MORETZSOHN, 2002, p. 137). Ironia à parte, o avanço das tecnologias provocou muitas mudanças, assim como em todos os outros setores, no jornalismo também - algumas benéficas, outras nem tanto. E, especificamente no jornalismo investigativo, ainda mais. Moretzsohn (2002, p. 74) escreve que “as condições de trabalho [...] também impõem uma certa forma de ‘fabricar’ notícias, ao levar o repórter a agir e pensar automaticamente, de modo a economizar tempo e cumprir suas tarefas cotidianas no prazo”. Luiz Fernando Veríssimo, certa vez, comentou através de sua coluna no jornal O Globo na década de 1990 sobre essa velocidade dos dias atuais: “Vivemos num tempo maluco em que a informação é tão rápida que exige explicação instantânea e tão superficial que qualquer

⁴ O estudo foi atualizado pela última vez em 2018, até a redação desta Dissertação. Disponível em: <<https://passaralhos.voltdata.info/>>. Acesso em: 17 nov. 2024.

explicação serve”⁵. Aguiar e Barsotti (2016, p. 205) afirmam que “A velocidade tem sido outro valor pelo qual a mídia tem se mostrado obcecada. O culto ao flagrante, o uso do ao vivo e a atualização frenética em sites de notícia são alguns dos artifícios empregados para intensificar o presente”.

Em relação aos benefícios da internet como ferramenta e dos avanços tecnológicos, Lage (2014, p. 139) ressalta que “A reportagem investigativa - como, de resto, toda forma de pesquisa - tende a beneficiar-se enormemente com a difusão dos computadores, que facilitam o arquivamento e a recuperação de informação”. Essa nova forma de explorar as informações (apurar e analisar) resulta em um trabalho minucioso com menos ferramentas. Lage (2014) reconhece que isso leva à “produção de textos extensos que eventualmente não cabem em veículos jornalísticos convencionais. Costumam ser publicados, então, na forma de livros ou documentários em vídeo.” (LAGE, 2014, p. 139).

É inevitável reconhecer os benefícios que a internet trouxe para o jornalismo e, principalmente, para o jornalismo investigativo. Apesar de colocar a velocidade como protagonista, ser a ‘vilã’, por vezes, ao trazer concorrentes, abrir espaço para as *fake news* e levar ao enxugamento das redações, as novas tecnologias também proporcionaram uma ampla gama de ferramentas para o jornalista investigativo que, agora, consegue apurar com muito mais velocidade e precisão informações que, antes, dependiam, provavelmente, de órgãos públicos ou de terceiros - e que levavam muito mais tempo para serem apuradas e checadas. A apenas um clique de distância, o jornalista investigativo agora consegue puxar uma grande quantidade de dados que o permitem construir uma reportagem, em muitas ocasiões, sem sequer sair da redação, o que passou a ser, inclusive, atraente para muitas empresas, dado que esta é mais uma economia.

[...] a fase de estudo de viabilidade de um tema tem hoje, devido à crise econômica que se abateu sobre a mídia brasileira, uma nova dimensão, um peso muito grande no processo. Constatou-se também que nem todos os veículos, mesmo os da considerada grande imprensa, possuem condições de arcar com os custos inerentes a uma reportagem investigativa, como despesa com viagens e tempo gasto para a execução de uma pauta. (SEQUEIRA, 2005, p. 154).

⁵ A coluna foi publicada no dia 01 de abril de 1999. No entanto, o acervo digital do Jornal O Globo não possui link direcional e tem apenas acesso para assinantes.

Por outro lado, passou-se a exigir mais agilidade para a publicação das reportagens. Em um artigo que aborda o *fact-checking* e o mercado de notícias brasileiro, Ana Cristina Costa de Lima e Silva afirma que “A criação de novas tecnologias, ferramentas e plataformas trouxe novas exigências” e que transformou “o jornalismo em uma prática inegavelmente diferente daquela de 20 ou até mesmo 10 anos atrás” (LIMA e SILVA, 2023, p. 110). Tornou-se inevitável nos jornais a (sensação de) disputa com a internet. E, nisso, corre-se um risco grande de publicar informações sem a devida checagem. Lima e Silva (2023, p. 119) afirma que “[...] a rapidez de noticiar o que acontece no mundo tem sido potencializada. Muitas vezes, sem checar o que é verdadeiro ou não, pois o jornalismo em tempo real não permite uma interpretação apurada dos fatos”. Isso sem contar que, com uma característica forte de efemeridade nos tempos atuais, aquilo que demanda um longo período passa a não ser mais tão interessante, ou financeiramente viável. A autora conclui que “a realidade do mercado de Jornalismo está em mudança constante em uma velocidade nunca vista anteriormente, muito em função do uso da tecnologia em seus processos” (LIMA e SILVA, 2023, p. 120).

Todas essas mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos e por uma sociedade que preza pela velocidade impactaram, é claro, na produção de notícias. Aguiar e Andrade (2020, p. 71) afirmam que “Certamente as transformações tecnológicas tiveram – e estão tendo cada vez mais – impacto no campo jornalístico e contribuem para o enfraquecimento social do jornalismo, mas a questão central dessa problemática pode ter origem na forma como o mercado jornalístico está constituído hoje e nas práticas produtivas que são impostas aos seus profissionais”.

Philip Meyer (1973)⁶ propõe a ideia de um Jornalismo de Precisão, que se utiliza de métodos científicos de investigação para o jornalismo. Meyer escreve, em tradução literal⁷, que “Houve um tempo em que bastava dedicação à verdade, muita energia e algum talento para escrever. Você ainda precisa dessas coisas, mas elas não são mais suficientes.” Ele explica: “O mundo tornou-se tão complicado, o crescimento da informação disponível tão explosivo, que o jornalista precisa de ser um filtro e também um transmissor, um organizador e intérprete, bem como alguém que recolhe e transmite factos. [...]”, transformando um jornalista em “gestor de base de dados, processador de dados e analista de dados”.

⁶ Disponível em: <<https://carolinadatadesk.github.io/pmeyer/book/Chapter1.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

⁷ Tradução da autora desta Dissertação.

Lage (2014) evidencia a importância do profissional para além da máquina nesse contexto. “[...] num mundo em que o volume de informações duplica-se a cada cinco anos, só especialistas serão capazes de entender - e, portanto, de comunicar - parte substancial desse acervo” (LAGE, 2014, p. 143). Contudo, o autor ressalta que a nova era da informação dividiu gerações, estabelecendo diferenciais entre o jornalista que domina a máquina e aquele que não domina. Ele evidencia outras mudanças:

A informática penetrou na gestão de empresas e governos de tal forma que altera relações sociais importantes para a mídia. É cedo para apontar o sentido dessas mudanças, mas parece certo que estimulam, por um lado, o individualismo e, por outro, o surgimento de comunidades dispersas que se unem por padrões de comportamento ou preferências. Alteram, portanto, não apenas a maneira de fazer jornalismo, mas a gama de informações a ser veiculada. Mais: a revolução cibernética baixou custos na indústria jornalística, viabilizando expansão notável de informação especializada, quer por assunto, quer pelo perfil do leitor, quer pela intenção política. (LAGE, 2014, p. 155).

Neste contexto, fala-se ainda sobre a chamada RAC, a Reportagem Assistida por Computador, que nada mais é do que o uso de técnicas instrumentais: “a navegação e busca na Internet, a utilização de planilhas de cálculo e de bancos de dados. Trata-se de colher e processar informação primária ou, pelo menos, intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público” (LAGE, 2014, p. 156). Lage (2014) acredita que esse tipo de reportagem pode ser mais promissor no que diz respeito a matérias mais analíticas, que envolvem maior profundidade, mais consistência e mais críticas.

Utilizando técnicas de RAC, por exemplo, repórteres provaram (e ilustraram com tabelas e gráficos) que um terço da população do estado de Nova Jersey vive em áreas em que a poluição excede de até 20 vezes o limite recomendável (The Record); mostraram a evolução da arrecadação de multas de trânsito por diferentes administrações do Alabama, ao longo de dez anos (The Atlanta Journal - Constitution); encontraram indícios e provas de fraude eleitoral nas eleições para prefeito de Miami (The Miami Herald); provaram que a polícia de Washington é a que mais usa as armas e a que mais perde policiais em encontros violentos, o que se deve, em parte, à deficiência de treinamento (The Washington Post); relacionaram o estilo de vida em Long Island e as estatísticas sobre a incidência de doenças do coração e câncer (Newsday) ou a renda das famílias e o aproveitamento escolar das crianças (The Daily Oklahoman e Detroit Free Press), demonstraram como o milionário Ross Perot Jr. fez sua fortuna comprando empresas em bancarrota a

preços baixíssimos (Star-Telegram); compararam o aproveitamento de alunos do segundo grau com seu desempenho em carreiras universitárias (Chronicle Herald e Mail Star); denunciaram fraudes na concessão de licenças para motoristas, associando-as a estatísticas de mortos e feridos no tráfego (Orlando Sentinel). E assim por diante. (LAGE, 2014, p. 163).

Para ser ainda mais atual, é importante tratar sobre a nova realidade imposta pela inteligência artificial - o famoso *Chat GPT* que ganhou popularidade rapidamente e surpreende pela capacidade de elaborar inclusive textos de alta complexidade, já sendo utilizado até mesmo em trabalhos acadêmicos (uma postura questionável, porém assunto para outro trabalho). A IA, como foi apelidada, também é capaz de produzir notícias apenas recebendo informações - o que pode representar um risco, futuramente, para o jornalismo. Kovach e Rosenstiel (2003) sequer imaginavam, provavelmente, essa possibilidade, quando já haviam escrito sobre as novas tecnologias:

[...] o fato é que a teoria e a finalidade do jornalismo, tão duradouras até aqui, são agora desafiadas de uma forma nunca vista antes [...]. A tecnologia vem formando uma nova organização econômica das empresas jornalísticas, dentro das quais o jornalismo acaba submetido a outros interesses. A ameaça hoje não vem só da censura governamental. O novo perigo reside no fato de que o jornalismo independente pode ser dissolvido no meio da informação comercial e da sinergia da autopromoção. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 32).

As novas tecnologias, apesar de terem se tornado aliadas indispensáveis do trabalho jornalístico, também viraram uma das grandes causas para a crise nas redações. No jornalismo investigativo, isso também está presente, dado que a categoria exige um nível ainda maior de investimento de tempo e dinheiro que deixou de ser interessante no que diz respeito ao veículo enquanto empresa. E esse é um dos fatores que levou à expansão de um fenômeno no Brasil que tem crescido cada vez mais nos últimos anos: o jornalismo sobre investigações.

1.4 O impulsionamento do fenômeno do jornalismo sobre investigações

Antes de se falar sobre o impulsionamento desse fenômeno, é preciso compreender do que se trata o chamado jornalismo sobre investigações. O conceito, muitas vezes confundido pelos próprios profissionais, pode ter todo aspecto de um jornalismo investigativo, mas, na verdade, se trata de uma outra categoria. Em linhas gerais, enquanto o jornalismo investigativo se baseia em uma investigação própria do repórter, o jornalismo *sobre* investigações consiste em reportagens feitas através de investigações realizadas por terceiros - normalmente, fontes oficiais. E, apesar de parecer novo, dadas as circunstâncias de avanços tecnológicos e mudanças na sociedade, na verdade, é uma prática mais antiga do que se imagina.

Em 2003, quando a internet ainda engatinhava - pode-se assim dizer diante do crescimento expressivo ocorrido nos anos que se seguiram -, Kovach e Rosenstiel já traziam uma espécie de categorização para a prática que, hoje em dia, tornou-se muito mais frequente nas redações. Os autores, ao elencar categorias de reportagens investigativas, apontam, entre outras, a de *reportagem sobre investigações*. “De acordo com esse conceito, a reportagem se origina da descoberta ou do vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes [...]” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 180), consistindo, dessa forma, basicamente, em acompanhar investigações. Na época, os autores já falavam sobre o crescimento exponencial desse segmento, apontando uma proliferação dele desde os anos de 1970. Como causas, Kovach e Rosenstiel (2003) elencam:

Em parte, isso se deve a que depois do episódio de Watergate governos estaduais e o federal criaram leis sobre ética e departamentos especiais para monitorar o comportamento governamental. Espalhou-se ainda por outra razão: a crescente dependência dos jornais de fontes anônimas, a um grau tal que a prática acabou preocupando tanto os profissionais de imprensa, como um público já desconfiado. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 181).

É claro que, neste contexto, a internet também teve um papel fundamental - senão o principal - para a expansão da reportagem sobre investigações. Isso porque alterou, em vários pontos, positivos e negativos, o trabalho jornalístico e até as ferramentas utilizadas pelos profissionais. A rapidez exigida, a instantaneidade das mensagens por aplicativo e a necessidade de veicular cada vez mais matérias para manter viva a percepção de uma cobertura em tempo real também impactaram e levaram ao fortalecimento do jornalismo sobre investigações.

Agora, contudo, a moderna cultura da imprensa de maneira geral enfraquece a metodologia de verificação criada pelos jornalistas. A tecnologia é parte disso. 'A Internet e a Nexis (mais outros serviços surgidos nos últimos dez anos para compartilhar e disseminar vídeo) permitem aos jornalistas fácil acesso às matérias e declarações sem que façam um trabalho de investigação', disse a jornalista Geneva Overholser ao nosso Comitê dos Jornalistas Preocupados. Os fatos são fáceis de obter, de se reescrever e depois redirecionar. Nesta era de notícias 24 horas, os jornalistas agora passam mais tempo procurando alguma coisa para acrescentar as [sic] suas matérias, geralmente interpretação, em lugar de tentar descobrir e checar, de forma independente, novos fatos. 'A partir do momento em que a matéria se forma na cabeça do jornalista, é como se o comportamento do rebanho fosse verdadeiro. A matéria é determinada por uma mídia - o relato de um jornal ou uma emissora de televisão... Isso acontece em parte porque as empresas jornalísticas estão consolidando seus impérios, e também por causa da reportagem eletrônica todos nós bebemos da mesma fonte', disse Overholser. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 119).

O jornalismo sobre investigações, na medida em que foi ganhando cada vez mais espaço, foi se mostrando uma forma mais rápida, consistente e, de certa maneira, garantida, para veicular certas informações, além de ser bem mais viável financeiramente, uma vez que independe de uma investigação própria, o que demandaria muito mais tempo e investimento por parte da empresa jornalística. É como se trouxesse aquela roupagem do jornalismo investigativo, mostrando o ar de denúncia, tivesse a aparência de um trabalho investigativo minucioso, mas na verdade totalmente pautado por fontes oficiais. E até mesmo isso, de forma paradoxal, nesse sentido, acaba por ser um ponto positivo para a empresa, uma vez que está respaldada em documentos de uma investigação oficial e pode, a qualquer momento, simplesmente se defender argumentando nesse sentido.

Entretanto, para compreendermos melhor esse conceito de jornalismo sobre investigações, ou reportagem sobre investigações, como tratam Kovach e Rosenstiel (2003), é necessário entender alguns aspectos importantes sobre as diferenças desse tipo de jornalismo, como por exemplo:

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentação e declarações não o define como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ter sido obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de press-release. Ele se transforma em jornalismo investigativo quando o repórter utiliza

técnicas e estratégias peculiares, que não fazem parte da rotina dos jornalistas de atualidade, e quando torna públicos acontecimentos que grupos de poder querem esconder da sociedade. (SEQUEIRA, 2005, p. 62).

Isso também implica na forma de atuação do profissional - a maneira como o repórter conduz e tem acesso às informações:

Lage explicita, também, em seu estudo, o grande diferencial entre o repórter de atualidade e o repórter investigativo. Conclui o autor que enquanto o primeiro é definido como um profissional dependente das fontes e sem acesso às 'fontes das fontes', ou seja, aquele profissional sem acesso aos documentos primários dos quais se origina a notícia, o repórter investigativo caracteriza-se, primordialmente, por ser o profissional que busca os documentos originais. (SEQUEIRA, 2005, p. 24).

É fundamental destacar, no entanto, que não se trata aqui de julgar o jornalismo sobre investigações como uma prática totalmente inadequada. O ponto central é, em realidade, uma crítica à adoção da prática como regra e à confusão de conceitos - "A constatação de que entre profissionais não está clara a diferença entre jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações é um resultado muito importante [...] e reforça ainda mais a relevância da discussão deste tema" (NASCIMENTO, 2007, p. 92) -. O jornalismo sobre investigações pode, sim, ser extremamente útil, principalmente em casos onde as informações estão extremamente 'blindadas' - a questão é quando isso se torna quase uma forma exclusiva de veicular denúncias. Kovach e Rosenstiel (2003, p. 182) afirmam que "o repórter concede ao entrevistado um fórum poderoso no qual pode levar ao ar uma alegação ou soltar uma insinuação sem maiores provas" e que "não há dúvida de que o processo está permeado de riscos desconhecidos. Os repórteres, nesse caso, têm acesso somente a uma parte da investigação, nenhum controle sobre ela". Nesse sentido, destacam o que pode ser apontado como o maior risco desse tipo de reportagem:

É alta, assim, a possibilidade de serem usados pelas fontes investigatórias. No lugar de funcionar como um guardião de instituições poderosas, a imprensa fica vulnerável e se converte num instrumento dessas mesmas organizações. Fazer esse tipo de reportagens exige enorme diligência por parte dos jornalistas. Paradoxalmente, as empresas de notícias pensam exatamente o

oposto - que podem, livremente, lidar com suspeitas ou alegações porque estão publicando declarações de fontes oficiais, em vez de fazer suas próprias investigações. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 183).

Um jornalista ‘mais passivo’ também pode ser um dos frutos dessa prática - um profissional acomodado, que se conforma e se limita apenas às informações que recebe, se pautando por fontes oficiais, pela garantia de estar respaldado, caso precise. Nesse sentido, Kovach e Rosenstiel (2003) afirmam:

Enquanto gastam mais tempo tentando sintetizar a enorme massa de informação que tiram dos portais da Internet, os jornalistas correm o risco de se tornarem mais passivos, recebendo mais do que procurando saber. Para ajudar a combater esse risco só existe um caminho: um melhor entendimento do significado original de subjetividade, que daria maior solidez à informação. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 120).

O jornalismo sobre investigações tem se tornado cada vez mais frequente, principalmente no que tange ao tema segurança - é comum encontrar reportagens que possuem todas as características, pelo texto e pelas informações, de um jornalismo investigativo, mas que, na verdade, está pautado puramente e somente em uma investigação oficial. “Embora esse tipo de reportagem pareça ser um trabalho investigativo original, quase nunca o é” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 186). Os autores ainda complementam com uma expressão um tanto curiosa que permite entender, de forma mais prática, a instantaneidade desse tipo de reportagem: “[...] boa parte desse material é o que a repórter de TV Liz Leamy chama de reportagem investigativa do tipo ‘só acrescenta água.’” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 186).

Em 2010, o pesquisador Nascimento recebeu o Prêmio Esso de melhor contribuição à imprensa por seus estudos no doutorado em relação ao jornalismo sobre investigações no Brasil. A tese, inclusive, deu origem a um livro. Nascimento (2010) aponta a prática como um fenômeno que revelou o jornalista, inclusive, como o que ele chama de o novo escriba. Segundo ele, o trabalho mostra que “o jornalismo investigativo no Brasil retrocedeu nos últimos anos, e o jornalismo sobre investigações se tornou um fenômeno” (NASCIMENTO, 2010, p. 12). O autor alerta: “[...] todos os que produzem reportagens sobre irregularidades de autoridades são

jornalistas. Só que uns são escribas, outros são autores - e não é bom confundi-los.” (NASCIMENTO, 2010, p. 12). A ideia de que o jornalista passa a ser um novo escriba, inclusive, reforça exatamente a forma de atuação de repórteres pautados pelo jornalismo sobre investigações, que apenas passam a reescrever informações que chegam, na maioria das vezes, embaladas e prontas.

A pesquisa de Nascimento teve como objeto de estudo reportagens de três grandes revistas informativas brasileiras - *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. O autor analisou reportagens veiculadas nos cinco anos (até a época da pesquisa) em que houve eleição presidencial, a partir do início do processo de redemocratização. Os resultados são significativos e revelam a expansão do jornalismo sobre investigações:

O total das reportagens com base em investigações oficiais cresceu 50% em 1994 em relação a 1989. Depois, o crescimento foi de 67% de 1994 para 1998. Em 2002, o volume total de reportagens sobre investigações cresceu 400% na relação com 1998. E no ano da última eleição presidencial, 2006, houve uma leve redução de 8% em relação a 2002. Em números absolutos, as reportagens sobre investigações passaram de duas, em 1989, para três em 1994, e cinco em 1998. Em 2002, chegaram a 25, e em 2006 foram 23. (NASCIMENTO, 2010, p. 75).

Nascimento (2010), ao buscar entender as causas para esse crescimento, a partir de entrevistas com jornalistas, constata uma série de fatores que levaram a esse cenário. Entre eles, estão a melhoria no aparato fiscalizatório do país, se proteger de possíveis processos indenizatórios, o aumento do lucro das empresas juntamente com a redução de gastos, com a diminuição na quantidade de profissionais, o apreço por informações oficiais e até mesmo uma acomodação por parte dos repórteres e de seus superiores. Tudo isso acabou por contribuir com o cenário em que o jornalismo sobre investigações avança, de forma massiva, e toma conta das redações.

Assim como Kovach e Rosenstiel em 2003, alguns anos depois, em 2010, Nascimento também já alertava para os riscos desse fenômeno que assola o jornalismo brasileiro: “[...] a predominância excessiva das reportagens sobre investigações no conjunto de matérias com denúncias é preocupante” (NASCIMENTO, 2010, p. 102). E, na época, a internet e as mensagens instantâneas de celular ainda não tinham sequer tomado a proporção atual. De acordo com o pesquisador, “por ter acesso só à parcela da investigação que lhe é liberada, o

repórter se expõe ao perigo de ser usado pela fonte que está passando as informações da investigação oficial. É diferente da situação em que o próprio jornalista é quem investiga” (NASCIMENTO, 2010, p. 102).

Segundo o autor, esse *boom* no jornalismo sobre investigações se trata de uma tendência da imprensa e o excesso pode ser um grande problema.

[...] investigadores oficiais e imprensa devem ter atuações distintas. Complementares ou não, paralelas ou não, mas claramente distintas. Quando realizadas com rigor e baseadas em princípios éticos, tanto as investigações jornalísticas quanto as oficiais são fundamentais para a transparência de instituições, de empresas e para a denúncia de problemas sociais graves. Se a imprensa deixa de investigar e se limita a publicar o que investigadores oficiais estão descobrindo, uma das duas formas de investigação é anulada. Isso é ruim para a imprensa e terrível para a sociedade. (NASCIMENTO, 2010, p. 105).

Se em 2003 Kovach e Rosenstiel demonstravam preocupação com esse assunto e em 2007, em sua tese de doutorado, Nascimento identifica o surgimento de um verdadeiro fenômeno no jornalismo brasileiro em decorrência disso, atualmente, mais de quinze anos depois, a prática se tornou ainda mais intensa. Diante da crise nas redações, do corte de pessoal, de gastos e de estrutura, da falta de investimentos, acabou por se tornar uma prática mais econômica e com um resultado, a partir de um olhar totalmente raso, semelhante.

Aguiar e Roxo (2019) escrevem:

A estética informacional também mudou. Diante da instantaneidade e da sensação de proximidade que os conteúdos amadores produzem na audiência, há uma expectativa de que as notícias reproduzam os acontecimentos de forma mais realística possível; as notícias envelhecem com muita rapidez e a audiência não quer mais saber da informação do dia anterior, mas, sim, da “de agora”. Para atender a essa expectativa da audiência, os veículos de comunicação passaram a se apropriar das produções amadoras para complementar seus conteúdos jornalísticos. Esta prática, além de atender aos anseios da audiência, amplia a potencialidade da proximidade geográfica das notícias e minimiza os impactos da crise de negócio das empresas jornalísticas com quadros reduzidos de profissionais e da sobrecarga de trabalho das equipes que precisam realizar produções para multiplataformas com formatos, dinâmicas e prazos de publicações diferentes. (ANDRADE, 2018; AGUIAR; BARSOTTI, 2014; BARSOTTI, 2018a; BRUNS, 2005 e 2014; JORGE, 2012; SODRÉ, 2012). (AGUIAR; ROXO; 2019. p. 170).

A falta de investimentos no jornalismo investigativo também acaba por desmotivar profissionais que, na ânsia por fazerem um bom trabalho em um segmento de tão alto prestígio, precisam, literalmente, tomar à frente por conta própria, em busca de recursos para apostarem na investigação:

O fato de os veículos de comunicação não absorverem, hoje, reportagens extensas tem levado os repórteres investigativos nos Estados Unidos a buscar recursos econômicos em fundações e instituições universitárias para publicar suas histórias. Caminho, infelizmente, quase sempre difícil para o repórter investigativo brasileiro, já que há pouquíssimas instituições com essa finalidade no Brasil - e as que existem são dirigidas a pesquisas acadêmicas. (SEQUEIRA, 2005, p. 24).

Tornou-se comum ver a seguinte prática nas redações, no que diz respeito principalmente à cobertura jornalística policial: em muitos casos, o repórter recebe a informação já ‘mastigada’, para usar um jargão jornalístico, por meio de um *press release* por parte da polícia, que vem, inclusive, acompanhado de fotos, vídeos e, em várias situações, até mesmo com uma sonora - uma declaração - do(a) delegado(a) responsável. A partir disso, o jornalista escreve o texto se detendo às informações que estão ali presentes e utiliza aquele material por completo, sem sequer ouvir outras fontes ou produzir o seu próprio conteúdo audiovisual. E, rapidamente, em questão de minutos, a reportagem está pronta, muitas vezes até sem sair da redação - sem que a empresa tenha tido qualquer custo para aquilo, já que evitou o deslocamento e gastos com transporte, houve economia de tempo, de pessoal etc.

É claro que essa prática citada acima se tornou ainda mais recorrente no jornalismo diário, no chamado *hard news*. Mas o mesmo ocorre em relação a matérias mais aprofundadas - documentos são enviados por meio do *WhatsApp* mesmo e a própria linha da reportagem tende a seguir a indicada pela fonte oficial, tornando os jornais meros replicadores de informações oficiais. É nesse sentido que se encaixa o jornalismo sobre investigações, o qual pauta este trabalho.

Kovach e Rosenstiel (2003) também tratam dessa relação e o risco para o enfraquecimento do jornalismo investigativo, inclusive a partir da percepção do próprio público que, com tantas matérias, passa a não ver mais a diferença entre algo mais aprofundado ou apenas um falso alarme:

[...] ao expor o que é rapidamente compreensível ou simplesmente sensato, enfraquece o jornalismo investigativo, convertendo-o numa instituição que se sustenta na base do alarme falso. Dessa forma, a imprensa desperdiça sua habilidade para exigir a atenção do público porque este está cansado de ver assuntos triviais tantas vezes superdimensionados. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 186).

Depois de compreender o conceito de jornalismo sobre investigações, as diferenças entre ele e o jornalismo investigativo, suas características, as causas para o avanço desse fenômeno e o contexto de crise sobre o qual está pautado, é importante analisar as consequências do uso exacerbado dessa prática. Do ponto de vista comercial, enquanto uma empresa, grupos jornalísticos tendem a ver o jornalismo sobre investigações como algo rentável: prático, rápido, com aspectos que dão ‘ar’ de investigação - um trabalho que por si só garante um prestígio -, e sem os custos que envolvem uma reportagem investigativa. É possível, por meio dessas matérias, mostrar que se está, a todo o momento, acompanhando investigações e denúncias, mantendo assim a essência do jornalismo, enquanto, na realidade, uma reportagem investigativa levaria muito mais tempo de produção, além de envolver abrir mão de profissionais no dia a dia para que se debrucem apenas sobre um determinado assunto, que, no fim das contas, nem sequer se sabe se vai ser publicado - o resultado do trabalho investigativo no jornalismo é, quase sempre, uma incógnita. Mas apostar no jornalismo sobre investigações como uma espécie de ‘substituto’ para o jornalismo investigativo pode ser extremamente perigoso. Viveríamos uma era de apenas informações oficiais? Também não se trata de incentivar que seja feita uma investigação totalmente jornalística e que não se confie em investigações oficiais - pelo contrário, muitas reportagens investigativas possuem bases oficiais e, ainda assim, são investigativas. Nascimento (2010) recorda, por exemplo, que:

O uso de algumas informações de investigações oficiais não impediu que o trabalho de Bernstein e Woodward se transformasse no mais famoso exemplo de jornalismo investigativo do mundo. A grande diferença entre o que a dupla do *Post* fez e as atuais reportagens sobre investigações é que as informações oficiais sobre o Watergate foram usadas para reforçar a apuração, esclarecer dúvidas e confirmar fatos que os repórteres haviam descoberto. Ou seja, as investigações oficiais funcionaram como um acessório para a investigação jornalística. (NASCIMENTO, 2010. p. 101).

Esse seria o uso ideal das investigações oficiais (claro que, eventualmente, é normal que fossem feitas reportagens sobre investigações em andamento - o que se defende aqui é que elas não substituam o jornalismo investigativo, nem o enfraqueçam).

Fato é que o jornalismo sobre investigações tem avançado ao longo dos anos, tomando um amplo espaço nos noticiários. Entretanto, como já mencionado neste estudo, a grande questão não é condenar essa prática, mas sim alertar para a proporção que tem tomado. No desejo por reportagens que tenham, pelo menos, a aparência investigativa e de denúncia em busca do prestígio que isso traz, tanto para o repórter quanto para o veículo, peca-se, apostando demasiadamente em reportagens sobre investigações, frente aos obstáculos encontrados para se fazer jornalismo investigativo. E, nesse caminho, os próprios profissionais começam a confundir conceitos, de forma natural, que não poderiam ser, sob hipótese alguma, misturados. Por outro lado, o jornalismo investigativo sofre um enfraquecimento - o jornalismo sobre investigações parece uma opção de menor custo e que apresenta um resultado semelhante, garantindo retornos de qualquer forma. Mas o preço a se pagar pode ser muito alto, ao longo do tempo. No entanto, para compreender melhor o impulsionamento do fenômeno do jornalismo sobre investigações, é preciso, ainda, entender como funciona o processo de produção de uma notícia, e o que permeia ele, a partir das teorias do jornalismo.

2 O processo de produção da notícia

Consideradas, por vezes, uma espécie de duas realidades que seguem seus caminhos dissociadas, a teoria e a prática jornalística vivem, de certo modo, em meio a uma série de questionamentos. No dia a dia da profissão, é perceptível o distanciamento entre a academia e os profissionais do mercado, que atuam nos veículos de comunicação ou em assessorias de imprensa. Em outros campos de estudo, é comum ver uma carreira trilhada lado a lado. No entanto, quando se trata da Comunicação - e, nesse caso, mais especificamente ainda no Jornalismo -, a realidade parece ser, em sua maioria, outra - a de que a maior parte dos profissionais que atuam no mercado costumam deixar de lado a academia. Geralmente, já encaminhados em funções ou cargos que almejavam parecem sequer buscar uma especialização como forma de se aprimorar profissionalmente. E, ao discutir isso com colegas do meio, é visível a ideia enraizada de que teoria e prática, geralmente, não se complementam - uma percepção que pode não apenas ser equivocada, mas também prejudicial. É possível que essa discussão esteja pautada em cima de uma hipótese apresentada por Luiz Signates (2017).

A Comunicação compreendida como campo pode ser apontada como algo recente. Comparada a outros segmentos, passou a ser estudada e aceita, de fato, como um campo há pouco tempo. “Será somente em 2001 que a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] distinguiu a comunicação como campo próprio, separando-o das artes.” (SIGNATES, 2017, p. 2). Essa distinção, talvez considerada tardia, pode ter relação, também, com a percepção dos profissionais que estão na linha de frente da produção de notícias. É como se o reconhecimento dessa área de estudo como assim, de fato, fosse muito recente e, portanto, ainda não tradicional.

Signates (2017) levanta a hipótese da Comunicação como uma ciência básica tardia. Para o autor, são as características teóricas e epistemológicas, além do contexto comunicacional das sociedades que colocam o campo dentro deste conceito. Signates (2017) toma como ponto de partida o histórico da tabela de classificação das áreas do conhecimento a partir do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A partir da percepção de que essa classificação científica é útil não apenas por trazer padrões e transformar em objetos reconhecíveis, mas também por permitir a gestão e avaliação de políticas públicas, entre outros benefícios, o autor coloca em xeque a inclusão tardia da Comunicação. Para isso, Signates (2017) recorre a um resgate histórico, ao mostrar que o debate é recente - há menos de 60 anos:

A classificação brasileira das áreas de conhecimento, até alguns anos atrás, era pautada no ordenamento das seções de comunicação da Reunião Anual da SBPC. A primeira vez que a temática da comunicação foi considerada nesse evento foi em 1976 (SOUZA, 2004, p. 12), presente na Seção 5, dedicada às Ciências do Homem, no item 5.7, relativo às “Artes e Comunicação”, e, da mesma forma, repete-se na Reunião Anual de 1984. [...] As 13 subdivisões ou subáreas da comunicação constituem um ponto interessante de análise, para se avaliar o modo como a comunicação é percebida pela comunidade científica:

- TEORIA DA COMUNICAÇÃO
- JORNALISMO E EDITORAÇÃO
- TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO
- ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS
- ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS
- JORNALISMO ESPECIALIZADO
(COMUNITÁRIO, RURAL, EMP. CIENTIF.)
- RÁDIO E TELEVISÃO
- RADIODIFUSÃO
- VIDEODIFUSÃO
- RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA
- COMUNICAÇÃO VISUAL
- PROGRAMAÇÃO VISUAL
- DESENHO DE PRODUTO

(SIGNATES, 2017, p. 2)

A partir desse entendimento, o autor em tela pontua uma série de observações. Entre elas, Signates (2017) destaca: “trata-se de uma classificação que privilegia os aspectos técnico-profissionais da formação em comunicação, com elevado privilégio para as temáticas do jornalismo. Das 13 subáreas, cinco (38,5%) citam explicitamente o jornalismo.” (SIGNATES, 2017, p. 2). Neste sentido, ainda que o jornalismo esteja, de certo modo, em vantagem, trata-se de uma classificação recente e, portanto, com implicações referentes a isso. Tendo isso em vista que o foco desta Dissertação é o jornalismo e suas práticas, as discussões em relação a outros segmentos da Comunicação não serão tratadas neste estudo.

A classificação recente também possui fragilidades. Signates (2017) afirma que:

As classificações científicas nem sempre funcionam. A que classifica a comunicação, a cada dia, deixa de fazer sentido diante do avanço dos estudos teóricos e epistemológicos da comunicação. Eis por que o corolário dessa análise parece óbvio: a classificação das áreas do conhecimento no Brasil não percebe a comunicação como uma ciência, e sim como habilidade ou, na melhor das hipóteses, como conhecimento aplicado (no sentido de aplicação de conhecimentos múltiplos e pouco definidos, e não de um saber autônomo levado à prática). (SIGNATES, 2017, p. 2).

A percepção da Comunicação como uma habilidade - ou, por vezes, popularmente falando, até mesmo com um dom ou talento - também coloca o meio como algo mais frágil e pode ter reflexos nem sempre positivos. Em outras palavras, distancia a Comunicação do conceito de uma ciência que necessita ser estudada e aprimorada e passa a colocá-la mais próximo da ideia de que, justamente por se tratar de uma habilidade ou talento, não há a necessidade de ser percebida como uma ciência. Daí, talvez, deriva-se a percepção popular, inclusive dentro do próprio meio, de um distanciamento entre a academia e o mercado, como se fossem dois meios completamente distintos dentro da profissão e que seguem caminhos totalmente separados, enquanto deveriam ser complementares, uma vez que as práticas jornalísticas deveriam estar pautadas, também, em muitas discussões que ocorrem no meio acadêmico, assim como o inverso.

Ainda que enfrentando obstáculos como esses, como uma classificação recente e problemáticas que dela derivam, como o distanciamento entre o mercado e a academia, a Comunicação e, nesse caso, mais precisamente o jornalismo possuem estudos fundamentais para compreender as práticas da profissão e que permitem uma melhor compreensão sobre elas. Antes de explorarmos os impactos dessas questões diretamente no que diz respeito ao jornalismo investigativo, faz-se necessário, no entanto, compreender as teorias do jornalismo que estão diretamente, ou indiretamente, ligadas a essa prática.

2.1 As teorias do jornalismo

Publicado em 2005, o livro de Nelson Traquina ainda hoje pode ser considerado o grande guia no que diz respeito à parte teórica do jornalismo. “Teorias do Jornalismo - Porque as notícias são como são” se tornou um compilado necessário que, praticamente, orienta os estudos na área. O professor norte-americano se debruçou em estudos internacionais sobre o jornalismo e se tornou a maior referência em Portugal no assunto - logo em seguida também no Brasil, explicitando a contribuição portuguesa para a teoria do jornalismo no país.

Em uma nota publicada no livro de Traquina⁸, o supervisor editorial Eduardo Meditsch explica que a necessidade de haver uma teoria do jornalismo no Brasil é evidenciada em meados dos anos de 1970, quando o estudante gaúcho Adelmo Genro Filho passa a escrever e publicar artigos sobre o assunto. “Aluno incomum, leitor de filósofos e estudiosos da sociedade, Adelmo se assombrava com o primarismo das definições sobre a profissão vigentes na prática profissional e repassadas na literatura técnica dos cursos universitários de então.” (TRAQUINA, 2005, p. 11). Meditsch (TRAQUINA, 2005, p. 11) afirma que, mais adiante, o então aluno passou a ser “lembrado como o fundador da disciplina ‘Teoria do Jornalismo’ no país. Ninguém como ele, em nosso país, contribuiu tanto para apontar a lacuna teórica da formação profissional e a necessidade deste recorte inédito [...]”. Adelmo Genro Filho acabou por morrer precocemente, aos 36 anos, em 1988, mas as suas indagações e inquietações em relação à falta de teoria no jornalismo permaneceram no país, que ganha, com força, contribuições portuguesas nesse sentido. As coletâneas de estudos estrangeiros traduzidas para o português por Nelson Traquina começaram a chegar no Brasil entre a década de 1990 e a virada do século, conquistando cada vez mais espaço neste cenário e reafirmando essa lacuna teórica.

Traquina (2005, p. 22) discorre sobre o que é o jornalismo e deixa claro a necessidade de vê-lo como algo além de uma prática ‘mecânica’. “[...] o jornalismo é demasiadas vezes reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos, e os jornalistas reduzidos a meros empregados, trabalhadores numa fábrica de notícias. [...] há muito mais no jornalismo, para além do domínio das técnicas jornalísticas [...]” e segue: “os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez uma das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais”. O jornalismo é peça chave em uma democracia e é a voz daqueles que não conseguem ser ouvidos - daí derivam-se tantas responsabilidades, o que torna ainda mais evidente a necessidade de ser uma profissão não apenas ‘mecânica’, como um embrulho de notícias, mas como práticas que precisam ser discutidas, revistas e aprimoradas.

Para compreender, também, essa visão popular sobre o jornalismo, faz-se necessário revisitar a história da imprensa. Traquina (2005, p. 34), ao abordar a expansão dessa categoria,

⁸ A nota de Eduardo Meditsch antecede os capítulos do livro e é intitulada “A contribuição portuguesa para a teoria do jornalismo no Brasil”. Nela, Meditsch explica: “Apesar de sua crescente influência entre os professores e pesquisadores da área de jornalismo no Brasil, Nelson Traquina só tinha um livro publicado aqui: O Estudo do Jornalismo no Século XX, lançado em 2001 pela Editora Unisinos, no Rio Grande do Sul. As obras portuguesas continuam de difícil acesso, agravado pela crescente defasagem cambial. Foi por estas razões que o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia da UFSC encomendou a ele este Teorias do Jornalismo, que aparece em dois volumes, por razões operacionais, com a chancela da Editora Insular de Florianópolis”. (TRAQUINA, 2005, p. 15).

explica que “o jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa.”. Segundo o autor, foi a partir dessa expansão e do aumento do número de empregos na área que o objetivo mudou de *fazer propaganda* para *fornecer informação*. Para Traquina (2005), essa mudança de paradigma é relevante porque evidenciou valores que ainda hoje são norteadores da profissão, como a busca pela verdade, a objetividade e o serviço ao público, entre outros. Traquina (2005) também pontua a questão do lucro subsequente a esse *boom* na comercialização da imprensa:

Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo - a chamada *penny press*⁹ - os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando como objetivo fundamental o aumento das tiragens. Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto - as notícias, baseadas nos “fatos” e não nas “opiniões”. Assim, no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma - informação, não propaganda - que é compartilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social - os jornalistas - que reivindica um monopólio do saber - o que é notícia; e a comercialização da imprensa - a informação como mercadoria, visível com o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista nos fins do século [...]. Portanto, o surgimento do jornalismo enquanto atividade remunerada está ligado à emergência dum dispositivo tecnológico, à emergência do primeiro *mass media*, a imprensa. (TRAQUINA, 2005, p. 34).

De acordo com Traquina (2005), essa pode ser considerada a ‘época de ouro’ da imprensa - o século XIX -, uma vez que as tiragens e os jornais aumentavam exponencialmente. O autor aponta pelo menos quatro fatores que contribuíram para esse cenário: “1) a evolução do sistema econômico; 2) os avanços tecnológicos; 3) fatores sociais; e 4) a evolução do sistema político no reconhecimento da liberdade no rumo à democracia.” (TRAQUINA, 2005, p. 35).

Os avanços tecnológicos, apontados como o segundo fator para essa expansão da imprensa, não foram apenas causa - também trouxeram consequências, inclusive para as características da profissão:

⁹ Nota de rodapé da autora desta Dissertação: Traquina (2005, p. 50) explica que esse termo “vem do fato de que, perante o preço estabelecido ou comum de seis centavos, o preço desta nova imprensa foi reduzido a um centavo. Com o objetivo de aumentar a circulação, atingindo pessoas que normalmente não compravam um jornal por razões econômicas, o baixo preço destes jornais tornava-os acessíveis a um novo leque de leitores. Há assim um novo conceito de audiência: 1) um público mais generalizado e não uma elite educada; 2) um público politicamente menos homogêneo.”.

Os avanços na rapidez de transmissão da informação, em particular o telégrafo em 1844 e o telégrafo por cabo em 1866, iriam ser o sinal de uma nova era do jornalismo, cada vez mais global, e cada vez mais ligado à atualidade, que continua cada vez mais viva hoje, em que o tempo exerce um controle tirânico, embora a obsessão com a rapidez já fosse bem visível nas anedotas dos jornalistas do início do século na Inglaterra. A identificação do jornalismo com a atualidade seria irrepreensivelmente atingida e a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias, de preferência em primeira mão e com exclusividade, tornar-se-á um marco fundamental da identidade jornalística. (TRAQUINA, 2005, p. 38).

Esse marco da velocidade, inclusive, persiste até hoje, tendo a internet como uma grande influenciadora nesse sentido. Os jornais impressos não conseguem mais competir, enquanto TV e rádio ainda tentam acompanhar, na medida do possível, a velocidade da divulgação de notícias, mas fato é que, com mais avanços tecnológicos, no caso a expansão da internet, dar uma notícia em primeira mão e com exclusividade se tornou uma tarefa cada vez mais árdua e rara. Traquina (2005, p. 53) afirma: “O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas-de-fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística - o imediatismo”.

Toda essa expansão também trouxe, é claro, uma lógica empresarial para o jornalismo: “Com a expansão da imprensa, as empresas jornalísticas eram empresas cada vez maiores, mais complexas, mais burocráticas, com uma crescente divisão do trabalho” (TRAQUINA, 2005, p. 57). Nesse mesmo cenário de expansão e de criação de cargos dentro das empresas jornalísticas, as práticas da profissão também são aprimoradas, ou seja, a forma de construir uma notícia e os meios para descobrir uma história, incluindo o recurso de várias fontes em uma única reportagem. Mas é também a partir disso que começa a nascer um outro tipo de jornalismo - o jornalismo de investigação. Traquina (2005) explica:

Não só as peças noticiosas incluíam cada vez mais fontes múltiplas, apresentando uma diversidade de pontos de vista no mesmo artigo, como também os jornalistas demonstraram ainda mais agressividade na obtenção de elementos informativos: a prática dos correspondentes do Norte durante a Guerra Civil norte-americana, de viajar disfarçados no Sul para evitar serem detectados, forneceu um modelo para o “jornalismo de disfarce” que se desenvolveu nos anos de 1880. (O

primeiro artigo deste tipo foi publicado no jornal de Joseph Pulitzer, *New York World*, com o título “Inside the Madhouse”, e era uma reportagem sobre um hospício). Outro importante desenvolvimento, demonstrativo do crescente poder da imprensa, seria o surgimento do jornalismo de investigação, com os chamados jornalistas *muckrakers* no fim do século XIX e início do século XX. A utilização de testemunhas oculares, o desenvolvimento da reportagem, com a utilização da técnica da descrição, foram algumas das inovações no jornalismo no decurso do século XIX. Mas houve também uma mudança importante no formato das notícias durante o século. À medida que as notícias começaram a ser tratadas como um produto, uma forma nascente de “empacotamento” apareceu. As notícias tornaram-se crescentemente estandardizadas ao tomarem a forma a que chamamos hoje “pirâmide invertida”, enfatizando o parágrafo de abertura, o *lead*. (TRAQUINA, 2005, p. 59).

Esse crescimento da imprensa, no entanto, não caminhou na mesma velocidade dentro das universidades. Por muito tempo, o jornalismo foi visto como algo técnico (na maior parte do século XIX, sequer era percebido como uma profissão) e esse desenvolvimento do ensino universitário na área acabou por acontecer de forma mais lenta e gradual, em períodos diferentes em várias partes do mundo. Traquina (2005) conta que os Estados Unidos e a França foram os pioneiros neste sentido, já que esse processo ocorreu mais cedo nesses países - nos EUA, por exemplo, começou nos anos 60 do século XIX. No entanto, ainda assim, esse ensino se dava de forma muito mais prática e técnica: “A regra geral é que estas aulas eram dadas por antigos homens dos jornais. Muitos destes primeiros programas de ensino em jornalismo davam ênfase ao treino da escrita e da edição [...]” (TRAQUINA, 2005, p. 84). Foi somente no início do século XX que a formação mais voltada à licenciatura começou a evoluir. Traquina relembra ainda que, a partir daí, as universidades passaram a apostar mais na área - no entanto, ainda sendo motivo de discussão e discordância:

Os cursos universitários em jornalismo não cessaram de crescer em número e na quantidade de estudantes inscritos desde o começo do século XX. Houve um aumento de quatro cursos universitários em 1910, para 28 em 1920, e para 54 em 1927. Estes programas deram menos de 25 licenciados por ano em 1910, comparados com 931 em 1927. Entre 1971 e 1982, o número de alunos inscritos em Licenciaturas em jornalismo triplicou de um total de 36.697 em 1971 para 91.016 em 1982. Hoje em dia, há perto de 300 Licenciaturas em jornalismo no país. Na França, o debate sobre a existência de escolas de jornalismo começou no fim do século XIX, embora continuassem a existir vozes contra a existência de escolas. Para o jornalista Leon Daudet, uma escola de jornalismo não era

necessária porque “o jornalismo dependia de um dom desenvolvido pela assiduidade” (Ferenzi, 1993:257). (TRAQUINA, 2005, p. 85).

Essas discussões, inclusive sobre o fato de ser ou não considerada uma profissão, acabam por apontar fragilidades no jornalismo. Muitos que o executam percebem, historicamente, uma falta de prestígio do meio e até mesmo uma perda de credibilidade, diante de tantos erros e posições políticas assumidas em troca de suporte financeiro. Além de ser, se comparada com outras áreas, uma categoria relativamente nova (reconhecida como tal), ainda necessita de muitos estudos, uma vez que as discussões são recentes - “os jornalistas têm estado envolvidos num processo de profissionalização que começou em meados do século XIX e continuou ao longo do século XX” (TRAQUINA, 2005, p. 106).

No entanto, apesar de ainda ser alvo de discussões e de os estudos da área serem ‘novos’, de certa maneira, o jornalismo enquanto conhecimento também se firmou a partir da elaboração de teorias que justificam ou explicam as práticas da profissão. Neste trabalho, foram elencadas apenas quatro das teorias do jornalismo, uma vez que o objeto de pesquisa se trata de jornalismo investigativo. Portanto, as teorias selecionadas estão diretamente ligadas às práticas dessa categoria jornalística e servem de base para compreendermos, em seguida, o que levou ao atual cenário do jornalismo investigativo e em que ele está apoiado teoricamente.

2.1.1 A teoria do *gatekeeper*

Para compreender a teoria do *gatekeeper*, pode-se partir do significado da própria palavra. Em uma tradução livre, *gatekeeper* seria como o porteiro, em inglês. A própria expressão já deixa claro - há alguém que determina o que entra e o que sai de determinado local. Tal qual um porteiro, no jornalismo, não seria diferente - uma figura decide o que será publicado e o que ficará de fora, um papel fundamental e de alta responsabilidade. Também chamada de teoria da ação pessoal, essa linha aparece pela primeira vez no jornalismo nos anos de 1950, podendo ser considerada, inclusive, como a primeira teoria que surgiu na literatura acadêmica sobre o jornalismo. David Manning White foi o responsável por trazer esse conceito ao meio

jornalístico em 1950 (o criador, de fato, deste conceito, é o psicólogo Kurt Lewin, em 1947, mas neste caso ele era aplicado em relação às decisões domésticas no que diz respeito às compras de alimentos) - o que resultou em, segundo Traquina (2005, p. 149), “uma das tradições mais persistentes e prolíferas sobre as notícias”.

Nessa teoria, o foco está em uma figura central - aquela que é a responsável pela tomada de decisão - e, assim, acaba por carregar, também, certos juízos de valor. Parte-se do princípio de que há um julgamento subjetivo, aliado, assim, às experiências daquela pessoa que tomará a decisão. Desse modo, questiona-se a objetividade jornalística.

Traquina (2005) detalha:

Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua “morte” porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação. Publicado em 1950, o já clássico estudo de David Manning White baseia-se numa pesquisa sobre a atividade de um jornalista de meia-idade num jornal médio norte-americano, Mr. Gates, que anotou durante uma semana os motivos que o levaram a rejeitar as notícias que não usou. A conclusão de White é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no “conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”. Assim, numa teoria que Schudson (1989) designa de “ação pessoal”, as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções. (TRAQUINA, 2005, p. 152).

A teoria do *gatekeeper*, no entanto, faz uma análise apenas do ponto de vista de ‘uma pessoa’ - do jornalista. Seria uma espécie de análise mais crua, limitada, que desconsidera quaisquer outros tipos de fatores na influência do que é selecionado para ser veiculado ou não. Traquina (2005, p. 151) diz que ela “privilegia apenas uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macro-sociológicos, ou mesmo, micro-sociológicos como a organização jornalística”. É sabido que, apesar de ser uma teoria norteadora, os critérios de seleção para a veiculação de uma notícia passam por diversos ‘crivos’, influenciados por vários fatores - sejam eles pessoais, empresariais ou comerciais.

Traquina (2005, p. 151) afirma que “a teoria do *gatekeeper* avança igualmente uma concepção bem limitada do trabalho jornalístico, sendo uma teoria que se baseia no conceito de ‘seleção’” e complementa: “minimizando outras dimensões importantes do processo de produção das notícias, uma visão limitada do processo de produção das notícias.”. Neste mesmo sentido, outros estudiosos da área colocaram em xeque a teoria, apontando inconsistências:

Os estudos de McCombs e Shaw (1976) e Hirsch (1977) reanalisaram os dados de White e apontaram a semelhança das proporções de notícias das diversas categorias utilizadas pelo serviço das agências e as notícias selecionadas por “Mr. Gates”. Hirsch concluiu que o jornalista exerceu a sua liberdade dentro de uma latitude limitada e que a grande maioria das razões apresentadas por “Mr. Gates” refletiu o peso de normas profissionais e não razões subjetivas. Num estudo sobre dezesseis jornalistas com as mesmas responsabilidades que “Mr. Gates”, Gieber (1956) refuta as conclusões de White. Gieber concluiu que o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista que, segundo Gieber, “raramente” entravam no processo de seleção. (TRAQUINA, 2005, p. 151).

As críticas em relação à teoria do *gatekeeper* não se detêm apenas em relação ao fato de o jornalista estar em uma posição de poder sendo influenciado pela sua subjetividade. Há, ainda, complementos a essa teoria que busca explicar o processo de seleção de notícias. Adriana Barsotti (2012) propõe colocar em pauta outro conceito - o de *gatewatcher*. A pesquisadora, que estudou a forma de atuação do jornalismo on-line no que diz respeito a esse processo de seleção de notícias, aponta o conceito de *gatewatcher* como uma possível reconfiguração do papel do jornalista on-line. Barsotti (2012, p. 169) explica que, nessa posição, “no lugar do repórter, que sugere pautas, produz fatos e os redige no formato de notícia, entraria em cena o ‘bibliotecário’, com o objetivo de reunir a maior quantidade de conteúdos para direcioná-los ao seu público.” e segue: “Cabe a ele observar os ‘portões de saída’ de sites de veículos tradicionais e não tradicionais, de fontes primárias da informação, buscando conteúdos relevantes assim que eles se tornam disponíveis para redirecioná-los aos usuários”.

O conceito de *gatewatcher* está baseado em um comportamento cada vez mais repetitivo nas redações. Durante boa parte do tempo, inclusive para minimizar custos, jornalistas não buscam mais nas ruas as pautas. Frente à enxurrada de informações que chega pela internet, os

profissionais passam os expedientes olhando o que outros veículos estão divulgando e, em muitos casos, se pautam a partir da concorrência, buscando apenas a confirmação de determinadas informações que já foram divulgadas. Sobre isso, Barsotti (2012) propõe que essa função de *gatewatcher* também contribui para o chamado mimetismo midiático, uma replicação de matérias entre diferentes veículos. A partir da observação da conduta de profissionais da imprensa, a autora chega ainda à seguinte conclusão:

A conduta e as afirmações da editora de *O Globo* demonstram que o termo *gatekeeper* se tornou insuficiente e demasiadamente estreito para explicar as novas funções do jornalista na *web*. Contudo, o *gatewatcher* também não se encaixa adequadamente. Não cabe a esse jornalista ser um mero observador e facilitador do acesso à informação na *web*. No novo ambiente interativo da internet, o jornalista acumula múltiplas funções: ele mantém sua função de seleção, hierarquização e publicação das notícias, mas também observa os conteúdos que circulam pela *web* com o objetivo de escoá-los para o público. No caso de Cláudia, mesmo quando age como *gatewatcher*, ela não deixa de ser *gatekeeper*, pois a todo momento está preocupada em checar as informações que trafegam pela *web*. As duas teorias juntas, no entanto, não dão ainda conta da reconfiguração do papel do editor na internet. Pois ele também exerce o papel de mediador entre as notícias e seu público. (BARSOTTI, 2012, p. 170).

A função de mediador no jornalismo não é algo novo, mas se tornou mais evidente com o alto volume de informações que chegam por meio da internet - como se os jornalistas fossem uma espécie de filtro, responsáveis por selecionar e direcionar informações para o público. Mas, para Barsotti (2012, p. 175), “o papel do jornalista *on-line* não se restringe a cancelar as informações”. Ao observar práticas do jornalismo *on-line*, a autora explora também o conceito de jornalista enquanto mobilizador de audiência e a influência do público sobre as reportagens. Uma das práticas analisadas por Barsotti (2012) é a redação de reportagens feitas a partir de enquetes interativas com a audiência, com o intuito de mostrar “como a realidade social modifica e age sobre o jornalismo, como ele é permeado por diversas forças sociais” (BARSOTTI, 2012, p. 184). Sobre os profissionais do jornalismo, a autora questiona: “São relatores dos fatos? Contadores de história? Pedagogos? Mediadores? Gatekeepers? Gatewatchers? Mobilizadores?” e continua: “Ao longo de seus quase duzentos anos como

atividade profissional, é mais provável que o jornalismo venha incorporando novas funções do que excluindo algumas delas" (BARSOTTI, 2012, p. 184).

O cenário não é diferente no que tange aos jornalismo investigativo ou ao jornalismo sobre investigações. O papel do jornalista como *gatekeeper*, *gatewatcher* ou mobilizador de audiência também se aplica nos dois casos. Enquanto *gatekeeper*, o profissional se coloca em uma função de garimpo, avaliando todos os riscos de determinada reportagem investigativa e os recursos que serão necessários, além do conteúdo daquele material e as implicações da veiculação. Já como *gatewatcher*, é possível colocar em pauta o mimetismo midiático - no momento em que um veículo divulga uma reportagem investigativa os outros tendem a buscar desdobramentos para falar sobre o mesmo caso, tentando avançar na apuração da concorrência, como uma forma de, popularmente falando, não ficar para trás. Em relação à função de mobilizador de audiência, o jornalista investigativo parece exercer um papel de destaque - por ter mais prestígio, o alcance acaba por ser maior e, portanto, suas consequências também.

Assim como a percepção de que, no jornalismo, as funções são incorporadas umas às outras, o mesmo ocorre, de certa maneira, com as teorias de jornalismo. Várias delas estão entrelaçadas de alguma forma, sendo complementares. A teoria organizacional, que veremos a seguir, é um exemplo disso.

2.1.2 A teoria organizacional

Com os jornais em plena expansão e a lógica empresarial ganhando espaço no meio vislumbrando um mercado lucrativo, o jornalista deixou de ser o centro da produção e uma nova teoria avança. Enquanto a teoria do *gatekeeper* colocava-o em uma posição de porteiro, determinando o que era veiculado ou não, questionando a objetividade, a teoria organizacional coloca à frente como figura principal a empresa - a organização.

Essa perspectiva teórica, elaborada por Warren Breed, deixa de lado aquela visão individual para explorar a influência da organização jornalística sobre esse processo de produção. Traquina (2005, p. 152) explica que "Breed sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista" e que, a partir disso, ele "considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política

editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo.”. É como se houvesse uma espécie de socialização na empresa, alinhando o profissional à política editorial da organização - e isso trazendo formas de recompensas ou punições, de acordo com o comportamento do jornalista. No entanto, isso ocorre de uma maneira velada, sem que esteja explícito o posicionamento da organização aos profissionais.

Traquina (2005, p. 152) pontua o que contou Breed sobre suas percepções acerca dessa forma de agir das organizações:

Escreve Breed (1955/1993:154): “O primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redator no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a política editorial. Nem nunca será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após outra, vieram-no confirmar.” [...] Escreve Breed (1955/1993:155): “...(T)odos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem ‘por osmose’. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e ‘aprendem as regras’, como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades”. (TRAQUINA, 2005, p. 152).

Tal qual uma empresa onde os funcionários precisam seguir manuais, os veículos de imprensa também assim agem. É importante considerar, entretanto, que a política editorial é algo mutável, conforme as direções que estão à frente da empresa, sendo, muitas vezes, influenciadas diretamente por mudanças em cargos políticos ou até por anunciantes nos jornais. Ainda assim, os profissionais, mesmo sabendo que deveriam estar norteados pela isenção jornalística, seguem a política editorial, afinal trata-se, também, de ter um emprego.

Traquina (2005) explica que Breed elencou seis fatores que levam os funcionários a se conformarem com a política editorial da organização. São eles: 1) A autoridade institucional e as sanções; 2) Os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; 3) As aspirações de mobilidade; 4) A ausência de grupos de lealdade em conflito; 5) O prazer da atividade; 6) As notícias como valor.

O primeiro fator - a autoridade institucional e as sanções - diz respeito aos receios que os profissionais possuem de sofrerem punições caso não sigam as regras. Um exemplo seria ser afastado de alguma editoria mais prestigiada e ser realocado em outra menos interessante. Mudanças bruscas em textos ou a falta de assinatura do jornalista em determinada matéria também seriam alternativas de atitudes vistas como uma forma de punição.

O segundo fator, que trata dos sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores, fala por si só. Está relacionado aos vínculos feitos no ambiente de trabalho entre superiores e subordinados - é comum encontrar nas redações relações mais horizontais em função das amizades criadas -, além dos sentimentos de admiração e respeito por outros colegas. Esses sentimentos acabam por provocar uma espécie de aliciamento, levando ao conformismo para evitar se indispor.

As aspirações de mobilidade, consideradas o terceiro fator, tratam sobre o futuro profissional e os sonhos do profissional de crescimento na empresa. É como se ir contra à política editorial da organização fosse uma forma de não acompanhar os passos da empresa, não estar alinhado, e, portanto, se tornaria um obstáculo para crescimento profissional no local.

O quarto fator está relacionado diretamente aos sindicatos. Sem sentir uma representação forte e unificada da categoria, os jornalistas se veriam desamparados no que diz respeito à atuação das organizações sindicais em assuntos internos, além das redações serem ambientes mais pacíficos. Por isso, trata-se da ausência de grupos de lealdade em conflito.

O prazer da atividade, colocado como o quinto fator que leva ao conformismo frente à política editorial, fala sobre o quanto os jornalistas gostam do trabalho que desempenham. Essa paixão acaba por guiar as atividades profissionais, trazendo uma cooperação entre colegas e por sentir orgulho do trabalho. Além disso, é como se existissem gratificações não financeiras que compensam.

Por fim, o sexto fator - as notícias como valor - aborda a perspectiva do jornalista, que coloca a notícia como foco central, como seu maior objetivo. Portanto, aceita-se que é um trabalho contínuo, 24h por dia, um investimento em prol da notícia em si. O foco passa a ser a busca por notícias, não ir contra a política editorial da empresa.

Apesar de elencar esses fatores como obstáculos para o enfrentamento à política editorial das organizações, Traquina (2005) também afirma que Breed indicou outros cinco fatores que podem influenciar nisso, mostrando que os limites que levam ao conformismo podem ser ultrapassados - entre eles, por exemplo, está o 'estatuto' do jornalista, ou seja, a

‘fama’ ou ‘consideração’ da empresa por determinado profissional (no jargão jornalístico, o jornalista estrela).

Alguns estudos apontam certas críticas à teoria elaborada por Breed. “Na opinião do acadêmico britânico James Curran (1990), a autonomia do jornalista é uma ‘autonomia consentida’, isto é, a autonomia do jornalista é permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística” (TRAQUINA, 2005, p. 157).

No jornalismo investigativo e no jornalismo sobre investigações, a teoria organizacional auxilia a compreender o processo de produção de notícias nesses dois casos, já que está altamente relacionada com a política editorial da organização sobre o que é permitido publicar ou não e ainda sobre as formas de recompensas e sanções. “[...] segundo a *teoria organizacional*, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística.” (TRAQUINA, 2005, p. 157).

De acordo com Traquina (2005):

O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimendas - dois meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas, e a sua promoção - quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional. Segundo a teoria organizacional, o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios que a organização dispõe. Assim, esta teoria apenas aponta para a importância do fator econômico na atividade jornalística. Aliás, como iremos ter a oportunidade de sublinhar na apresentação de uma das vertentes da teoria de *ação política*, o fator econômico é determinante na resposta dada à pergunta porque as notícias são como são. O jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas, com a exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja, a comparação entre os custos e as receitas. (TRAQUINA, 2005, p. 158).

A lógica da teoria organizacional também compreende o fato de que, como toda empresa, o jornalismo também possui seus gastos e precisa administrar da melhor forma possível seus recursos, minimizando custos e aumentando rendimentos. No entanto, um dos

grandes problemas relacionados a isso é o cenário de crise - poucos recursos e uma oferta de baixos salários aos profissionais para um trabalho desgastante.

Mais recentemente, a teoria organizacional também recebeu algumas atualizações. Acadêmicos analisam outras variáveis que podem ter interferência na empresa. É o caso, por exemplo, do papel do diretor no funcionamento da organização e do tamanho da empresa (que influencia no grau de especialização dos jornalistas, na dinâmica comunicacional e no grau de autonomia do jornalista).

Antes de compreendermos melhor de que forma a teoria organizacional baseia o jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigações, é necessário entender outras duas teorias que também possuem relação com esses segmentos jornalísticos e sua produção de notícias - elas partem do princípio das notícias como construção.

2.1.3 A teoria estruturalista

O paradigma das notícias como uma construção da realidade surge por volta da década de 1970, apontando para uma virada nas pesquisas acadêmicas sobre o jornalismo. Os novos estudos, considerados como teorias construcionistas, acabam por refutar completamente as perspectivas das notícias como uma forma de distorção e, simultaneamente, como um espelho da realidade. Nesta linha, as teorias construcionistas entendem que as notícias também ajudam a construir a própria realidade. Além disso, consideram que a própria imprensa é quem estrutura a representação dos fatos a partir de múltiplos fatores, como por exemplo questões organizativas do trabalho e limitações nos orçamentos. Por esse entendimento, discordam da ideia de que as atitudes do profissional de jornalismo sejam determinantes no que diz respeito à produção de notícias. A classificação das notícias como ‘estórias’ também é tratada nesses estudos, mas, nessa perspectiva, entende-se que essa conceitualização é o que traz relevância para se compreender a dimensão cultural delas. Essas mudanças nos rumos das pesquisas acadêmicas podem ser consideradas como um avanço notável no jornalismo e “está relacionado diretamente com as inovações metodológicas que contribuíram de forma decisiva para a riqueza da investigação” (TRAQUINA, 2005, p. 171). Começam a surgir, então, estudos baseados em exemplos da antropologia - pesquisas feitas a partir da observação diretamente dos locais, como

uma forma de estar no lugar daquele profissional para compreender suas atitudes e processos. Traquina (2005) considera que essa forma de estudo trouxe pelo menos três grandes contribuições para a área:

Em primeiro lugar, devido à abordagem etnometodológica, o estudo de jornalismo permitiu ver a importância da dimensão trans-organizacional no processo de produção das notícias, ou seja, todo o *networking* informal entre os jornalistas e a conexão cultural que provém de ser membro de uma comunidade profissional. Em segundo lugar, permitiu reconhecer que as rotinas constituem um elemento crucial nos processos de produção das notícias. A importância das rotinas e das práticas na produção jornalística é um elemento chave do novo paradigma construtivista que emerge nos anos 70. Escreve Schlesinger (1980:3673): “*As rotinas de produção englobam e são constitutivas da ideologia*”. Em terceiro lugar, serve como corretivo às teorias instrumentalistas que surgem com uma nova força nas décadas dos anos 70 e 80 que contribuíram de forma significativa para a crescente onda de crítica dos *media* e do jornalismo que continua hoje de vento em popa. (TRAQUINA, 2005, p. 172).

Nesse sentido das teorias construcionistas e em uma era marcada por avanços metodológicos, como a contribuição dos estudos etnográficos, e, conseqüentemente, novas indagações, surgem duas teorias baseadas nas notícias como construção social (Traquina, 2005) - as teorias estruturalista e interacionista. As duas são, de certa maneira, complementares, mas também possuem suas divergências. Podemos elencar como suas semelhanças alguns fatores observados por Traquina (2005), como a rejeição à teoria do espelho (a qual afirma que as notícias são como são porque é a realidade quem as determina, portanto seriam, de um ponto de vista superficial, um espelho da realidade); a ideia de que “as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização.” (TRAQUINA, 2005, p. 173); o fato de ambas serem microssociológicas e macrossociológicas e, também, adeptas a perspectivas de Breed no que tange à teoria organizacional (mas, nesse caso, considerando-a como transorganizacional, por entenderem que a integração ocorre não apenas dentro da organização, mas em uma comunidade profissional); também compreendem a cultura jornalística - os valores-notícia - como algo relevante; a rejeição à classificação instrumentalista das notícias, uma vez que os jornalistas, para as teorias estruturalista e interacionista, não seriam meros observadores passivos, mas sim profissionais com autonomia para participarem de forma

ativa na construção da realidade; ambas as teorias também acreditam que as narrativas exploradas possuem marcas da cultura de quem as reporta e da sociedade onde estão inseridas; e, por fim, as duas teorias sublinham a relevância da interação social que acontece não só dentro, mas também fora das empresas, como por exemplo a relação com as fontes de informação. “[...] refletem sobre as consequências sociais que resultam dos processos e procedimentos utilizados pelos jornalistas” e, além disso, entende-se que “Para as suas teorias, a conexão entre jornalistas e fontes faz das notícias uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas (Schudson, 1989) e as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiais dos acontecimentos” (TRAQUINA, 2005, p. 175). Agora que já foram elencados os pontos de semelhança das teorias estruturalista e interacionista, vamos compreender melhor neste subcapítulo a teoria estruturalista.

Como uma teoria macrossociológica, que entende a sociedade a partir da análise dos sistemas sociais e dos mecanismos que fazem ela funcionar, a teoria estruturalista traz uma abordagem fundamental para se compreender, inclusive, o processo de produção de notícias e, no caso do objeto em estudo neste trabalho, ainda mais o jornalismo sobre investigações. Isso porque defende as notícias como um produto social que tem seu resultado dependente de vários fatores, como a organização burocrática dos *media*, a estrutura dos valores-notícia e o momento de construção da notícia que envolve a aplicação de uma espécie de mapas culturais do mundo social (TRAQUINA, 2005).

Na teoria estruturalista, as relações sociais dos jornalistas ficam evidenciadas, colocando-as como fator primordial na construção das notícias. Neste sentido, a teoria explicada por Stuart Hall (TRAQUINA, 2005) compreende a relação com as fontes como um fator de influência, um entendimento que se aplica, inclusive, no contexto atual das redações, onde há um predomínio de notícias redigidas a partir de posicionamentos e informações oficiais, mas trataremos disso mais adiante.

Traquina (2005, p. 178) descreve que:

Segundo Hall et. al., as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade - combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de “definidores primários”. [...] os *media* não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos mas a rua relação

estrutural com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como que de direito, aos *media* como “fontes acreditadas”. [...] Segundo os autores, é esta relação estrutural - entre os *media* e as suas fontes ‘poderosas’ - que se começa a esclarecer a questão negligenciada do papel ideológico dos *media*. (TRAQUINA, 2005, p. 178).

Apesar dessas influências, os autores, segundo Traquina (2005), reconhecem que há outros fatores que também intervêm. Um dos exemplos disso é o fato de que os jornalistas também têm seus próprios motivos que podem acabar por entrar em conflito com os tais *primary definers*, além de que as próprias instituições que estão na estrutura de poder também correm o risco de entrar em disputas.

Essa relação entre as fontes e os jornalistas é, também, o ponto chave que diferencia as teorias estruturalista e interacionista. Traquina (2005) é enfático ao explicar essa divergência:

Na teoria estruturalista as fontes oficiais são encaradas como um bloco unido e uniforme; a existência de disputas entre os membros das fontes oficiais é minimizada; a estruturalista, a estrutura dos chamados “definidores primários”, é encarada de uma forma “atemporal” e “imutável”; a relação entre os chamados “definidores primários” e os profissionais do campo jornalístico é encarada como uma relação unidirecional: os chamados “definidores primários” comandam a ação. Neste ponto-chave, a teoria estruturalista é criticada por um determinismo excessivo. Não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; os jornalistas nunca tomam a iniciativa, nunca desafiam os “definidores primários”, por exemplo, através de iniciativas como a reportagem, o jornalismo de investigação, ou os furos. Segundo a teoria estruturalista, nunca há um processo de negociação antes da definição principal. (TRAQUINA, 2005, p. 180).

Essa visão de um bloco unido e uniforme das fontes oficiais e os definidores primários explica, em boa parte, a forma atual de conduzir reportagens diante do alto volume de informações oficiais recebidas, como no caso do fenômeno do jornalismo sobre investigações. Mais adiante, vamos compreender melhor essa relação, mas antes é necessário explorar o conceito da teoria interacionista.

2.1.4 A teoria interacionista

Na teoria interacionista, o tempo de produção de notícias e as relações que os jornalistas possuem - seja entre fontes ou com colegas - são colocados no centro da discussão. De forma mais detalhista, a teoria explora os fatores que interagem com o profissional, mostrando de que forma se aplicam e influenciam no processo de desenvolvimento de uma notícia. Podemos, assim, considerá-la uma das mais importantes teorias no contexto deste trabalho, uma vez que é fundamental para entender o fenômeno do jornalismo sobre investigação e os impactos dele.

De acordo com esta teoria, os jornalistas possuem um papel extremamente ativo na construção da realidade, mas não o desempenham sozinhos. Neste sentido, as fontes e as relações dos profissionais da imprensa aparecem como fatores fundamentais. Traquina (2005) resume:

Rejeitando a teoria do espelho e criticando o “empiricismo ingênuo” dos jornalistas, a teoria interacionista defende que os jornalistas não são simples observadores passivos mas participantes ativos na construção da realidade. As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social. As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem 1) a “realidade”, os aspectos manifestos do acontecimento; 1) [*sic*] os constrangimentos organizacionais, que poderão incluir a intervenção direta do(s) proprietário(s), e os imperativos econômicos; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; 4) os valores-notícias dos jornalistas; e 5) as identidades das fontes de informação com quem falam. Para a teoria interacionista, o mundo social e político não é uma realidade predeterminada e “dura” que os jornalistas “refletem”: a atividade jornalística é, para estes teóricos, bem mais complexa do que a ideologia jornalística sugere. (TRAQUINA, 2005, p. 204).

Molotch e Lester (apud TRAQUINA, 2005) podem ser apontados como alguns dos primeiros a explorarem de forma mais detalhada as fontes de informação, partindo do conceito de promotor - os *news promoters* -, aquele que identifica algo como especial e, portanto, válido como notícia. Ao afirmarem que as notícias são o produto das interações sociais dos jornalistas, os autores traçam a relevância desse processo interativo e são categóricos ao abordarem essa

influência. De forma geral, para eles, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias).” (TRAQUINA, 2005, p. 180).

A teoria interacionista também destaca que o tempo é um fator primordial, praticamente tirano, nos jornais e que, por isso, “pressionadas pela tirania da ‘hora de fechamento’, as empresas do campo jornalístico são ainda mais obrigadas a elaborar estratégias para fazer face ao desafio colocado pela dupla natureza de sua matéria-prima” (TRAQUINA, 2005, p. 181), nesse caso os fatos de que os acontecimentos surgem a qualquer hora e em qualquer lugar. Ou seja, uma função marcada pela imprevisibilidade. Diante disso, Gaye Tuchman (apud TRAQUINA, 2005) observa que as organizações, as empresas de mídia, dependem, então, da imposição de ordem no espaço e no tempo.

No caso da ordem no espaço, o autor explica que há uma espécie de *news net*, uma rede noticiosa, que auxilia nesse processo de captação dos acontecimentos. Para isso, as empresas jornalísticas se valem de pelo menos três estratégias - a territorialidade geográfica, a especialização organizacional e a especialização temática. A primeira é descrita como o fato de que “as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial”, a segunda se refere à questão das empresas jornalísticas estabelecerem “‘sentinelas’ em certas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade” (TRAQUINA, 2005, p. 181), enquanto a terceira estratégia trata das seções dos jornais.

Já em relação à ordem no tempo, Traquina (2005, p. 183) esclarece que “se espera que os acontecimentos com valor-notícia se concentrem durante as horas normais de trabalho” e que, assim, nesse período, “as organizações jornalísticas têm o grosso dos seus repórteres e fotógrafos disponíveis para cobrir ‘estórias’. A ocorrência de um acontecimento antes ou depois destas horas tem que apresentar uma evidência clara” de algo relevante suficientemente em termos de valor-notícia para que seja justificado o deslocamento de um repórter. Tuchman (apud TRAQUINA, 2005) também relembra que a empresa jornalística atua ainda com uma espécie de agenda, tentando planejar o futuro e organizando acontecimentos previstos.

Essas estratégias elencadas por Tuchman são fundamentais e base da teoria interacionista, que considera o processo de produção de notícias como uma dinâmica complexa, com vários fatores. Traquina (2005, p. 184) destaca que “é crucial sublinhar que esta teoria encara o processo de produção de notícias como um processo interativo onde diversos agentes

sociais exercem um papel ativo no processo de *negociação* constante”. E essa negociação está atrelada a pessoas que possuem essa função, de certa forma.

O quadro sugerido por Molotch e Lester (1974/1993) ajuda a potencializar toda a dinâmica e complexidade do *xadrez jornalístico*. Os autores identificam três categorias de pessoas, posicionadas de forma diferente perante a organização do trabalho jornalístico: a) os *promotores de notícias* (*news promoters*), definidos como aqueles indivíduos e os seus associados que identificam (e tornam assim observável) uma ocorrência como especial; b) os *news assemblers*, definidos como todos os profissionais que “transformam um perceptível conjunto finito ‘*news assemblers to*’ de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão” (p.38); e c) os *consumidores de notícia* (*news consumers*), definidos como aqueles que assistem a “determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social” (p.38). Entre os promotores das notícias, Molotch e Lester fazem a distinção entre o “*executor*” e o “*informador*”. O “*executor*” é esse que faz o acontecimento, participa do acontecimento; o “*informador*” é esse que não participou do acontecimento mas assume o papel de informar os *media* sobre a existência do acontecimento. Dado que partilham o paradigma construtivista, Molotch e Lester partem de uma base teórica que recusa encarar as notícias (o produto principal realizado pelos *news* (os jornalistas) como um “espelho” da realidade e as ocorrências noticiadas como sendo as partes necessariamente mais importantes de uma realidade objetiva. (TRAQUINA, 2005, p. 184).

A partir dessas categorias e características, unem-se dois fatores - o alto volume de acontecimentos e a falta de tempo. Por isso, os jornalistas, segundo Tuchman (apud TRAQUINA, 2005), precisam criar o que o autor denomina como a *rotina do inesperado* e isso acaba por gerar, entre outras consequências, a dependência nos *canais de rotina*, levando a uma espécie de interdependência entre fontes e jornalistas - o que Traquina (2005) considera como um perigo evidente. É o que ocorre frequentemente no jornalismo policial, por exemplo. Bennett, Gressett e Haltom (apud TRAQUINA, 2005) descrevem essa relação como simbiótica, em que ambos os lados recebem benefícios com essas trocas. “Para os jornalistas, os benefícios são: 1) a eficácia; 2) uma maior estabilidade no trabalho; e 3) uma autoridade que valida a notícia”, enquanto no caso das fontes oficiais “os benefícios são: 1) a publicitação dos seus atos; 2) possivelmente, uma saliência social; e 3) o reforço da sua legitimidade” (TRAQUINA, 2005, p. 196). Nesse caso, a teoria interacionista, da mesma maneira que a teoria estruturalista,

considera as notícias como “um aliado das instituições legitimadas” (TRAQUINA, 2005, p. 199). Em relação à função política do jornalismo, as duas teorias - interacionista e estruturalista - chegam a conclusões parecidas. Segundo Schudson (apud TRAQUINA, 2005, p. 199), “Para as duas teorias, a conexão entre fontes e jornalistas faz das notícias uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas e as notícias, em geral, tendem a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos controversos”. Neste sentido, cabe destacar, ainda, que as fontes não são apenas as únicas influenciadoras nesse processo. A própria comunidade jornalística também possui um certo peso nessa questão. De acordo com a teoria interacionista, “as trocas constantes e a discussão contínua entre jornalistas na produção das notícias é vital. [...] não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da identidade e a cultura dos profissionais do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005, p. 203).

Dado que a teoria interacionista considera como seu principal pano de fundo a produção de notícias a partir das interações sociais dos jornalistas, faz-se necessário dar um passo atrás e compreender ainda o que leva um acontecimento a se tornar uma notícia.

2.2 Os critérios de noticiabilidade

É de senso comum no jornalismo a ideia de que as pautas não são determinadas apenas por critérios que seguem à risca uma seleção rigorosa e altamente cuidadosa para que se saiba o que é notícia e o que não é. Existe, na profissão, uma percepção de que a notícia é determinada em boa parte pelo que se chama de *feeling* do jornalista. É como se, de alguma maneira, instintivamente, o profissional automaticamente identificasse um fato como relevante para se tornar uma notícia ou não. Traquina (2023, p. 60), no segundo volume de Teorias do Jornalismo, ao discorrer sobre os valores-notícia, escreve que “diversos estudos sobre o jornalismo demonstram que os jornalistas têm uma enorme dificuldade em explicar o que é notícia, de explicitar quais são os seus critérios de noticiabilidade” e explica que é como se os jornalistas invocassem “a posse de uma capacidade que, segundo Tuchman, mal conseguem definir, em parte devido à forma como a cultura profissional privilegia um saber instintivo e não reflexivo”. No entanto, segundo o autor, os estudos também apontam para um padrão previsível e que essa “previsibilidade do esquema geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, à existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística

partilham” (TRAQUINA, 2023, p. 61). Em linhas gerais, Traquina (2023) defende que os critérios de noticiabilidade nada mais são do que uma soma de valores-notícia que auxiliam a apontar se certo acontecimento pode se tornar uma notícia, de fato.

Existem abordagens diferentes para a compreensão dos critérios de noticiabilidade. No entanto, para esta Dissertação, vamos nos ater apenas a algumas delas. Ainda considerando essa instintividade do jornalista para definir o que é notícia, Pierre Bordieu (1997) propõe a perspectiva de “óculos especiais”, quando trata especificamente da televisão (o entendimento, entretanto, pode ser facilmente aplicado para outros meios de comunicação, de forma geral na construção de notícia):

Em *La Misère du monde*, Patrick Champagne consagrou um capítulo à representação que a mídia dá aos fenômenos ditos de “subúrbio”, e ele mostra como os jornalistas, levados a uma só vez pelas propensões inerentes à sua profissão, à sua visão do mundo, à sua formação, às suas disposições, mas também pela lógica da profissão, selecionam nessa realidade particular, em função de categorias de percepção que lhes são próprias. A metáfora mais comumente empregada pelos professores para explicar essa noção de categoria, isto é, essas estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê, é a dos óculos. Essas categorias são produto de nossa educação, da história etc. Os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. (BORDIEU, 1997, p. 25).

Apesar da existência do chamado *feeling*, ou ainda *insight*, ou até mesmo dos “óculos especiais” de Bordieu (1997), existem algumas classificações de critérios de noticiabilidade que auxiliam a compreender como se dá esse processo, mesmo sendo ele, muitas vezes, automático.

2.2.1 Classificações gerais dos critérios de noticiabilidade

Traquina (2023, p. 75) utiliza os estudos de Mauro Wolf para explicar os valores-notícia, que os separa ainda em dois grandes segmentos - os valores-notícia *de seleção* e os de *construção*. Essa subdivisão ocorre dessa forma porque, para Wolf (apud Traquina, 2023), os critérios de noticiabilidade permeiam todo o processo de produção da notícia, não apenas na seleção.

Segundo Wolf (apud Traquina, 2023), os valores-notícia *de seleção* se dividem também em dois grupos - “a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia; e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia” (TRAQUINA, 2023, p. 75).

Já os valores-notícia *de construção*, que estão relacionados diretamente ao processo de elaboração de determinada notícia, são apontados como “qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2023, p. 75).

Traquina (2023) explica que os critérios substantivos dos valores-notícia *de seleção* são vários, como por exemplo a morte, a notoriedade do ‘ator’ (ou seja, quem é a pessoa que está relacionada àquele acontecimento), a proximidade - geográfica ou cultural -, a relevância (o impacto que tem sobre a vida das pessoas), a novidade, o tempo (utiliza-se referências como ‘gancho’, no jargão jornalístico, para retomar determinado assunto - uma ideia de que *há tanto tempo isso também ocorreu*), a notabilidade, o inesperado, o conflito, a infração e o escândalo.

Por outro lado, os critérios contextuais, também dentro dos valores-notícia *de seleção*, estão relacionados não às características do acontecimento, mas sim ao contexto que envolve a produção daquela notícia. Sendo assim, Traquina (2023) elenca: a disponibilidade (a facilidade para se cobrir o fato), o equilíbrio (no jargão jornalístico, seria o famoso *esgotamento do assunto*, ou seja, a quantidade de vezes que aquilo já foi noticiado), a visualidade (o material visual que pode se ter daquele acontecimento), a concorrência - que Bordieu (1997) considera como um dos pontos-chave do contexto da profissão, cercada por conflitos e hostilidades -, e, por fim, o dia noticioso (a concorrência entre notícias - o que, popularmente, os jornalistas costumam chamar de *dia fraco de pautas* ou *forte*).

Passados os critérios *de seleção*, é importante destacar quais são os valores-notícia *de construção* - aqueles que permeiam a elaboração da pauta. Traquina (2023) afirma que esses valores-notícia se dividem entre o da simplificação (ou seja, uma notícia que seja de fácil compreensão é melhor do que outra que seja complexa ou confusa), o da amplificação (a proporção da notícia), o da relevância (é importante destacar referências relevantes), o da personalização (aquilo que facilita a identificação para as pessoas que estão consumindo o conteúdo), o da dramatização (o lado mais emocional do acontecimento), e a consonância (inserir a novidade em um contexto já conhecido).

A partir da classificação dos critérios de noticiabilidade, também cabe destacar que, em muitos casos, esses critérios se cruzam - um acontecimento pode atender a vários deles -, reforçando ainda mais a noticiabilidade do fato. Traquina (2023) também reforça outra influência nesse processo de transformar algo em notícia. Segundo o autor (2023, p. 90), “embora os valores-notícia façam parte da cultura jornalística e sejam partilhados por todos os membros desta comunidade interpretativa”, existe outro fator influenciador que tem peso nesse processo: “a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas”. Traquina (2023) ainda alerta para outra questão central para este trabalho, que está relacionada às fontes: “os valores-notícia estão enterrados nas rotinas jornalísticas. Os contatos constantes entre as fontes e os jornalistas podem influenciar a percepção do jornalista quanto ao valor-notícia dos acontecimentos e dos assuntos” (TRAQUINA, 2023, p. 90). A influência das fontes na produção de notícias é um dos principais fatores do jornalismo sobre investigações, como veremos mais adiante. No entanto, antes, vamos compreender de que forma os critérios de noticiabilidade se aplicam quando se trata do jornalismo investigativo.

2.2.2 Os critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo

Considerado como um dos segmentos mais prestigiados da profissão, o jornalismo investigativo possui muitas peculiaridades, inclusive no que diz respeito aos critérios de noticiabilidade. Uma questão central nisso é o fato de que, normalmente, as notícias são formuladas a partir de acontecimentos recentes. É claro que existem exceções, mas o chamado *factual*, no jargão da profissão, costuma pautar boa parte dos jornais. Contudo, no caso do jornalismo investigativo, uma pauta pode surgir a partir de vários fatores, não apenas de denúncias já formuladas, como se tende a pensar imediatamente, mas também de levantamentos de dados, hipóteses, desdobramentos de casos, entre outros. Nesse sentido, é importante refletir sobre o que pode ser considerado um bom material de jornalismo investigativo.

Aguiar (2014), ao escrever sobre os critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo, especificamente, destaca a complexidade em se definir, primeiro, essa modalidade de produção jornalística por si só.

Numa perspectiva ampla, segundo Waisbord (2000), o que caracteriza o jornalismo investigativo é a divulgação de informações, no gênero narrativo “reportagem”, sobre as ações das instituições governamentais ou de empresas privadas que sejam prejudiciais ao interesse público e afetem a sociedade. As reportagens resultam do trabalho de apuração das informações pelos repórteres, que não se limitam a reproduzir informações “vazadas” por fontes informativas para as redações dos jornais. Ou melhor, uma reportagem investigativa pode até ter início com denúncias que chegam às redações, mas não deve se basear exclusivamente nelas: é indispensável uma sólida pesquisa por parte do repórter, que vai buscar a informação de fontes primárias e não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias. Por desempenhar uma relevante função social devido às suas contribuições à governabilidade democrática, a imprensa vincula-se ao princípio da responsabilidade mútua nas sociedades democráticas e revitaliza o espaço público. Por isto, para a realização da reportagem investigativa, torna-se imprescindível o acesso às informações públicas. (AGUIAR, 2014, p. 222).

Lage (2014) também aborda a complexidade do jornalismo investigativo, ao buscar uma descrição para o segmento, enquanto evidencia a relevância dele como uma ferramenta de denúncia de misérias da sociedade:

O jornalismo investigativo é geralmente definido como forma extremada de reportagem. Trata-se de dedicar tempo e esforço ao levantamento de um tema pelo qual o repórter, em geral, se apaixona. A dificuldade de obtenção de financiamento explica em parte por que a investigação - embora muitas vezes intuitiva, voluntarista e desorganizada - prosperou nos Estados Unidos, onde fundações e instituições universitárias costumam destinar recursos a esse tipo de pesquisa, não discriminando as acadêmicas daquelas com intenção jornalística. Pode-se também entender jornalismo investigativo - pelo menos parte dele - como um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido. O resultado do trabalho é a produção de textos extensos que eventualmente não cabem em veículos jornalísticos convencionais. Costumam ser públicas, então, na forma de livros ou documentários em vídeo. Livres de injunções, os repórteres se permitem explorar linhas de raciocínio divergentes e chegar a conclusões que, se não verdadeiras, pelo menos inquietam os bem-pensantes. (LAGE, 2014, p. 138).

Tendo em vista a complexidade deste segmento, sua responsabilidade e seu prestígio, pode-se citar algumas questões como norteadoras no que diz respeito aos critérios de noticiabilidade do jornalismo investigativo. Aguiar (2014, p. 222) pontua: “A problemática ética central [...] é examinar se o assunto investigado é de legítimo interesse público” e segue, com outras questões: “a sociedade vai se beneficiar com o resultado das reportagens investigativas? Qual deve ser o comportamento do repórter investigativo, já que muitas vezes seu trabalho está situado na fronteira entre o direito à privacidade e o direito de informação da sociedade?”. Além disso, o autor também aponta que deve ser feito o questionamento sobre “quais são os interesses afetados com a divulgação da reportagem investigativa” (AGUIAR, 2014, p. 223). Para ele, os critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo estão diretamente ligados à ética profissional e à responsabilidade social da imprensa.

Aguiar (2014) conclui:

A noticiabilidade de um acontecimento sempre depende dos interesses e das necessidades das empresas jornalísticas e da comunidade profissional dos jornalistas: se, por um lado, os critérios de relevância são flexíveis e variáveis quanto à mudança de certos parâmetros, por outro, são sempre considerados em relação à forma de operar do meio de comunicação que produz a informação. Não há um processo rigidamente fixado e uma avaliação esquematicamente pré-ordenada da noticiabilidade: suas margens de flexibilidade e de ajustamento induzem, portanto, a avançarmos na direção de uma hipótese sobre o caráter negociado dos processos de produção da informação. O produto informativo parece ser o resultado de uma série de negociações - orientadas pragmaticamente - que têm por objeto aquilo que é publicado e o modo como é editado no jornal. Essas negociações são efetuadas pelos jornalistas em função de fatores que possuam diferentes graus de importância e ocorre em diversos momentos do processo produtivo. (AGUIAR, 2014, p. 232).

Lage (2014) considera alguns critérios de noticiabilidade gerais também como próprios do jornalismo investigativo, mas, neste caso, mais atrelados a situações inusitadas. Segundo ele, a partir disso, também decorre um rito de produção que pode até parecer semelhante ao de notícias cotidianas. Contudo, neste caso, são mais intensas e densas e se dividem em mais de seis passos.

A concepção de uma reportagem investigativa pode decorrer de várias experiências: pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas

(uma pequena nota em jornal japonês deu origem à famosa reportagem sobre o massacre de Mi Lai, no Vietnã) ou a observação direta da realidade. O segundo passo é o estudo de viabilidade: se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo, que resultados pode ter a investigação etc. O terceiro passo, familiarizar-se com o assunto, o que envolve alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias. O quarto passo, desenvolver um plano de ação, incluindo custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações etc. O quinto passo é realizar o plano, ouvindo fontes e consultando documentos. O sexto passo, reavaliar o material apurado e preencher os vazios de informação. As etapas seguintes são a avaliação final, a redação e revisão, a publicação e o seguimento ou suíte da matéria. A reportagem investigativa - como, de resto, toda forma de pesquisa - tende a beneficiar-se enormemente com a difusão dos computadores, que facilitam o arquivamento e a recuperação de informação. (LAGE, 2014, p. 139).

De forma geral, podemos compreender que os critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo possuem peculiaridades, além de passarem por várias negociações e fatores éticos e organizacionais. Estão, de certa maneira, relacionados com os critérios de noticiabilidade - são semelhantes, de fato. No entanto, possuem características próprias devido, principalmente, ao seu processo de produção, que é muito mais extenso e detalhado, com uma apuração minuciosa. Um exemplo das peculiaridades do jornalismo investigativo é a relação com as fontes, que acabam por serem fundamentais nesse processo de elaboração da reportagem - não que não sejam em notícias do dia-a-dia, mas se tornam peças-chave quando o assunto é jornalismo investigativo.

2.3 As fontes

Toda notícia bem apurada e detalhada tem por trás boas fontes. Ao se pensar na figura do jornalista, automaticamente pode se remeter a uma pessoa com muitos contatos, que articula bem entre as pessoas em busca de todas as versões dos fatos. Um repórter que possui uma boa agenda acaba por conseguir, muitas vezes, informações exclusivas ou detalhes que poderiam passar despercebidos. As fontes são tão fundamentais no jornalismo que, não à toa, são protegidas por lei, que garante o sigilo total por parte do profissional. São elas que ajudam a costurar histórias, a trazer à tona revelações importantes, a dar contexto para um material que,

muitas vezes, está carente de informações. Segundo Lage (2014, p. 49), sua importância é tamanha que “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”. No entanto, como o jornalista e as fontes possuem uma relação interpessoal, a notícia, por sua vez, fica sujeita a uma série de influências. Para além disso, a própria fonte pode estar com o relato ‘contaminado’. Sobre isso, inclusive, Lage (2014) explica:

[...] não estar mentindo não significa que se esteja dizendo a verdade; apenas que se acredita estar dizendo a verdade. Vendedores, pregadores e militantes políticos são treinados para estar convencidos daquilo que dizem e, portanto, para se mostrarem convincentes. Advogados e gestores de organizações desenvolvem complicados raciocínios, muitas vezes falaciosos, para demonstrar que estão certos; funcionários repetem esses discursos, que ouviram de seus superiores ou leram em documentos internos, não se sentindo obrigados a avaliar sua veracidade. Ao relatar um fato policial, testemunhas provavelmente destacarão os detalhes que estão de acordo com a sua crença sobre as razões do acontecimento e omitirão os que contrariam essa crença; pedestres tendem a exagerar quando falam da velocidade de automóveis envolvidos em acidentes, porque a alta velocidade é pressuposto comum nos delitos de trânsito; pessoas espancadas podem sinceramente imaginar seus agressores mais altos e fortes do que eram na realidade. (LAGE, 2014, p. 59).

Como qualquer relacionamento, a relação entre o profissional da imprensa e suas fontes está atrelada aos fatores confiança e tempo - é uma construção, que leva até o momento em que alguém se sinta confortável para repassar uma informação que pode vir a ser relevante jornalisticamente. Noblat (2014, p. 62) escreve que “a melhor fonte de informação não é a que sabe tudo, mas a que nos conta o que sabe” e que “não basta para o jornalista dispor de boas fontes e em grande número. É necessário cuidar bem delas. Procurá-las sempre, mesmo que seja só para jogar conversa fora. E treiná-las”. Nesse sentido, também não se pode esquecer que, quase sempre, há alguma intenção por trás do repasse de determinada informação (e isso é uma via de mão dupla). Para Lage (2014), as informações que o jornalista pode obter com a fonte também dependem da percepção dela sobre a intenção do profissional:

Se acha que o repórter é uma ameaça (posição freqüente entre os ricos e os que têm algo a esconder), será parcimoniosa nas respostas;

se vê na conversa uma oportunidade de defender seus direitos (o que é provável entre pessoas pobres), enfatizará reivindicações e reclamações; se teme que o repórter não compreenda algo (o que ocorre, em regra, com cientistas e pesquisadores de ciências exatas), procurará ser minuciosa e redundante na explicação. Em todos esses casos, é provável que perceba que está violando regras tácitas de conversação - e até o evidencie com frases intercaladas, tais como “não querendo me alongar”, “acho importante dizer que...”, “não sei se isso interessa, mas...”, “para ser mais exato...”. É o que se chama de metalinguagem - indício precioso quando se trata de avaliar intenções e constrangimentos. (LAGE, 2014, p. 57).

Peças-chave na produção de uma notícia, as fontes também possuem classificações, que auxiliam a compreender o funcionamento desse mecanismo. Na divisão proposta por Lage (2014), as fontes são separadas por sua natureza e estão classificadas em três grandes grupos:

- A) *Oficiais, oficiosas e independentes* - Para o autor, fontes oficiais “são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc” (LAGE, 2014, p. 63). Já as oficiosas, estão ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não são responsáveis para falar *por* eles. Enquanto as fontes independentes, se tratam daquelas que não têm vínculo com relação de poder, nem mesmo têm interesse específico.
- B) *Primárias e secundárias* - Lage (2014, p. 65) explica que as primárias “são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números”, enquanto as secundárias são fontes entrevistadas para preparar a pauta, que podem trazer afirmações genéricas ou abordar contextos.
- C) *Testemunhas e experts* - Segundo Lage (2014), as testemunhas são as fontes que relatam com emotividade, correndo o risco de até modificar a versão original do acontecimento. Por outro lado, os experts são apontados pela classificação de Lage (2014, p. 67) como “fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos”.

Além das categorias propostas por Lage (2014), outro autor é referência quando se trata de classificação de fontes. Diante das diferenças de nomenclaturas e categorização das fontes,

Schmitz (2011) decidiu reunir as informações e propor uma taxonomia. Por isso, ele tipifica as fontes de notícias separando-as por categoria, grupo, ação, crédito e qualificação. “Essa pluralidade e diversidade de fontes, que agem de formas diferentes e detêm qualidades diversas, exige uma classificação para que se entenda a sua força” (SCHMITZ, 2011, p. 6). Assim, o autor propõe a seguinte classificação e definição:

Categoria

- a) primária (fonte que está diretamente envolvida com os acontecimentos ou é testemunha);
- b) secundária (fonte com envolvimento indireto, que agrega contexto, analisa e complementa).

Grupo (entendimento de que a fonte tem origem e justificativa para ser usada)

- a) oficial;
- b) empresarial;
- c) institucional;
- d) individual;
- e) testemunhal;
- f) especializada;
- g) referência.

Ação (divisão por causa do grau de engajamento da fonte; retrata o interesse da fonte em determinada informação)

- a) proativa (que traz notícias prontas; pode ser, por exemplo, uma estratégia de comunicação);
- b) ativa (atua de forma menos ostensiva. Oferece material de apoio para os jornalistas e articula a mídia para defender interesses);
- c) passiva (a que se manifesta quando é consultada ou documentos);
- d) reativa (atua na defensiva, postura de quem acredita que os jornalistas distorcem os fatos. Por exemplo, quem envia como resposta à imprensa a frase “nada a declarar” ou expressões semelhantes).

Crédito

- a) identificada (que aceita que seja identificada com nome, cargo etc);

b) sigilosa (fonte não identificada).

Qualificação

- a) confiável (relação estável com jornalistas);
- b) fidedigna (escolhida por sua respeitabilidade e credibilidade no assunto);
- c) duvidosa (suspeita, que causa dúvida sobre a verdade informada por ela).

Todas essas fontes, as classificações elencadas por Schmitz (2011), podem ser de extrema valia para o jornalismo investigativo. No entanto, quando se trata de jornalismo sobre investigações, percebe-se outra tendência - o predomínio de fontes proativas, institucionais ou ainda, na classificação de Lage (2014), as oficiais. Como já vimos no capítulo um, o impulsionamento do fenômeno do jornalismo sobre investigações também está atrelado a essa relação com fontes que trazem o material praticamente pronto para ser publicado. A prática de se ouvir mais de uma fonte tem se perdido em meio ao jornalismo sobre investigações, na pressa por se publicar uma notícia com ares investigativos que não deu trabalho algum a não ser a reescrita de um *press release*. Lage (2014, p. 67) lembra um princípio comprovado por estudos de probabilidade: “só confiar inteiramente em histórias contadas por três fontes que não se conhecem nem trocaram informações entre si. Toma-se como verdade, aí, o que é o mínimo comum aos três relatos, separando o que é fato do que é versão ou interpretação”. Essa prática, porém, pode estar sendo deixada de lado por um jornalismo que se detém a replicar apenas a informação oficial - e o avanço dessa prática está diretamente relacionado às mudanças na rotina de produção de notícias.

2.4 As mudanças na rotina de produção de notícias

A crise nas redações brasileiras e o enxugamento do quadro de funcionários levaram a impactos em toda a cadeia de produção de notícias. Se de um lado os avanços tecnológicos se tornaram verdadeiros aliados para os jornalistas, do outro levaram a profissão a mudanças ligeiras e repentinas. A redução de custos, o corte de gastos e a sobrecarga de trabalho dos

profissionais nas chamadas reestruturações das empresas de comunicação acabaram por afetar não apenas os trabalhadores, mas também a qualidade do material entregue.

Kischinhevsky (2016) detalha:

No âmbito profissional, cresceu a demanda por trabalhadores polivalentes, que assumem diversas tarefas nas rotinas de produção. A carga horária aumentou, bem como a cobrança por produtividade. Repórteres de emissoras do segmento *All News* chegam a entrar no ar, num único dia, com até 30 notas curtas sobre crimes, trânsito e outros temas de interesse local, geralmente municiados pelos poderes públicos e suas máquinas de assessoria de comunicação. Passam também a gravar e a editar as próprias reportagens sem a ajuda de um editor ou de um operador, sendo cada vez mais responsáveis pelo produto final. Nas emissoras musicais, a automação cresceu, levando à extinção de incontáveis empregos, sobretudo de operadores e de locutores - no turno da noite, muitas rádios fecham seus estúdios, deixando no ar apenas uma programação musical entremeada de vinhetas rodando num microcomputador. Muitos comunicadores são obrigados a também operar a mesa de som, comandando a entrada de comerciais, reportagens e comentários pré-gravados, o que acarreta sobrecarga de trabalho e, não raro, prejudica a plástica da emissora, levando, por exemplo, a transições abruptas entre rede local e nacional. (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 54).

Neste cenário, passou-se a optar, dentro das redações e de maneira informal, não oficial, pelo discurso popularesco de ‘fazer mais com menos’. O produto notícia, dessa forma, é diretamente atingido - um profissional que antes tinha tempo de se dedicar àquela apuração, agora precisa finalizar outras tantas tarefas que produz a notícia quase que de forma mecânica, num formato onde se embrulha e entrega. Se coubesse aqui uma analogia, o jornalista estaria quase como Charles Chaplin na famosa cena do filme “Tempos Modernos” (1936) - só que no lugar das engrenagens estariam notícias sendo fabricadas.

Mais especificamente no jornalismo investigativo,

o repórter acredita que a internet se transformou numa ferramenta indispensável [...] pois “dá uma memória de fatos e pessoas, ajuda a estabelecer conexões entre pessoas que aparentemente não se conheciam e tem ajudado enormemente, principalmente na localização de fontes e empresas, dados biográficos e checagem de informações”. Entretanto, salienta, que vê a internet como um simples ponto de partida, um enorme depósito de dados a serem checados. O grau de confiabilidade de um dado obtido na rede, por

mais confiável que seja o site, deve ser visto pelo repórter como quase perto do zero. (SEQUEIRA, 2005, p. 135).

É fato incontestável que a internet trouxe uma série de benefícios para o desenvolvimento de reportagens, como facilitar o acesso a documentos e a bancos de dados de informações públicas, agilizar o contato com fontes, e trazer, de forma instantânea, detalhes que, possivelmente, seriam praticamente impossíveis de se conseguir, entre tantos outros. Lage (2014, p. 155) afirma inclusive que “a revolução cibernética baixou custos na indústria jornalística”. Contudo, a aceleração causada na sociedade também provocou muitas mudanças na produção de notícias de forma negativa - agora, peca-se pela pressa.

Na ânsia de publicar uma informação, erros são cometidos e novas práticas são adotadas. “Na era do ‘tempo real’, quando a informação deve ser instantânea para ter valor, o jornalismo mudou profundamente, a ponto de descaracterizar-se, embora os grandes conglomerados multimídia venham consolidando seu poder econômico e político” (MORETZSOHN, 2012, p. 47).

Noblat (2014, p. 38) critica a pressa que tem guiado o jornalismo: “Espanto-me com a pressa que move os jornalistas à caça de verdades; a pressa que empregam na apuração delas; e novamente a pressa com que as transmitem aos leitores”. Para ele, “A pressa é a culpada, nas redações, pelo aniquilamento de muitas verdades, pela quantidade vergonhosa de pequenos e grandes erros que borram as páginas dos jornais e pela superficialidade de textos que desestimula a reflexão”, e segue: “Apurar bem exige tempo. Escrever bem exige tempo. E não existe mais razão de jornal ser feito às pressas” (NOBLAT, 2014, p. 38).

Entretanto, a pressa que surgiu na sociedade com a expansão da internet e a disseminação da cultura do imediatismo, parece já estar enraizada. Exemplo disso é a mudança na rotina de produção de notícias em relação ao uso de ferramentas. Por um tempo, predominou a chamada RAC (Reportagem Assistida por Computador), que agora já parece dar espaço a outras ferramentas. Se antes o telefone fixo era um forte aliado dos jornalistas nas redações, agora o *Whatsapp*, aplicativo que envia mensagens instantâneas e faz ligações, se tornou indispensável. Por meio dele, assessorias de imprensa soltam notas de imprensa em grupos oficiais onde estão reunidos jornalistas de diversas empresas e fontes chegam a criar listas de transmissão para facilitar o encaminhamento de mensagens. Com o celular a apenas um toque de distância, o jornalismo passou a ter acesso, remoto, a locais onde muitas vezes sequer

conseguia chegar. O chamado jornalismo cidadão, onde a participação da população é incentivada como uma espécie de repórter amador, ganha cada vez mais espaço e as fontes oficiais passaram a enviar vídeos prontos, por exemplo, para divulgação em TV e sites. Com uma redação enxuta e poucos profissionais, a um olhar superficial e distante, esta pode parecer até uma boa ideia. Contudo, empresas de comunicação deixaram de enviar seus profissionais até os locais dos fatos - e passaram a perder muito conteúdo, se contentando apenas com versões e imagens oficiais. Não custa lembrar o que já aconteceu antes no país, quando o jornalismo cede apenas a versões oficiais - é um grande risco que se corre:

No Brasil, o caso Escola Base assombra a imprensa como um dos mais graves erros jornalísticos já cometidos, mas nem por isso serviu para mudar a rotina: as denúncias infundadas daquelas duas mães de alunos foram ao ar em março de 94, provocando a prisão do casal proprietário da escola e de outros supostos envolvidos no também suposto crime. A inocência dos acusados foi provada e o caso passou a ser referido como uma lição para o jornalismo. Isso não impediu que, em outubro de 95, os jornais repetissem a fórmula, alardeando na capa as fotos e denúncias contra um ex-funcionário do Itamarati [*sic*] acusado de enviar uma carta-bomba ao Ministério das Relações Exteriores. Em agosto do ano seguinte, também ficou famoso o caso do bar Bodega, onde, após um assalto, dois clientes foram assassinados. A imprensa destacou a versão oficial: a prisão e a confissão de um grupo de jovens negros e pobres (dos quais apenas um com passagem pela polícia). Pouco depois, comprovou-se que as confissões foram obtidas sob tortura. (MORETZSOHN, 2012, p. 163).

Mas os erros frequentes não parecem o suficiente para repensar algumas práticas. Pelo contrário, profissionais se veem reféns de uma estrutura precária, em sua maioria, das empresas de comunicação e, ao mesmo tempo, acomodados para cumprir as suas demandas - que são, quase sempre, sobrecarregadas. Moretzsohn (2012) usa a expressão (comum na profissão) de que jornalista não tem tempo para pensar, ao se referir a essa situação:

Se as justificativas para tantos erros sucessivos são as rotinas de trabalho (o sempre aludido “regime de pressa”), e se a cada erro sucede um outro igual, é bem provável que haja algo errado com as próprias rotinas. Mas dificilmente o tema é abordado dessa forma, talvez porque essa abordagem traga implícita a pergunta: “que fazer?”. O vazio de alternativas imediatamente realizáveis - pois qualquer uma implicaria uma mudança estrutural de longo prazo - é convenientemente tomado como indicativo de que não há saída, bem ao estilo do “pensamento único”: ou este mundo ou nenhum

outro. [...] Assim, torna-se natural a afirmação, recorrente no meio profissional, de que o jornalista “não tem tempo para pensar”. (MORETZSOHN, 2012, p. 163).

Para além dos erros, criou-se uma espécie de nova figura: o jornalista sentado, que nem sequer suja mais os sapatos na busca incessante por uma notícia. O conceito francês de jornalista sentado está relacionado à prática jornalística que se atém a, basicamente, fazer uma espécie de tratamento em uma informação que chega. Pereira (2004, p. 97) explica:

O ‘jornalista sentado’ trabalha com uma infinidade de fontes distintas, muitas delas oferecendo notícias prontas para publicação. Nesse caso, parte-se do pressuposto de que o jornal (on-line) é um espaço privilegiado, na medida em que transforma determinado acontecimento em notícia pela publicação (TRAQUINA, 2000). Mesmo que o governo e outras instituições disponibilizem informações em suas próprias agências on-line, o internauta reconhece o CorreioWEB [ou qualquer outro veículo de comunicação] como local isento na medida em que seria ditado pelos padrões da objetividade e interesse público. (PEREIRA, 2004, p. 97).

Noblat (2014) destaca as consequências dessa nova postura no jornalismo:

O problema é que os repórteres não saem mais da redação à procura de notícias. Eles saem atrás de notícias que nascem dentro da própria redação. Quase sempre as mesmas, em todas as redações. A maioria dos jornais e dos jornalistas sucumbiu há muito tempo ao mecanismo perverso da pauta comum de assuntos. Parece haver entre eles um entendimento tácito: se fizerem jornais iguais ou pelo menos parecidos, irão juntos para o céu. [...] E por que é assim? Porque é mais fácil e mais cômodo. Porque se correm menos riscos. Porque sai mais barato para as empresas. É mais fácil porque dá trabalho descobrir notícias. Registrar notícias não dá trabalho. É menos arriscado porque assim ninguém dá “furo” em ninguém. É mais barato porque a maioria das notícias que se publica tem sempre por trás alguém interessado em vê-las publicadas. E o interessado entrega quase tudo pronto aos repórteres. Os que mais ganham com isso são todos os que dispõem de bem montadas assessorias de imprensa - governos, partidos, associações de classe, sindicatos, bancos, empresas de médio e de grande porte. Os que mais perdem são os leitores. No fim, perdem os jornais. Porque acabam perdendo leitores. (NOBLAT, 2014, p. 42).

O jornalista sentado, por sua vez, abastecido por informações que chegam praticamente como notícias prontas, também provocou reflexos nas fontes: cria-se, a partir desse momento, o que poderia ser considerada até mesmo uma nova relação com as fontes - além de uma amizade que surge pelo fato de não haver questionamentos e sim um atendimento total de interesse de publicação por parte da fonte. De fonte de informação, ela passa a ganhar o *status* de construtor de notícia. Se antes se dizia que os jornalistas moldavam o que era veiculado, hoje pode-se dizer que, em muitos casos, os profissionais apenas replicam informações oficiais recebidas e cria-se, assim, uma relação de extrema interdependência - o jornalista dependente da fonte porque precisa de conteúdo para publicar e a fonte porque tem seus próprios interesses de divulgação também. Traquina (2005, p. 196) sinalizava já naquela época, antes mesmo do *Whatsapp* vir à tona, que “a dependência nos canais de rotina poderá ter consequências negativas sobre o trabalho jornalístico” e que “quando as fontes e os jornalistas fazem parte da mesma ‘rotina’ de uma forma regular, podem estabelecer uma interdependência”. De acordo com Traquina (2005), é como se existisse uma relação simbiótica entre jornalistas e fontes, onde ambas partes se beneficiam - os jornalistas com a eficácia, mais estabilidade no trabalho e uma autoridade que valida a informação, e as fontes oficiais com a divulgação dos seus atos, uma forma de saliência social e o reforço de sua legitimidade. E é nessa relação simbiótica que também mora um grande perigo:

Quando os jornalistas ficam dependentes das fontes, podem ficar orientados para a fonte e, assim, ceder à tentação de escrever para a fonte e não o público. Quando o jornalista cede a esta tendência, perde mais a sua independência e deixa as fontes definirem as situações. [...] A dependência dos canais de rotina significa também que uma parte significativa das notícias produzidas tem como base fontes que são profissionais no “negócio” de lidar com os jornalistas, ou seja, com pessoas que conhecem bem a mecânica do trabalho jornalístico [...]. (TRAQUINA, 2005, p. 196).

No momento em que a fonte conhece bem a mecânica, a forma como a notícia é produzida, o jornalista também fica refém - as informações podem ser facilmente manipuladas para serem divulgadas, por exemplo, em um dia/horário que não vá ter tamanha repercussão ou ainda adaptá-las de forma que não chamem a atenção. E, nesse cenário, as fontes ganham cada

vez mais espaço como construtores de notícias, agindo, por vezes, até mesmo como um *gatekeeper*. Uma dinâmica que fica ainda mais evidente no jornalismo sobre investigações.

3 O jornalismo-release

Depois de fazermos, no primeiro capítulo, um resgate histórico sobre o jornalismo investigativo, trazendo definições, aspectos técnicos e teóricos e abordar o impulsionamento do jornalismo sobre investigações a partir desse cenário, e ainda, no segundo capítulo, tratarmos sobre o processo de produção da notícia, desde as teorias do jornalismo e os critérios de noticiabilidade até a importância das fontes e o seu papel como construtoras de notícias, este terceiro e último capítulo trata de englobar todas essas temáticas por meio da análise de conteúdo, além de trazer a ideia de jornalismo-release e o conceito de definidores primários como peças fundamentais na construção de uma notícia. O principal foco deste capítulo é analisar o conteúdo separado como amostra para exemplificar o jornalismo sobre investigações que tem ganhado cada vez mais espaço nas redações frente ao cenário de falta de investimentos, tempo, enxugamento dos veículos de imprensa e diante dos avanços da tecnologia, como a implementação do *Whatsapp* como ferramenta principal de trabalho na apuração jornalística.

3.1 Metodologia

Para desenvolver este estudo, que se dedica a compreender o avanço do fenômeno do jornalismo sobre investigações a partir das novas tecnologias, foi utilizado o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977). As técnicas foram implementadas desde o início, com a separação dos materiais, passando por uma análise destes textos - fontes citadas e aspectos que dão ares de investigação -, até a interpretação dos resultados. Segundo Bardin (1977, p. 9), a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a <<discursos>> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Desta forma, para facilitar esse processo, a autora separa a análise em três principais fases.

A primeira etapa é a pré-análise, ou seja, trata-se da organização inicial do conteúdo, da separação do que será analisado. É nesta fase em que é feita “a escolha dos documentos a serem

submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95). A escolha das reportagens para este estudo se deu a partir da percepção de que a época da pandemia de Covid-19 pode ser considerada chave, além, é claro, dos avanços tecnológicos, para a expansão do jornalismo sobre investigações. É como se durante aquele período em que o distanciamento social foi obrigatório as empresas de comunicação descobrissem, também, que poderiam produzir mais reportagens a um custo menor - entrevistas por *Zoom*, aplicativo utilizado para videochamadas, por exemplo, passaram a ser fundamentais durante a pandemia, mas se mantiveram mesmo após este período, e este é apenas um exemplo. Não é como se antes isso não fosse utilizado como opção, mas agora passa a ser uma solução econômica para as empresas que optam por não mais enviar tantos jornalistas para as ruas em busca de informação - afinal, ela está apenas a algumas mensagens de distância. Com essa perspectiva de recorte a partir da pandemia, optou-se por selecionar uma pequena amostra que tem o objetivo de servir de exemplo sobre o trabalho desenvolvido em redações. Por isso, o veículo escolhido para a análise foi o G1, mais especificamente o portal do Rio de Janeiro, que possui ampla divulgação e é conhecido por veicular rapidamente muitas notícias. Foram selecionadas cinco reportagens, sendo todas elas da editoria de jornalismo policial - uma do ano de 2020, quando começou a pandemia, outra de 2021, uma terceira de 2022, uma de 2023 e, por fim, uma reportagem que data de 2024. A escolha pelo segmento de jornalismo policial se deu pelo fato de que esse tipo de reportagem, sobre investigações, é muito mais comum nesse meio.

Feita a separação do material com base em critérios adotados pelo autor, a segunda fase da análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), é a exploração do material. É nesta parte em que são realizadas “operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101). Para isso, são adotadas as classificações de fontes propostas por Schmitz (2011), que as divide em categoria (primária - diretamente envolvida -; secundária - analisa ou complementa -), grupo (oficial; empresarial; institucional; individual; testemunhal; especializada; referência), ação (proativa; ativa; passiva; reativa), crédito (identificada; sigilosa) e qualificação (confiável; fidedigna; duvidosa), como já visto de forma mais detalhada no capítulo 2.

Depois dessa exploração do material por meio de códigos estipulados, é feito o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dos dados. Essa, para Bardin (1977), é a terceira e última fase, em que são apresentados os resultados, a condensação das informações e possíveis destaques obtidos por meio desta análise. “O analista, tendo à sua disposição

resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas [...]” (BARDIN, 1977, p. 101).

Por fim, a Dissertação propõe reflexões sobre práticas jornalísticas atuais, a partir do ângulo do jornalismo sobre investigações e do jornalismo investigativo, além de trazer questionamentos acerca do fenômeno que avança cada vez mais nas redações, promovendo a condição do *jornalista sentado*.

3.2 Uma definição para jornalismo-release

Antes de explorarmos o material separado para esta pesquisa, é fundamental trazer um conceito que é norteador para as inferências feitas sobre as reportagens analisadas. No linguajar próprio da profissão, os jornalistas utilizam de forma frequente o termo *release*. Recebem, todos os dias, uma enxurrada deles, inclusive, seja por e-mail ou até mesmo pelo aplicativo de mensagens. *Release*, que em tradução livre do inglês para o português significa liberar ou lançar, trata-se de uma sugestão de pauta encaminhada, na maioria das vezes, por assessorias de imprensa. São conteúdos mais formais e, em muitos casos, extremamente institucionais, que servem para pautar a imprensa, trazendo informações, dados e até mesmo falas de entrevistados que podem ser úteis para uma reportagem. Em determinadas situações, o próprio *release*, quando bem escrito de forma a destoar da linguagem institucional, pode ser veiculado na íntegra - uma prática que geralmente acontece em sites de notícias, onde a pressa pela publicação é fundamental e há, geralmente, escassez de profissionais. Neste sentido, a prática adotada também pode ser considerada problemática ou polêmica.

Lage (2014, p. 49) afirma que “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”. Essas pessoas ou instituições são as chamadas fontes, responsáveis por trazer informações novas, corroborar ou dar contexto para determinada reportagem. O ideal, neste sentido, é que o jornalista faça uma espécie de filtro em cima do conteúdo recebido. No entanto, em muitos casos, não é o que acontece - principalmente nos tempos atuais.

Se antes quem buscava a informação era o próprio repórter, ao ir atrás de entrevistados, agora o cenário é outro - a informação chega até o jornalista de todos os lados. Um deles consiste nas assessorias de imprensa. De acordo com Lage (2014):

Após a Segunda Guerra Mundial, com a difusão das assessorias de imprensa (inicialmente integradas em departamentos de relações públicas, que deram origem às atuais assessorias de comunicação), contatos com instituições, empresas e, mesmo, pessoas notáveis passaram a ser feitos por intermediação profissional. Essa transformação foi recebida com desconfiança: dizia-se que a existência de assessorias limitava o movimento dos jornalistas e os submetia a uma espécie de censura da informação na fonte. Até hoje, em muitos países, como em Portugal, nega-se a condição de jornalista aos profissionais que passam a trabalhar em assessorias; em toda parte, é comum repórteres considerarem assessores de imprensa mais como antagonistas do que como colaboradores no processo de produção de informação. Se bem que os interesses que motivam repórteres e assessores dificilmente sejam idênticos, a experiência brasileira não sustenta essa contradição. Antes da existência de assessorias, repartições e empresas de serviços públicos costumavam selecionar os repórteres a quem forneciam informações. *Setorizados* nessas instituições, jornalistas terminavam cooptados, quer pela exclusividade do acesso, quer por favores e privilégios [...]. (LAGE, 2014, p. 50).

Devido a essa relação mais próxima entre jornalistas e assessores de imprensa, que muitas vezes criam vínculos úteis em uma possível troca de favores, existe um risco grande de manipulação de reportagens. Inclusive de forma indireta. Lage (2014) lembra o exemplo da implantação das empresas de assistência médica contratada no Brasil:

Essas organizações esbarraram, de início, no prestígio de que ainda gozavam, na classe média, os serviços públicos de saúde. Partiram, então, por suas assessorias de imprensa e utilizando mecanismos internos de informação, a pautar para a imprensa toda sorte de problemas nos hospitais e ambulatórios gratuitos mantidos pelo governo. Em pouco tempo conseguiram ampliar a clientela, assustando-a com o circo de horrores exposto em jornais, no rádio e principalmente na televisão por jornalistas que julgavam estar - de seu ponto de vista, certamente estavam - prestando serviço relevante e desinteressado com suas denúncias. (LAGE, 2014, p. 51).

Neste sentido, é fundamental destacar a importância que o jornalista tem como filtro de informações e, ao mesmo tempo, o quanto pode ser manipulado - é sempre válido relembrar que toda fonte tem seu interesse em divulgar alguma informação. “Fontes podem mentir, mas é de esperar que não mintam. Colocam-se aí duas questões: ‘por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se não ganha nada com isso?’ e ‘por que confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?’” (LAGE, 2014, p. 54).

É neste contexto, de jornalismo construído a partir das fontes de informação, que se enquadra o conceito de definidores primários de Stuart Hall (1993). Segundo o autor, existem fontes que são as responsáveis por dar uma primeira definição do que aconteceu. Dessa forma, os jornalistas, ou a mídia, entra como uma definidora secundária, uma vez que se utiliza deste relato, da interpretação destas fontes, para desenvolver a reportagem. “Os media, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes” (HALL, 1993, p. 228).

Os definidores primários, então, acabam por esbarrar na ideia de as fontes de informação como construtoras de notícias - em muitos casos, essas fontes são parte envolvida na situação, como por exemplo autoridades, instituições, governos e até mesmo pessoas influentes. Nesses casos, a reportagem acaba por ter um viés específico, a partir de um único ponto de vista, como se o discurso utilizado pelo jornalista no texto já estivesse enviesado, definido. A facilidade em se conseguir as informações dessa forma, aliada à agilidade que proporciona ao jornalista e ainda à sensação de que a notícia está pautada em uma base sólida, traz um sério risco: uma tendência de aumento de reportagens que podem ser facilmente manipuladas ou estarem com um único viés, sem ouvir outras versões. É como se o jornalista apenas reproduzisse o enquadramento já escolhido pelos definidores primários. É por esses e outros motivos que o Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2018, p. 69) orienta: “O jornalista deve manter atitude crítica em relação a qualquer fonte de informação. Por mais confiáveis que pareçam, pessoas e organizações podem se equivocar, ocultar parte da história ou mentir; documentos, ainda que de origem fidedigna, podem conter erros”. O mesmo manual também indica um questionamento básico que todo profissional de imprensa deve se fazer: “Perguntar-se a quem uma notícia beneficia ou prejudica ajuda a perceber o jogo que se desenrola por trás dos fatos” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, p. 69) e sugere que “sempre que tiver motivo para desconfiar de uma informação, o jornalista deve submetê-la a verificação com fontes independentes”. No caso de jornalismo policial, o manual também adverte que é preciso tomar cuidados redobrados quando

se trata de conteúdo policial ou judicial, uma vez que afetam a vida dos envolvidos e podem, em certos casos, levar até a um linchamento.

No dia a dia atual das redações, no entanto, é frequente se deparar com a seguinte situação, principalmente no que diz respeito à cobertura policial: um determinado jornalista recebe por *Whatsapp* um *release* que vem completo, aparentemente com todas as informações necessárias e quase sempre já acompanhado de imagens (vídeos e fotos produzidos pelas próprias fontes para ajudar a compor a reportagem). Imediatamente, ele encaminha a mensagem para o grupo do veículo de comunicação ao qual pertence - muitas vezes, até mesmo sem ler na íntegra, pelo desespero do imediatismo e de ser o primeiro a trazer a informação -, que logo publica a informação. Alguns sites de notícias já foram flagrados publicando, inclusive, o *release* recebido praticamente na íntegra, alterando uma palavra ou outra e assinando como a própria empresa (em vez de algum jornalista assinar). Abaixo, são referidos alguns exemplos de textos que foram claramente pouco adaptados:

1) *Release* recebido a partir da Polícia Civil sobre prisão de um traficante no Rio de Janeiro:

SEPOL - SSPIO - DGPE - DAIRJ

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

POLÍCIA CIVIL PRENDE MEGATRAFICANTE EM APARTAMENTO DE LUXO, EM IPANEMA. PRESO JÁ FOI ALVO DO DEA-EUA E É HOMEM DE CONFIANÇA DE “DON PEDRO”, UM DOS PRINCIPAIS OPERADORES DE MACONHA EM PEDRO JUAN CABALLERO, NO PARAGUAI.

Seguindo as diretrizes da SEPOL, na manhã desta quarta-feira, dia 22 de Novembro, agentes da DELEGACIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO - DAIRJ, após cerca de 1 mês e meio de diligências sigilosas, encontrou e confirmou a identidade de REINALDO CARVALHO DE OLIVEIRA, vulgo REI, apontado como um dos principais fornecedores de maconha para favelas do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro. REINALDO operava uma rota aérea, com pequenas aeronaves, vindo até Mato Grosso do Sul e de lá por via terrestre, passando por Limeira e Nova Odessa, em São Paulo, até chegar em favelas do Comando

Vermelho, como Parque União, Nova Holanda e Manguinhos. A organização criminosa era operada por REINALDO a mando de Iván Carlos Mendes

Mesquita, conhecido no submundo do crime como "DON CARLOS". IVAN é paranaense, piloto de avião e fugiu do Brasil nos anos 90 em busca de refúgio no Paraguai, onde se estabeleceu em Pedro Juan Caballero. (...)

A seguir, reportagem veiculada no site do jornal O Dia a partir do recebimento deste *release* disparado para a imprensa:



The image shows a screenshot of a news article from the newspaper 'O Dia'. The header is yellow with the 'ODIA' logo in blue. Below the header is a navigation menu with links: HOME, ÚLTIMAS NOTÍCIAS, RIO DE JANEIRO, DIVERSÃO, ESPORTE, COLUNAS, ECONOMIA, BRASIL, MUNDO E CIÊNCIA, SUA CIDADE, APO. The main content area has a grey background and features the text 'RIO DE JANEIRO' in red, followed by a large bold headline: 'Polícia Civil prende megatraficante em apartamento de luxo na Zona Sul'. Below the headline is a sub-headline: 'Reinaldo Carvalho de Oliveira é apontado como um dos principais fornecedores de maconha para comunidades do Comando Vermelho no Rio'.

☰ **ODIA** Entrar C

HOME ÚLTIMAS NOTÍCIAS RIO DE JANEIRO DIVERSÃO ESPORTE COLUNAS ECONOMIA BRASIL MUNDO E CIÊNCIA SUA CIDADE APO

RIO DE JANEIRO

Polícia Civil prende megatraficante em apartamento de luxo na Zona Sul

Reinaldo Carvalho de Oliveira é apontado como um dos principais fornecedores de maconha para comunidades do Comando Vermelho no Rio

Publicado 22/11/2023 11:57

Rio - A Polícia Civil prendeu, na manhã desta quarta-feira (22), um dos principais fornecedores de maconha para comunidades dominadas pela Comando Vermelho no Rio de Janeiro. Após mais de um mês de diligências sigilosas, a Delegacia do Aeroporto Internacional do Galeão (DAIRJ) identificou e encontrou o megatraficante Reinaldo Carvalho de Oliveira, conhecido como Rei, escondido em um apartamento de luxo em Ipanema, na Zona Sul.

Segundo a delegacia, com a chegada dos agentes, o criminoso arremessou o próprio celular e um caderno com anotações pela janela, que foram apreendidos pelos policiais civis. Rei tem diversas anotações criminais e estava foragido do sistema penitenciário de 18 de agosto de 2018, quando cumpria pena de 23 anos, sete meses e oito dias em regime inicial fechado, por tráfico e associação ao tráfico, no Instituto Penal Edgard Costa, em Niterói, na Região Metropolitana. O megatraficante havia sido preso junto com parte da quadrilha, na cidade de Limeira, em São Paulo, transportando cerca de 300 quilos de maconha.

De acordo com as investigações, Reinaldo era operador de uma rota aérea com pequenas aeronaves, indo até o Mato Grosso do Sul, de onde seguia por via terrestre por Limeira e Nova Odessa, em São Paulo, até chegar nas favelas cariocas da facção, como Parque União, Nova Holanda e Manguinhos, na Zona Norte. Rei operava a organização criminosa a mando do piloto de avião paranaense Iván Carlos Mendes Mesquita, o Don Carlos, que fugiu do Brasil na década de 1990 e se refugiou na cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai.

O mesmo *release* também foi recebido por jornalistas do G1, que imediatamente veicularam da seguinte forma:



RIO DE JANEIRO

Polícia Civil prende 'megatraficante' em apartamento de luxo em Ipanema

Reinaldo Carvalho de Oliveira, apelidado de Rei, operava uma rota que incluía o transporte aéreo e terrestre de maconha para comunidades dominadas pelo Comando Vermelho no Rio de Janeiro.

A Delegacia do Aeroporto Internacional do Galeão (DAIRJ), da Polícia Civil, prendeu na manhã desta quarta-feira (22) um homem apontado como um dos principais fornecedores de maconha para comunidades dominadas pelo Comando Vermelho no **Rio de Janeiro**. Ele estava em um apartamento de luxo em Ipanema, na Zona Sul da capital fluminense, uma das áreas mais caras da cidade.

Reinaldo Carvalho de Oliveira, apelidado de Rei, operava uma rota aérea com pequenas aeronaves que iam até Mato Grosso do Sul e, de lá, por via terrestre, passando por Limeira e Nova Odessa, em São Paulo, até chegar nas comunidades cariocas. Entre as favelas que recebiam a maconha transportada por ele estão Parque União, Nova Holanda e Manguinhos.

Os policiais chegaram até Reinaldo após cerca de um mês e meio de diligências sigilosas. Com a chegada dos agentes, Reinaldo arremessou o telefone e um caderno com anotações pela janela, que foram encontrados pelos agentes que cercavam o prédio.

De acordo com as investigações, a organização criminosa era operada por Reinaldo a mando de Ivan Carlos Mendes Mesquita, conhecido como Don Carlos. Ivan é paranaense, piloto de avião e fugiu do Brasil nos anos 1990 em busca de refúgio no Paraguai, onde se estabeleceu em Pedro Juan Caballero.

- 2) *Release* recebido por meio do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre operação realizada pela instituição:

MPRJ, MPSP e PMSP deflagram operação contra grupo especializado em aplicar o golpe 'Boa Noite, Cinderela' para roubar criptoativos

Publicado em 24/08/2024 17:37 - Atualizado em 24/08/2024 17:37

Na manhã desta sexta-feira (23/08), o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), com o apoio do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e da Polícia Militar de São Paulo (PMSP), deflagrou a segunda fase da Operação Medellín. A ação teve como objetivo dismantlar uma organização criminosa especializada em aplicar o golpe conhecido como "Boa Noite, Cinderela" para roubar criptoativos de suas vítimas.

Nesta fase, foram cumpridos no Estado de São Paulo seis mandados de prisão e seis de usca e apreensão, todos expedidos pela 1ª Vara Criminal Especializada em Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro do Rio de Janeiro. Além de reforçar as prisões preventivas de suspeitos já detidos, outro acusado foi capturado. Entre os presos está o colombiano Esteban Garcia Garcia.

Durante a operação, foram apreendidos celulares, cadernos de anotações, cartões de crédito de possíveis vítimas e outros bens. Uma das acusadas continua foragida, e sua captura será solicitada à Interpol.

Os promotores de Justiça Diogo Erthal Alves da Costa e Fabiano Gonçalves Cossermelli Oliveira, condutores da investigação em auxílio à 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área de Botafogo e Copacabana, revelaram que o crime inicial fazia parte de uma complexa organização criminosa, composta majoritariamente por colombianos, especializada em roubar ativos virtuais e lavar dinheiro no Brasil. Também destacaram que o uso de ferramentas investigativas avançadas e a transparência das transações em blockchain foram fundamentais para rastrear os ativos roubados e identificar os criminosos envolvidos.

Abaixo, reportagem veiculada a partir do *release* recebido:

RIO DE JANEIRO

MP realiza operação para acabar com quadrilha especializada em roubar criptoativos

Entre os bandidos estava um colombiano, já preso



Publicado 23/08/2024 17:36 | Atualizado 23/08/2024 17:37

Rio - O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), com o apoio do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e da Polícia Militar de São Paulo, iniciou a segunda fase da Operação Medellín nesta sexta-feira (23). A ação teve como objetivo acabar com uma organização criminosa especializada em aplicar o golpe "Boa Noite, Cinderela" para roubar criptoativos — ativos digitais transacionados de forma eletrônica que podem ser utilizados para investir, transferir valores ou ainda, acessar serviços.

Durante a ação, os PMs apreenderam celulares, cadernos de anotações, cartões de crédito de possíveis vítimas e outros bens. Uma das acusadas continua foragida, e sua prisão foi solicitada à Interpol.

Nesta fase, foram cumpridos seis mandados de prisão e seis mandados de busca e apreensão, todos expedidos pela 1ª Vara Criminal Especializada em Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro do Rio de Janeiro. Além de reforçar as prisões preventivas de suspeitos já detidos, outro acusado, o colombiano Esteban Garcia Garcia, foi capturado.

O promotor de Justiça responsável pela investigação, Diogo Erthal Alves da Costa, da 3ª Vara Criminal de Niterói, revelou que o crime inicial fazia parte de uma complexa organização criminosa, composta em sua maior parte por colombianos, especializada em roubar ativos virtuais e lavar dinheiro no Brasil.

Fabiano Gonçalves Cossermelli Oliveira, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Resende e também responsável pela investigação, destacou que o uso de ferramentas investigativas avançadas e a transparência das transações em blockchain foram fundamentais para rastrear os ativos roubados e identificar os criminosos envolvidos. Até o momento, foram recuperados aproximadamente R\$ 35 mil pertencentes à primeira vítima.

Nesses dois exemplos de pautas acima citados, é possível identificar, a partir da leitura dos textos dos *releases* e do que foi veiculado pelos jornais, traços de semelhança entre eles, além de informações idênticas - não há nada além do que o próprio release ofereceu e, inclusive, o próprio direcionamento da matéria é o mesmo (nesse caso, percebe-se de forma clara a ideia de Hall (1993) sobre os definidores primários).

A seguir, exemplos de implicações decorrentes desse tipo de prática cada vez mais frequentes nas redações:

Imagem 1:

CABO FRIO

Polícia Civil prende foragido da Justiça por roubos em Cabo Frio

Criminoso foi capturado nas proximidades do Forte nesta segunda-feira (19)

Publicado 20/08/2024 15:32

Cabo Frio - A Polícia Civil de Cabo Frio, através da 126ª Delegacia de Polícia (126ª DP), cumpriu um mandado de prisão preventiva nesta segunda-feira (19) contra E.J., acusado de cometer diversos roubos na cidade.

A prisão foi realizada após investigações que apontaram o elemento como autor de roubos a transeuntes. A equipe de investigação, após tomar conhecimento da expedição do mandado, iniciou as diligências para localizar o acusado.

De acordo com as informações, o foragido costumava frequentar as proximidades do Forte, e foi justamente nessa região que os policiais conseguiram encontrá-lo e efetuar a prisão.

O elemento possui um extenso histórico criminal, com diversas anotações por crimes contra o patrimônio. Ele foi encaminhado para a 126ª DP, onde permanecerá à disposição da Justiça.

Imagem 2:

≡ **ODIA** Entrar Q Buscar Anuncie

HOME ÚLTIMAS NOTÍCIAS RIO DE JANEIRO DIVERSÃO ESPORTE ELEIÇÕES COLUNAS ECONOMIA BRASIL MUNDO E CIÊNCIA SUA CIDADE

MARICÁ

Homem bate em carro da Polícia Civil e tenta fugir

O caso aconteceu em Inoã, o homem pilotava uma motocicleta, o elemento foi preso

Publicado 14/08/2024 09:34 | Atualizado 14/08/2024 09:36

Maricá - Em um acidente de trânsito que aconteceu no fim desta terça-feira (13), um homem acabou sendo preso.

Segundo informações, pilotando uma motocicleta, um homem acabou colidindo com uma viatura da Polícia Civil.

Em vez de parar a moto e registrar a ocorrência, o elemento resolveu tentar fugir, porém acabou caindo dentro de um valão, nas proximidades da RJ 106.

Ele não se feriu e foi retirado do valão, na averiguação foi constatado que a motocicleta do elemento estava em busca e apreensão, ele foi detido e levado para a 82ª DP no Centro da cidade.

Nesse caso, analisando as duas reportagens, percebe-se a influência direta no texto jornalístico da prática recorrente de apenas reescrita de *releases*. A linguagem utilizada, extremamente técnica e policialesca, foge de padrões jornalísticos e cobra do leitor uma leitura a partir de um conhecimento técnico prévio.

Considerando que as reportagens selecionadas para análise neste estudo são outras, as matérias jornalísticas citadas acima servem apenas para exemplificar de que forma tem se aplicado nas redações a prática de reproduzir notícias que chegam diretamente por *releases*, muitas vezes no próprio celular do repórter, e para compreender algumas implicações/consequências básicas que são perceptíveis em jornais. Não é necessária uma busca extensa para identificar reportagens como essas.

É a partir desses exemplos do jornalismo do dia a dia que se parte, nessa pesquisa, para algo mais aprofundado. Considerando o conceito de definidores primários, a ideia de fomento do jornalismo-release e suas implicações na prática, é possível constatar uma ligação direta com

o fenômeno do jornalismo sobre investigações. Seria o jornalismo-release um impulsionador do jornalismo sobre investigações?

3.3 Práticas de jornalismo sobre investigações no portal de notícias “G1 - Rio de Janeiro”

Já vimos ao longo deste trabalho que o fenômeno do jornalismo sobre investigações, identificado há mais de uma década, vem crescendo a cada dia nas redações e, aparentemente, toma espaço do tão prestigiado jornalismo investigativo. Com reportagens que possuem um tom investigativo, mas feitas com muito menos recursos e de forma mais ágil, essas matérias têm conquistado um espaço significativo nos jornais, principalmente naqueles que têm por característica a velocidade e a quantidade de materiais.

Para este estudo, foi escolhido a fins de análise o portal de notícias G1, do grupo de comunicação Globo, uma vez que é considerado o líder de audiência no jornalismo digital no país. O site entrou no ar em setembro de 2006, quando a internet ainda engatinhava no Brasil. O projeto contou com uma estrutura híbrida, que se utilizava de profissionais do jornalismo da TV Globo e de outros segmentos do grupo para abastecer o conteúdo. Com equipes próprias, o G1, que foi a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo pensada exclusivamente para o digital inicialmente, foi se expandindo cada vez mais. A globo.com, criada nos anos 2000, antes do G1, não tinha uma redação própria que se dedicasse de forma integral à cobertura jornalística para o site. Em menos de três anos de criação, em 2008, o G1 já tinha assumido a liderança de audiência no quesito portais de notícias. Dados divulgados pelo próprio portal apontam que, atualmente, o site alcança mais de 55 milhões de usuários por mês, em média. Com aplicativos para celular e coberturas especializadas para cada estado do país, o site de notícias virou referência no segmento.

O jornalismo investigativo, por sua vez, também sempre teve um amplo espaço na Globo, que foi casa para grandes nomes que deixaram sua marca registrada no segmento, como Tim Lopes e Caco Barcellos, entre muitos outros. Premiada diversas vezes por reportagens investigativas, os jornais da TV Globo seguem, até hoje, dando espaço para matérias mais extensas e que possuem cunho investigativo, além de seguir apostando em equipes para se

dedicarem a esse tipo de cobertura. No entanto, é notória a diminuição da frequência desse tipo de conteúdo nos veículos do grupo de comunicação, assim como em outras emissoras. O fenômeno do jornalismo sobre investigações também recaiu sobre a produção jornalística da Globo e, principalmente no que diz respeito ao portal de notícias G1, passou a ter um amplo espaço. Ainda assim, o grupo de comunicação segue investindo em reportagens investigativas, mas percebe-se, cada vez mais, um aumento em matérias sobre investigações e com tom investigativo.

Considerando que o objetivo principal deste trabalho é compreender de que forma os construtores de notícias influenciam no avanço do fenômeno do jornalismo sobre investigações, seguimos para a análise de conteúdo, por meio da metodologia proposta por Bardin (1977). Como já explicado de forma mais detalhada no subcapítulo destinado à metodologia, este trabalho parte da análise de uma amostra selecionada para a pesquisa, com base nos seguintes critérios pré-estabelecidos: as reportagens precisavam estar dentro do segmento de jornalismo policial, terem sido veiculadas no portal de notícias G1 do Rio de Janeiro e possuírem tom investigativo no texto. A partir destes parâmetros, foi feita uma pré-seleção de reportagens que poderiam se encaixar nesse sentido. Foram selecionadas uma por ano, a fim de servirem de exemplo para aquele período de tempo (os últimos cinco anos). A data inicial para seleção da amostra foi de 2020, uma vez que reportagens mais antigas ficam mais difíceis de serem localizadas pelo buscador do site e o ano é chave para este estudo, considerando as mudanças e adequação das práticas jornalísticas frente às limitações impostas pela pandemia, além dos anos que se seguiram (e, possivelmente, influenciados por essas alterações). Por isso, foram separadas reportagens dos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Esta foi a primeira fase do desenvolvimento deste estudo, de acordo com o método de Bardin (1977) de análise de conteúdo.

3.3.1 Uma análise de notícias do G1 de jornalismo sobre investigações

A segunda fase da análise de conteúdo, a partir do proposto por Bardin (1977), é a de exploração do material, que consiste em separar todo o material de acordo com classificações

ou códigos que permitam a compreensão do conteúdo de forma a atingir a finalidade do trabalho.

Primeiro, vamos às reportagens selecionadas para esta análise:

REPORTAGEM 1 - Traficantes usam pandemia para criar 'Complexo de Israel' unindo cinco favelas na Zona Norte do Rio (24/07/2020)

Traficantes usam pandemia para criar 'Complexo de Israel' unindo cinco favelas na Zona Norte do Rio

Criminoso chamado de Peixão controla a venda de drogas em área que tem cerca de 134 mil habitantes. Quadrilha é suspeita de desaparecer com moradores e de impor religião.

Por Leslie Leitão, Erick Rianelli, Filipe Fernandes e Guilherme Santos, RJ2

24/07/2020 20h00 · Atualizado há 4 anos

Em meio à pandemia, a quadrilha de um traficante de drogas está invadindo comunidades, na Zona Norte da cidade, e criando um novo complexo de favelas. Na expansão de seu domínio, o criminoso tenta impor a religião, deixa rastro de pessoas desaparecidas e coloca barricadas à beira da Avenida Brasil, uma das principais vias de acesso à cidade do Rio de Janeiro.



O "**Complexo de Israel**" é, atualmente, como vem sendo chamado o conjunto de favelas dominadas pelo traficante Álvaro Malaquias Santa Rosa, conhecido como **Peixão, de 34 anos**. O criminoso tem 35 anotações criminais em sua ficha. Já foi investigado, indiciado, denunciado mas até hoje não foi preso.

Cidade Alta, Vigário Geral, Parada de Lucas, Cinco Bocas e Pica-pau são as cinco comunidades que compõe o novo complexo. Juntas, no local, moram cerca de 134 mil pessoas.

Os policiais apuram ainda a expansão da quadrilha para duas localidades que nunca foram dominadas por traficantes: a Estrada do Porto Velho e a Rua Lyrio Maurício da Fonseca, na região de Brás de Pina.



De acordo com a polícia, a união dessas cinco comunidades forma o Complexo de Israel — Foto: Reprodução

As ações do criminoso chamam a atenção dos investigadores por ele, a cada área dominada, exibir **símbolos do Estado de Israel como a bandeira do país e até a Estrela de Davi** e colocá-los em pontos das comunidades para demarcar o seu domínio.

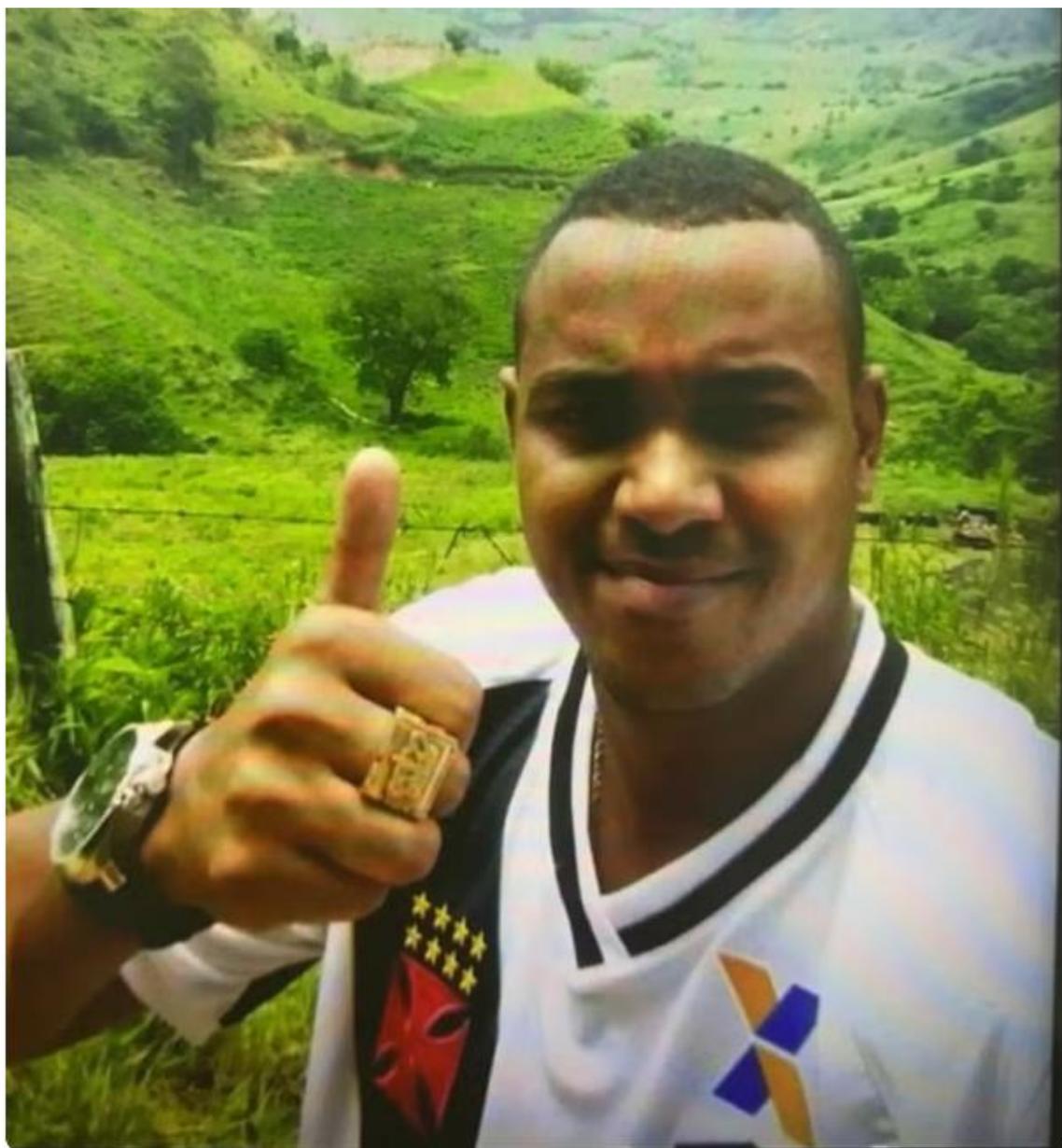
"O que se tem percebido é que eles estão se aproveitando desse período para ampliar a dominação territorial pra áreas que antes não tinham a presença do tráfico de drogas. Então, ruas que eram comumente acessíveis pela sociedade e pelas forças de segurança", afirmou o delegado Maurício Mendonça, da 38ª DP (Brás de Pina).

Junto a cada barreira instalada pelos bandidos há o símbolo do **amor** e a palavra **paz**. Essa é a forma escolhida pela quadrilha para afastar a polícia e delimitar o território.



No alto da Cidade Alta, na Zona Norte do Rio, os criminosos colocaram uma estrela de Davi — Foto: Reprodução

O Globocop flagrou barreiras na Cidade Alta, conjunto habitacional, na Zona Norte do Rio, com mais de 2 mil apartamentos. Numa rede social, a localidade é descrita como um condomínio fechado.



Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão, apontado como chefe do tráfico em cinco favelas da Zona Norte do Rio — Foto: Reprodução

Segundo a polícia, o autor da mensagem é Giovani Barbosa Coutinho, o Stuart Little, gerente do tráfico de drogas na favela.

Moradores reclamam da ação de criminosos no bairro:

É muito triste. Eu moro aqui já há 45 anos, então é muito triste. A gente sabe que a violência tá em toda parte. Mas agora a gente ficar refém e ter que ficar dentro de casa. E sabendo que aqui, aonde eles ficam, é uma via pública, é via pública.

Outra morador reclama das ações da quadrilha na região:

"Eu levo um choque porque eu não tô acostumada a conviver com pessoas armadas. Eu não to convivendo. Isso é triste você conviver com pessoas armadas numa rua".

Expansão

A facção de Peixão domina a favela de Parada de Lucas há décadas. Em 2007, invadiu Vigário Geral, comunidade vizinha.

Nove anos depois, em novembro de 2016, o bando cruzou a Avenida Brasil e chegou à Cidade Alta. Os confrontos durante sete meses.

Em maio de 2017, a polícia interveio no confronto e **prendeu 45 pessoas** e apreendeu **32 fuzis**. Na época, a **quadrilha de Peixão incendiou nove ônibus e dois caminhões na Avenida Brasil**, na Rodovia Washington Luiz e na Linha Vermelha.



Maio de 2017: Bandidos põem fogo em ônibus e caminhões, fecham vias e causam pânico; polícia diz que foi a quadrilha de Peixão

Rotina de desaparecimentos

Em 2019, os traficantes começaram outra disputa: dessa vez pelo controle da favela Cinco Bocas, em Brás de Pina.

Oito moradores da comunidade desapareceram. As investigações concluíram que eles foram executados. E os corpos não foram encontrados.

A polícia diz que os desaparecimentos nas regiões dominadas pela facção são subnotificados. No último dia 12, um morador de Olaria, na Zona Norte da cidade, sumiu depois de ir a uma festa.

O corpo de Luciano Castro Bonfim, de 35 anos, foi localizado às margens da Baía de Guanabara. Nos últimos dias, policiais também encontraram restos mortais em tonéis em outros três pontos da baía.

Os moradores contam que mais sete pessoas desapareceram desde o início de julho nas favelas da região. Nenhum dos casos foi registrado na Delegacia de Descoberta de Paradeiros.

Há relatos de desaparecimentos desde 2005.

Na quinta-feira (16), os moradores encontraram um corpo no porta-malas de um carro. Segundo os investigadores, é mais uma vítima dos traficantes.

Peixão e mais 10 indiciados

A **Polícia Civil indiciou Peixão e mais dez comparsas por homicídio qualificado e ocultação de cadáver.** Quatro bandidos foram presos pela Polícia Militar. Os outros continuam foragidos.

- Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão
- Rodrigo Ribeiro da Silva, o Mia
- Loran de Azevedo Freaza, o Marrom
- Moisés Severino da Silva, o Dino
- Rafael Félix da Silva Valadares, Lulão (preso)
- Erick Silva La Rosa, o Ninho (preso)
- Alan Pereira da Silva, o Gordinho (preso)
- Thiago Ferreira Rangel e Silva, o Índio (preso)
- Edilson de Jesus Júnior, o Pirâmide,
- Thiago Souza de Lima, o Betinho
- Leilton Medeiros da Silva, o Artilheiro

De acordo com a polícia, Leilton, conhecido como Artilheiro é bem atuante nas redes sociais. Na semana passada, ele anunciou a tomada de uma favela pela facção:

"Da estação de Vigário Geral até a estação de Brás de Pina, tudo cercado."

Em outro perfil, a comemoração:

"Agora já é realidade: mais uma grande conquista. Está formado o Complexo do Israel."

Ataque a policial do Bope

O grupo também se notabiliza por confronto e ameaças às pessoas. Uma das vítimas dos criminosos que agem na Estrada do Porto Velho foi um policial militar do Batalhão de Operações Especiais (Bope). Ele passava de carro na noite de 23 de junho quando foi abordado por homens armados.

Para não ser identificado, o policial acelerou e levou vários tiros. O PM se protegeu numa casa e conseguiu escapar. O caso é investigado pela delegacia de Brás de Pina, que apura ainda outra denúncia: a de que os moradores estão sendo revistados ao entrar e sair da rua e nos ônibus. Até os conteúdos dos telefones celulares são examinados pelos traficantes.

Um dia depois do ataque ao PM, a polícia retirou as barricadas da região. Antes, precisou trocar tiros com os criminosos.

Há duas semanas, o batalhão de Olaria voltou ao local para retirar mais barreiras e apreendeu drogas, uma pistola e fogos de artifício. Dois homens foram presos. Na quarta-feira (22), a polícia retirou barricadas em 16 pontos da região.

"Se o gelo não for enxugado, a casa será inundada. Então, é importante sim uma presença da polícia militar em áreas conflagradas. Sempre respeitando a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) mas é importante não só para prender criminosos, retirar armas de circulação e também para evitar esse deslocamento de grupos de criminosos em busca de uma expansão territorial", explicou o tenente-coronel Mauro Fliess, porta-voz da PM do RJ.

Um morador desabafa sobre a situação:

"O que acontece é que a comunidade tá com medo, tá oprimida porque vem acompanhando o que vem acontecendo há quatro anos na Cidade Alta, entendeu? O tráfico só vem crescendo, a população só vai ficando amedrontada e o pessoal acompanhou tudo. Acompanhou muita coisa. Muita gente sumindo. E os mesmos meliantes que tão sumindo com pessoas, invadindo casas, continuam soltos. e fazendo essa barbaridade".

Guerra religiosa

Na favela Cinco Bocas, o medo também atinge a fé. Os moradores mais velhos conhecem a região como a Vila Santa Edwiges.

Uma referência à imagem da santa instalada na quadra da comunidade.

Quem vive na favela diz que comparsas de Álvaro Rosa, o Peixão, arrancaram e destruíram a imagem. O local onde a santa ficava está vazio.

Peixão se intitula entre os criminosos como Arão, irmão de Moisés, da Bíblia. Seu braço direito no crime é Jeremias. E chama sua quadrilha de "Tropa do Arão".

Na internet e nos muros da região são vistos pintados símbolos de peixes junto às bandeiras de Israel.

Em nota, o arcebispo do Rio, Cardeal Dom Orani Tempesta lamentou o ocorrido e afirmou que a paróquia de Santa Edwiges, em Brás de Pina, tem missas regularmente.

Os **traficantes se apropriam de imagens e símbolos religiosos** espalhando as representações nas redes sociais e em muros das áreas dominadas.

"O que a gente tem conhecimento é que o líder do tráfico de drogas naquela região impõe de maneira muito contundente a religião por ele praticada. Então ele não permite que outras pessoas pratiquem religiões diferentes", disse o delegado Maurício Mendonça.

Peixão responde na Justiça por um ataque a um terreiro de candomblé, em abril de 2019, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

O templo ficou destruído. O babalorixá e os filhos de santo foram expulsos da casa. No muro, os criminosos deixaram uma mensagem: "Jesus é o dono do lugar".

"Eles tem uma metodologia de levantar... de por exemplo reprimir a religião das pessoas, né? Eles tem uma metodologia de... por exemplo, sorrir pra você pela frente e por trás eles estão se organizando porque sabem que você falou não. A partir do momento que você fala não pra eles você já é visado", explicou uma mulher que preferiu não se identificar.

"Eles estão "tentando" em Brás de Pina, expulsando família, expulsando macumbeiro", disse outro frequentador de centro espírita.

Em nota, o presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, babalaô Ivanir dos Santos pede providências para essa situação.

"A intolerância religiosa provoca danos irreversíveis. É preciso agir com rigor e combater. Não é de hoje que as religiões de matriz africana são vilipendiadas, e mais um desrespeito aconteceu, dessa vez direcionada à fé católica. Minha total solidariedade aos praticantes. Como sacerdote, lamento esse menosprezo ao credo. Que as autoridades tomem providências o quanto antes".

Uma moradora, que não se identifica, resume a situação da região diante das ações dos traficantes:

"Antigamente eles estavam dentro de Parada de Lucas. Depois chegaram até a Cidade Alta, depois ocuparam Cordovil inteiro e fizeram aliança com outros lados e estão presentes na Guaporé e no Quitungo e agora chegaram até a Cinco Bocas em Brás de Pina. Então, os moradores estão ficando com medo. O estado presente não faz nada. Tem operações da polícia, sim, batalhões especiais como Bope e Choque mas depois têm que sair. E quando sai da comunidade, os mesmos meliantes voltam e fazem barbaridades. Cobrando e expulsando famílias que denunciaram o que eles vem fazendo. Por isso, as pessoas estão com medo de denunciar e prestar depoimento".

REPORTAGEM 2 - Meninos de Belford Roxo: polícia investiga 2 mortes e 3 desaparecimentos que podem atrapalhar a elucidação do caso (13/10/2021)

RIO DE JANEIRO

Meninos de Belford Roxo: polícia investiga 2 mortes e 3 desaparecimentos que podem atrapalhar a elucidação do caso

Investigações indicam que série de crimes foi patrocinada por uma facção criminosa. Meninos Lucas Matheus, de 9 anos, Alexandre Silva, de 11, e Fernando Henrique, de 12, estão desaparecidos desde 27 de dezembro de 2020, quando saíram de casa no bairro Castelar.

Por Leslie Leitão, g1 Rio e TV Globo

13/10/2021 06h00 · Atualizado há 3 anos



Meninos de Belford Roxo — Foto: Reprodução/TV Globo

A Polícia Civil do RJ investiga uma série de crimes cometidos pela facção criminosa Comando Vermelho que dificulta a elucidação sobre o **desaparecimento** dos meninos Lucas Matheus, de 9 anos, Alexandre Silva, de 11, e Fernando Henrique, de 12, em 27 de dezembro de 2020, no bairro Castelar, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

Durante dez meses de investigação, **dois assassinatos e três desaparecimentos** indicam, para investigadores da polícia carioca, que o Comando Vermelho decidiu punir pessoas consideradas responsáveis pelas mortes dos meninos. Quatro desses crimes aconteceram de uma semana para cá.

São investigados os desaparecimentos e mortes de:

- **Willer Castro da Silva, o Stala, gerente do tráfico de drogas do Castelar** - teria sido executado no Complexo da Penha
- **Leandro Alves de Oliveira, o Farol, gerente do tráfico do Castelar** - Polícia investiga se é dele um corpo carbonizado achado em um carro
- **Homem conhecido como Guil, que irmão da traficante Ana Paula da Rosa Costa** - Polícia investiga se é dele um corpo carbonizado achado em um carro
- **Ana Paula da Rosa Costa, outra responsável pelo tráfico no Castelar** - Investigação apura informação que ela foi morta, esquartejada e seu corpo carbonizado no Complexo da Penha
- **José Carlos Prazeres da Silva, o Cem ou Piranha, principal chefe do tráfico no Castelar** - teria sido executado a tiros. Corpo ainda não foi encontrado.

As crianças

Os amigos Lucas Matheus, Alexandre Silva e Fernando Henrique saíram de suas casas pouco depois das 10h da manhã de um domingo, 27 de dezembro de 2020. Foram brincar num campo de futebol ao lado do condomínio onde viviam e nunca mais foram vistos.

A última imagem das crianças, que costumavam perambular pelas ruas da região sozinhos, foi registrada às 13h39 daquele dia, na Rua Malopia, no barro vizinho da Areia Branca.

LEIA TAMBÉM

- **Meninos de Belford Roxo: a cronologia do caso**
- **Desaparecimento de meninos em Belford Roxo é denunciado à ONU**
- **Ossada encontrada em Belford Roxo não é dos três meninos desaparecidos, aponta perícia**

O inquérito instaurado para investigar o caso está em fase de conclusão na Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF).

Dez meses depois, a Polícia Civil **não tem mais dúvidas de que os três foram mortos pelo tráfico do Castelar**. A principal suspeita é de que a motivação para a barbaridade **tenha sido o furto de uma gaiola de passarinhos**.

“Quem matou os meninos da Baixada foram os traficantes do Castelar. Desde o início, a gente tinha esse linha como a mais forte, mas também a gente tinha outras linhas que, durante a investigação, foram sendo descartadas”, disse o secretário da Polícia Civil, Allan Turnowski em 9 de setembro no RJ2.

Mortes que atrapalham a polícia

Na esteira dessas investigações, no entanto, está uma série de outros crimes - homicídios e ocultações de cadáveres - cometidos para que a polícia jamais consiga elucidar o desaparecimento das crianças.

Para um policial civil, que pediu para não ser identificado, o crime tem regras e a morte das crianças pelo furto de passarinho não é aceitável.

O primeiro desaparecimento investigado foi **Willer Castro da Silva, o Stala, gerente do tráfico de drogas do Castelar**. As investigações indicam que em 11 de janeiro deste ano, ele e outros dez traficantes torturaram um homem dentro da favela.

Depois, o grupo obrigou moradores a levarem o homem até a 54ªDP (Belford Roxo), com pés e mãos amarrados e com um cartaz de papelão escrito: “Suspeito do desaparecimento das três crianças pego por moradores do Castelar”. Todos foram indiciados pela Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) por tortura e corrupção de menores.

Stala acabou executado no Complexo da Penha. Para os investigadores, a execução foi a mando de **Edgar Alves de Andrade, o Doca**, uma dos chefes do CV. A polícia acredita que morte está diretamente ligada ao caso dos meninos. No bairro da Penha, circula uma outra versão, de que Stala havia sido morto por uma dívida de R\$ 4,8 mil.

Ao lado de Doca está **Wilton Carlos Rabello Quintanilha, o Abelha**, principal chefe da facção nas ruas. Ele foi **solto após um erro cometido pela Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), mesmo tendo um mandado de prisão em aberto**, no final de julho passado. O caso gerou uma investigação da Polícia Federal e resultou na prisão do então secretário, Raphael Montenegro – que responde em liberdade.

Há um mês, após as declarações de Turnowski de que a cúpula da facção tinha conhecimento do crime cometido contra os meninos, os traficantes começaram a se movimentar tentando comprovar que não tinham dado aval para a barbárie. Em conversas com jornalistas e em recados enviados à própria polícia, seguiam negando que as crianças haviam sido mortas no Castelar. Diante das evidências, inclusive uma gravação telefônica em poder da DHBF - em que um traficante fala para o outro que ele "nem quis bater" nos meninos - o tráfico teria instalado seu próprio tribunal. E é esse quebra-cabeça que a Polícia Civil tenta montar agora.

Corpos em carros

Na terça-feira (5), o corpo de um homem foi encontrado dentro de um carro carbonizado na Rua São Paulo, altura do número 1005, no bairro Vilar Novo, em Belford Roxo. A polícia acredita que seja de **Leandro Alves de Oliveira, o Farol**, apontado como gerente do tráfico do Castelar.

Dois dias depois, na quinta-feira (7), mais um corpo foi encontrado em outro carro carbonizado. Desta vez na Estrada do Babi, número 75, no bairro São Francisco, também em Belford Roxo. A DHBF apura a informação de que o corpo pertence a um homem conhecido como **Guil**. Ele seria irmão da Ana Paula da Rosa Costa, a Tia Paula, apontada como uma das responsáveis pelo tráfico do Castelar.

Em ambos os casos, no entanto, **só será possível confirmar as identidades após exames de DNA.**

Outros desaparecimentos

Também são investigados os desaparecimentos da própria Tia Paula e o do chefe do tráfico no Castelar.

No dia 7, Tia Paula teria sido chamada no Complexo da Penha. De acordo com informações obtidas pela Polícia Civil, ela foi torturada e revelou aos chefões que, de fato, as crianças haviam sido mortas no Castelar. Horas depois ela teria sido **morta, esquartejada e seu corpo carbonizado**. A polícia investiga a morte, mas nenhum vestígio foi encontrado até aqui. O caso é tratado, então, como desaparecimento até o momento.

O último episódio de uma possível morte nessa série foi a do chefe do tráfico do Castelar. Durante todos esses meses de mistério em torno do desaparecimento das três crianças, **José Carlos Prazeres da Silva, o Cem ou Piranha**, insistiu em dizer para a cúpula da facção que não havia tomado conhecimento das mortes do trio.

Na tarde de sábado (9), porém, ele teria sido julgado e considerado "negligente" pelo tribunal do tráfico. E acabou executado a tiros na Rua A, de acordo com dados de inteligência da polícia. O corpo também não foi encontrado.

REPORTAGEM 3 - Milícia na Muzema tenta ter 'monopólio' da entrega de correspondências (04/05/2022)

Milícia na Muzema tenta ter 'monopólio' da entrega de correspondências

Segundo a polícia, criminosos pretendem concentrar serviço postal em um único local para, depois, distribuir encomendas e cartas cobrando taxa dos moradores.

Por Nicolás Satriano, g1 Rio
04/05/2022 04h01 · Atualizado há 2 anos



Muzema (arquivo) — Foto: Reprodução/TV Globo

A polícia investiga a informação de que milicianos da Muzema, na Zona Oeste do Rio, pretendem avançar sobre o **serviço postal na região** - e, claro, cobrar pelo entrega de correspondências.

O objetivo dos bandidos, segundo apurou o **g1** junto à polícia, é concentrar o recebimento de cartas e encomendas em um único local. Depois, o material seria distribuído por um valor fixado pelos milicianos.

Ter o monopólio do serviço postal na Muzema significaria mais uma conquista do grupo criminoso que domina praticamente todos os negócios na comunidade da Zona Oeste.

Segundo investigadores, atualmente a milícia na região:



- exige o pagamento de **taxas** por moradores e comerciantes;
- cobra "pedágio" de motoristas de transporte alternativo ;
- explora serviços de TV a cabo e internet;
- cobra taxas para uso de luz e água;
- controla a venda de botijões de gás;
- explora o **transporte de balsas** entre Rio das Pedras e a Barra da Tijuca.

Sobre o fornecimento de luz e água, há algumas particularidades. A apuração da polícia aponta que, caso as taxas não sejam pagas, **os criminosos fecham o encanamento ou arrebentam a fiação**.

E nem o transporte com motoristas particulares escapa da exploração dos criminosos. A polícia também identificou, em Rio das Pedras, há uma espécie de aplicativo que é controlado por milicianos.

12 presos este ano

Só este ano, a Delegacia de Repressão a Ações Criminosas Organizadas (Draco) prendeu na região da Muzema e em Rio das Pedras, comunidade vizinha, **12 pessoas** suspeitas de integrar a milícia.

Alguns dos principais nomes capturados pelos agentes são:

- **Fabiano Cordeiro Ferreira**, o "Mágico";
- **João Henrique Pedro da Silva**, o "Pezão";
- **André Silva Loback**, o Loback;
- e **Bruno Rodrigues Guarany de Carvalho**, o "Skank".

Na terça-feira (3), mais **dois suspeitos de integrar a milícia que age na região foram presos**.

De acordo com a Draco, a dupla foi abordada momentos depois de extorquirem dinheiro de um comerciante.



Dupla de suspeitos de integrar milícia na Zona Oeste é presa — Foto: Divulgação

Paulo Ricardo Alves da Silva e **Tharley Martimiano Rodrigues Conceição** foram detidos numa das ruas da Muzema - a prisão foi registrada por pessoas que passavam pelo local.

Paulo Ricardo Alves da Silva e Tharley Martimiano Rodrigues Conceição foram detidos numa das ruas da Muzema - a prisão foi registrada por pessoas que passavam pelo local.



Também segundo a Draco, a dupla de suspeitos tentou se desfazer dos celulares, arremessando os aparelhos num matagal. Entretanto, **os policiais conseguiram recuperar os telefones.**

Segundo uma pessoa que não será identificada por questão de segurança, Paulo Ricardo encabeçava o grupo criminoso que estava cometendo abusos contra moradores na região.

No último domingo (1º), inclusive, milicianos chegaram a marcar uma reunião em um condomínio na Muzema para avisar aos moradores que a "taxa de segurança" aumentaria de R\$ 60 para R\$ 90.

REPORTAGEM 4 - Quase 400 bandidos de outros estados foram presos em comunidades do RJ em 2022 (04/07/2023)

[globo.com](#) [g1](#) [ge](#) [gshow](#) [globoplay](#) [jornal nacional](#) [o globo](#)

RIO DE JANEIRO

Quase 400 bandidos de outros estados foram presos em comunidades do RJ em 2022

Nos últimos 5 anos, 78 chefes de facções de outros estados foram presos ou mortos em ações no Rio, segundo a Polícia Civil. São criminosos de 18 estados do país.

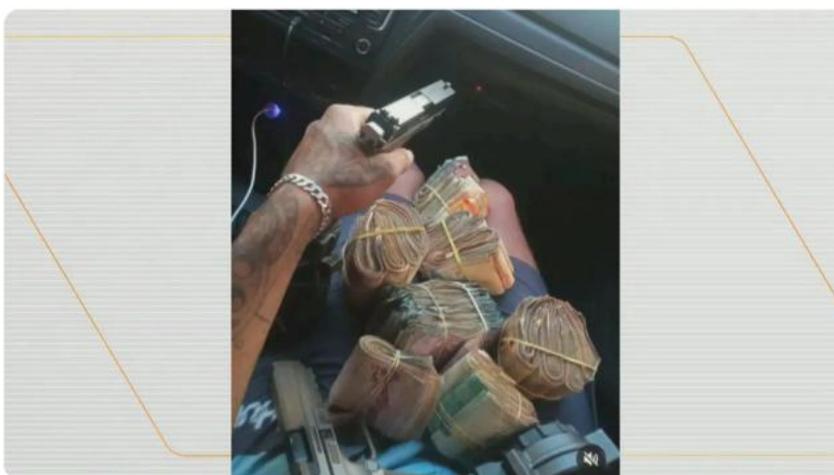
Por Ben-Hur Correia, Leslie Leitão e Flávia Jacomo, Bom Dia Brasil
04/07/2023 09h21 · Atualizado há um ano

O número de criminosos foragidos de outros estados e que buscam refúgio em comunidades do Rio de Janeiro vem crescendo. Só no ano passado, a Polícia Militar prendeu 379 bandidos de fora em grandes favelas. E investigadores suspeitam que dezenas de foragidos ainda estejam escondidos no Grande Rio.

Em fotos em redes sociais, os bandidos ostentam pistolas, granadas, dinheiro e drogas.

Mas a quantidade de **chefes de quadrilhas de outros estados que estão foragidos** e buscaram abrigo no Rio está aumentando.

A TV Globo levantou dados públicos de segurança que indicam que pelo menos 67, de 10 estados, estão escondidos no RJ.



Bandidos ostentam armas e dinheiro em redes sociais — Foto: Reprodução/TV Globo

Segundo a Polícia Civil, nos últimos 5 anos, 78 chefes de facções de outros estados foram presos ou mortos em ações no Rio. São criminosos de 18 estados do país.

Léo 41, do Pará, foi morto no RJ

Em março, uma operação em conjunto das polícias Civil do RJ e do Pará conseguiu localizar **Leonardo Costa Araújo, o Léo 41**, apontado como um dos **chefes do tráfico no Norte do país** e responsável pela morte de mais de 40 agentes de segurança pública no Pará.

Ele e mais nove bandidos do Pará morreram na operação no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio.

As favelas do Rio de Janeiro, com morros, ruas estreitas e barricadas que dificultam a ação da polícia, favorecem o esconderijo dos bandidos.

Outro fator é a grande quantidade de armas que as facções criminosas têm dentro dessas comunidades na cidade.

“Nós estamos prendendo dezenas e dezenas de criminosos de outros estados. Não existe local que o Estado não entre, mas a gente encontra forte resistência à ação policial”, diz o delegado André Neves, da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco-RJ).

“Nós chegamos na comunidade, tem diversos radiotransmissores informando a presença da polícia. Você tem barricadas para chegar no local, você precisa desembarcar do veículo blindado para retirar esse obstáculo, isso na maioria das vezes sob intenso troca de tiros.”

Além do Complexo do Salgueiro, outras comunidades que servem de esconderijo para esses criminosos são os complexos da Penha, do Alemão e da Maré, na Zona Norte do Rio, além da Rocinha, na Zona Sul.

Segundo a polícia, a migração tem relação também com uma nacionalização das facções criminosas.

“Quando nós começamos a pesquisar por que o Rio de Janeiro, o que nós percebemos? Primeiro, que a distância é um fator principal. Quem está solto quer estar longe de quem possa prendê-lo. E também nós observamos que pela facção que atua de uma forma mais contundente no Pará, ela ser originária do Rio de

Janeiro, existe essa cooperação entre os criminosos, de proteção”, fala Daniela Santos, diretora-geral adjunta da Polícia Civil do Pará.

O professor Lenin Pires, do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirma que uma das soluções passa por atingir economicamente as facções, mirando as rotas do tráfico de drogas.

“É o trabalho de inteligência para evitar a chegada dessas mercadorias que devem ser distribuídas e que alimentam esse mercado, que é isso que no fundo interessa.”

Segundo a própria Polícia Civil, o RJ é o estado com o maior arsenal de fuzis do Brasil. Entre 3 mil e 3,5 mil fuzis estão nas mãos de bandidos.

REPORTAGEM 5 - Máfia do cigarro controla venda em 45 das 92 cidades do RJ e cresce à base da bala: polícia apura 20 crimes violentos ligados a disputas (01/04/2024)

g1

RIO DE JANEIRO

Máfia do cigarro controla venda em 45 das 92 cidades do RJ e cresce à base da bala: polícia apura 20 crimes violentos ligados a disputas

Negócio movimenta mais de R\$ 200 milhões só no Rio, e sonegação causa prejuízo de bilhões. Bandidos se associam a tráfico e milícia para controlar territórios, e polícia apura se Adilsinho, novo patrono do Salgueiro, está por trás da máfia que não para de crescer.

Por **Adriana Cruz**, **Gabriela Moreira**, **Leslie Leitão**, RJ2

01/04/2024 19h14 · Atualizado há 10 meses

Dezenas de **homicídios**, **desaparecimentos**, **tentativas de assassinatos**, dívidas resolvidas a bala. Propinas, lavagem de dinheiro, contrabando e sonegação fiscal. Essa é uma parte da lista de crimes da **máfia do cigarro ilegal**, que tem crescido nos últimos anos no Rio e já **controla ao menos 45 dos 92 municípios** do estado (*veja abaixo a lista das cidades*).



Em quase metade do **Rio de Janeiro**, incluindo a capital e a Baixada Fluminense, a **venda de cigarro paraguaio está proibida**, e só os maços produzidos pela quadrilha podem ser vendidos.

Durante semanas, o **RJ2** levantou dados junto à polícia e à Justiça para traçar o panorama de um dos **setores mais lucrativos do crime organizado** – e que tem relações com a contravenção, com as **milícias**, com o **tráfico de drogas** e até com o **carnaval**.

Trata-se de um **negócio de bilhões**: de 2018 a 2023, segundo dados do Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) só de sonegação fiscal, o mercado do cigarro falsificado **deixou de pagar R\$ 10 bilhões em impostos** em todo o Brasil em cinco anos – mais de R\$ 2 bilhões só no Rio de Janeiro.

Antes, os maços eram contrabandeados do Paraguai. Hoje, os bandidos já **falsificam aqui no Rio**. A máquina de seis toneladas que sumiu da cidade da polícia é prova disso. Nesta segunda-feira (1), uma **operação teve buscas contra suspeitos para tentar esclarecer o crime**.

Mortes, desaparecimentos e sequestros

Em comunidades, a regra é clara: só pode entrar cigarro do bando. Quem desrespeita, corre risco de vida.

A quadrilha transformou a ilegalidade em monopólio. Um negócio lucrativo e disputado com extrema violência.

Quem atravessa o caminho dos interesses do grupo sofre ameaça de morte e extorsão. Se não aceita participar, morre.

Um levantamento feito pelo **RJ2** nas delegacias de homicídio da capital e da Baixada Fluminense contabilizou, de 2022 para cá, ao menos **20 ocorrências** entre **mortes e tentativas** de assassinato, **desaparecimentos** e **sequestros** ligados à máfia do cigarro.

Entre as ocorrências, foram ao menos:

- **6 em municípios da Baixada** (São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias)
- **6 na Zona Oeste** do Rio
- **5 na Zona Norte 1 no Centro** da capital

Dono de tabacaria assassinado

Como o dono de uma tabacaria no Recreio, na Zona Oeste. Segundo as investigações da Delegacia de Homicídios, **Cristiano de Souza foi morto** porque se negou a vender cigarros da máfia.

A quadrilha descobriu que ele comprou uma máquina para fabricação própria de cigarros e planejava expandir os negócios.

Em junho do ano passado, Cristiano foi assassinado, por volta do meio-dia, numa rua tranquila do bairro.

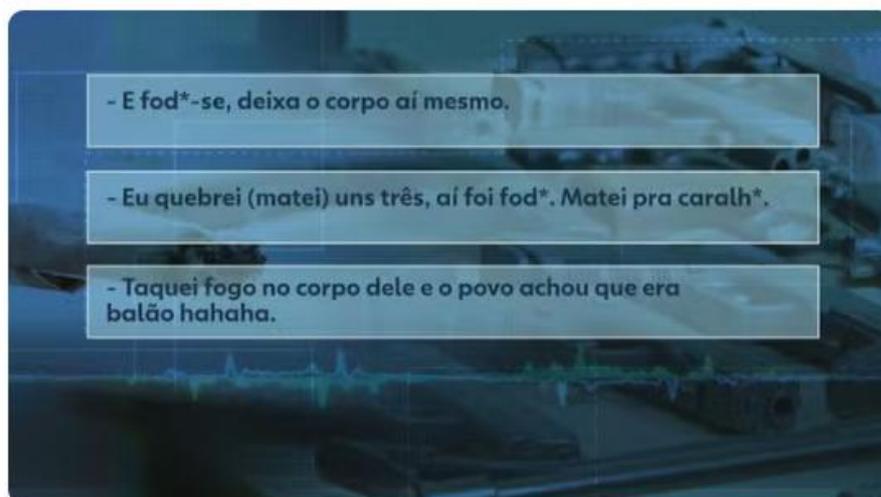
Camelô desaparecido e mulher sequestrada

Anderson Reis dos Santos foi outra vítima. O camelô vendia cigarros paraguaios em Nilópolis e foi ameaçado pela quadrilha.

A mulher de Anderson chegou a ser sequestrada como forma de intimidar o camelô; o crime aconteceu em dezembro de 2022.

Anderson não teria cedido aos interesses do grupo. O camelô está desaparecido, mas informações colhidas pela polícia demonstram que ele teria sido assassinado pela quadrilha.

'Matei para caralh*', diz bandido em áudio



Diálogo que consta na investigação mostra bandidos falando sobre crimes — Foto: Reprodução/TV Globo

Um áudio que consta na investigação de um dos assassinatos ligados à máfia do cigarro mostra como o bando age:

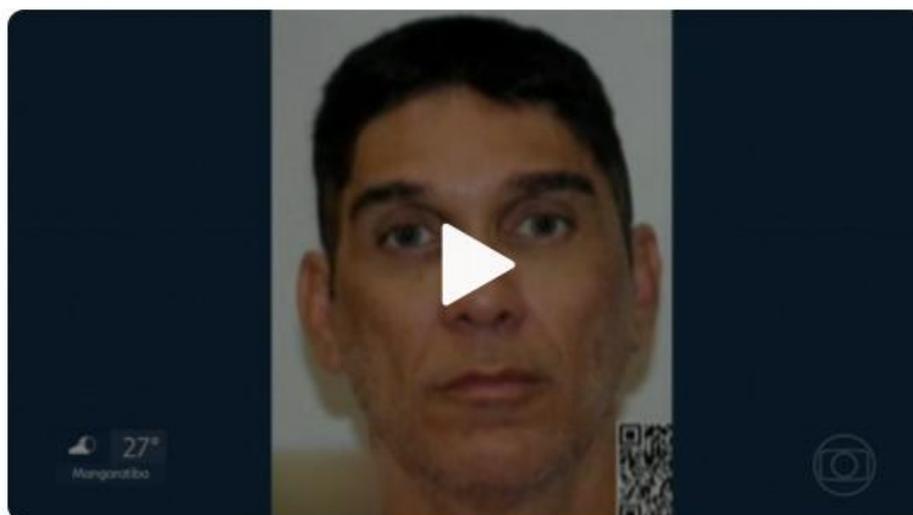
“Fod*, deixa o corpo aí mesmo (...) Eu quebrei (matei) uns três, aí foi fod*. Matei pra caralh*. Taquei fogo no corpo dele, e o povo achou que era balão (risos)”, revela o áudio.**

Mais de 80 tiros em execução

A forma como essa outra vítima foi morta relata a brutalidade do grupo. Tiago Barbosa estava a bordo de um BMW avaliada em mais de R\$ 1 milhão em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, quando o **veículo foi atingido por mais de 80 tiros.**

Nem a blindagem do carro foi capaz de impedir a execução. O inquérito aponta a disputa pelo controle da venda ilegal de cigarros como motivo para o assassinato.

Adilsinho investigado



Máfia do cigarro: Polícia aponta integrante do jogo do bicho como chefe do esquema criminoso

Investigações da Polícia Civil e Federal mostraram que o homem por trás do monopólio da venda de cigarro ilegal no Rio é Adilson Oliveira Coutinho Filho, o Adilsinho.

O nome dele ou de pessoas ligadas a ele aparecem nas investigações da maioria dos homicídios investigados na capital e na Baixada Fluminense em decorrência da disputa do cigarro.

Os detalhes de como age a quadrilha da qual ele foi acusado de chefiar foram revelados por duas investigações recentes – do Gaeco, órgão do Ministério Público do Rio, e da Polícia Federal.

Nas operações “Smoke Free”, de novembro de 2022, e “fumus”, no ano anterior quase 70 mandados de prisão foram expedidos pela Justiça. Entre os alvos, estavam Adilsinho e Cláudio Coutinho de Oliveira.

O advogado de Adilsinho afirmou que reitera que a **inocência** do seu cliente.

Giro de R\$ 45 milhões

As investigações apuraram que o grupo teria movimentado mais de R\$ 45 milhões com negócios ilegais e provocado um prejuízo de cerca de 2 bilhões aos cofres públicos com sonegação de impostos.

Nas duas ações, foram cumpridos 125 mandados de busca e apreensão em Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes, além da capital.

Entre os endereços visitados pela polícia, estavam fábricas de cigarro de propriedade de Adilsinho.

Ações suspensas no STJ

As duas investigações estão suspensas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Embora Adilsinho tenha sido denunciado tanto pelo Ministério Público do Rio quanto pelo Ministério Público Federal, seus advogados conseguiram anular no STJ as provas colhidas a partir de uma colaboração premiada.

A defesa argumentou que as operações foram feitas apenas com base no relato de um delator. O colaborador era de um ex-integrante do grupo criminoso.

Como funciona o mercado?

A marca Gift já era vendida ilegalmente no Rio – contrabandeada do Paraguai e rendendo milhões aos responsáveis pelo crime.

Para ter o monopólio da venda ilegal, a máfia do cigarro no Rio passou a falsificar os cigarros em fábricas como a que foi alvo da operação que apreendeu a máquina furtada da Cidade da Polícia Civil, história revelada pelo **RJ2** no mês passado.

Nestes locais, a mão de obra era inicialmente paraguaia – para que os cigarros mantivessem a qualidade daquele país.

Mas a fabricação hoje já é feita por brasileiros. Após produzirem os cigarros, a máfia obriga donos de bancas de jornal e comerciantes a venderem o produto falsificado.

Fiscalização nos pontos de venda

Os bandidos fiscalizam constantemente os pontos de venda. Em um diálogo, criminosos trocam fotos sobre um cigarro da marca Gift encontrado no comércio.

"É nosso?" pergunta um deles, enviando fotos da frente, do verso e um vídeo do cigarro.

"Não", responde o comparsa.

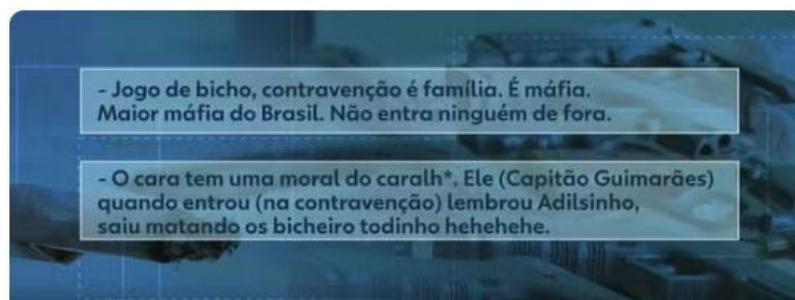
As conversas estavam no celular apreendido com José Ricardo Simões, um dos acusados da morte de Marquinhos Catiri.

Ele era apontado como chefe de uma milícia na Zona Oeste e, segundo a Delegacia de Homicídios, a morte foi provocada por desavenças com o grupo de Adilsinho.

O bicheiro chegou a ter a prisão temporária decretada como mandante deste crime. A ordem foi expedida pela 1ª Vara Criminal. Ele chegou a ficar foragido da Justiça, mas dias depois a **ordem de prisão foi cassada pela 7ª Câmara Criminal**.

Defesa por nova cúpula do bicho

No mundo da contravenção, Adilsinho defende a criação de uma nova cúpula do jogo do bicho e, assim como os antigos bicheiros, quer uma escola de samba pra chamar de sua. No mês passado, **assumiu a presidência de honra do Salgueiro**.



"Jogo de bicho, contravenção é família. É máfia. Maior máfia do Brasil. Não entra ninguém de fora", diz um dos comparsas.

"O cara tem uma moral do caralh*. Ele (Capitão Guimarães), quando entrou (na contravenção), lembrou Adilsinho, saiu matando os bicheiro todinhos (risos).", responde outro.

Na conversa acima, apreendida pela polícia no celular de José Ricardo Simões, o acusado de envolvimento na morte do rival Catiri, também fala sobre a ambição da máfia do cigarro e diz que o produto ilegal não interessa aos bicheiros da velha guarda, como Capitão Guimarães.

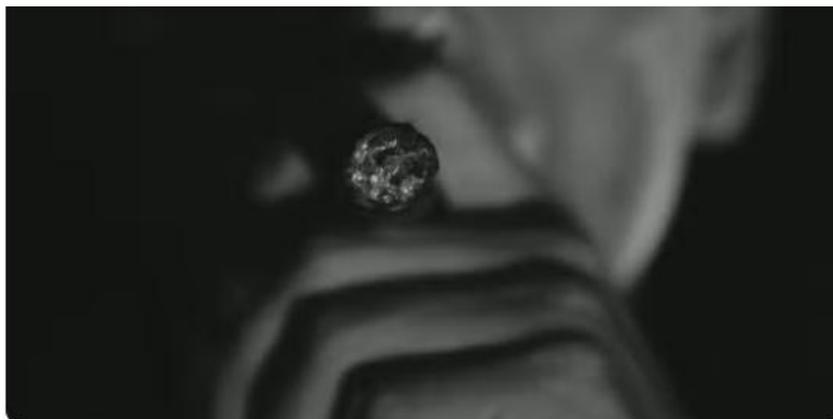
"Capitão Guimarães não se mete nisso, não, no cigarro. É tudo de Duque de Caxias", diz.

Caxias é uma referência a Adilsinho, segundo a polícia. O bicheiro controla parte do jogo no município e, recentemente, **expandiu os negócios tomando áreas de Zona Sul, Centro e Zona Norte da capital, áreas que eram controladas pelo bicheiro Bernardo Bello.**

Luxo e futebol

A receita para a notoriedade também inclui luxo e futebol. Em 2010, Adilsinho fundou um clube – o Clube Atlético Barra da Tijuca, agremiação que chegou a disputar divisões inferiores do campeonato estadual.

No atlético, Adilsinho, além de fundador, também atuou como **jogador e batedor oficial de pênaltis.**



Convite da festa de Adilzinho tinha vídeo com ares de 'Poderoso Chefão' — Foto: Reprodução

Em 2021, durante a pandemia de Covid-19, uma **festa dele no Copacabana Palace** chamou a atenção pela aglomeração, em tempos de distanciamento social e pela lista de convidados ilustres

No convite da festa de 51 anos, a trilha do filme "Poderoso Chefão", que retrata a máfia italiana (veja na reportagem abaixo, de junho de 2021).



Alvo de operação da PF deu festa no Copacabana Palace para 500 pessoas na pandemia

Famosos como Ludmilla, Gustavo Lima, Alexandre Pires e Mumuzinho foram contratados para cantar no evento. A **festa custou R\$ 4 milhões**, segundo apuração da TV Globo.

"Isso dá muito dinheiro. Isso é bolsa de valores, cigarro, rapaz. Caralh*... não precisa você fazer parada errada, não, pô. Pega suas caixinhas, trabalha com seu pacote. Lugar nenhum você vai ganhar o que você ganha no cigarro. Lugar nenhum. Nem concurso público, nem nada", diz homem em um dos áudios da investigação

No submundo do crime, o monopólio da venda cigarro ilegal passa por territórios dominados por milícia e tráfico. Não se vende produto ilegal nessas áreas, sem negociações entre as quadrilhas.

"O produto brasileiro não pode ser mais barato que R\$ 5". É o preço mínimo", diz Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria.

O **RJ2** apurou que, em áreas de milícia, o fornecimento do cigarro é feito pela máfia, mas a venda é dos milicianos.

Já em regiões de tráfico, quem vende o cigarro ilegal e quer exclusividade do seu produto deve pagar um pedágio aos traficantes.

Os **45 municípios onde atua a máfia** do cigarro:

- Areal
- Angra dos Reis
- Araruama
- Arraial do Cabo
- Barra Mansa
- Barra do Piraí
- Campos dos Goytacazes
- Duque de Caxias
- Engenheiro Paulo de Frontin
- Iguaba Grande
- Itaguaí
- Itaboraí
- Itatiaia
- Itaperuna
- Mangaratiba
- Miracema
- Miguel Pereira
- Mesquita
- Magé
- Maricá
- Mendes
- Nova Iguaçu
- Niterói
- Porto Real
- Piraí
- Paracambi
- Paty do Alferes
- Porciúncula
- Petrópolis
- Pinheiral
- Rio Bonito
- Rio Claro
- Rio das Ostras
- Resende
- Rio das Flores
- Rio de Janeiro
- São Pedro da Aldeia
- São João de Meriti
- Saquarema
- São José do Vale do Rio Preto
- Tanguá
- Teresópolis
- Vassouras
- Valença

-
- Volta Redonda

O que dizem os citados

A defesa de Adilsinho afirma que ele é inocente.

A TV Globo tenta contata com os outros citados na reportagem.

Para considerar as cinco reportagens acima como jornalismo sobre investigações, utilizamos como critério base a principal diferença entre os dois segmentos: o fato de serem

reportagens sobre casos que já estavam sendo investigados por autoridades, conforme o mesmo pré-requisito estabelecido por Nascimento (2010) em seu estudo acerca do fenômeno do jornalismo sobre investigações. “[...] só são consideradas reportagens sobre investigações aquelas que mostram isso de forma clara no texto. Uma reportagem que possa ter se originado de uma investigação oficial, mas que não explicita essa origem, não será considerada [...]” (NASCIMENTO, 2010, p. 60). O autor explica que “para a construção dessa categoria foi levado em conta o fator que estudiosos de análise de conteúdo chamam de presença/ausência” (NASCIMENTO, 2010, p. 60). Nesse caso, consideramos como investigativas apenas reportagens que não possuem explicitamente a origem em investigações ou que levam à abertura de investigações. A metodologia adotada por Nascimento (2010) e utilizada também neste trabalho implica em alguns riscos, como alerta o autor: “[...] distorções que podem ‘enganar’ a categorização e fazer com que determinada reportagem sobre investigações seja enquadrada como reportagem investigativa e vice-versa” (NASCIMENTO, 2010, p. 60). Exemplo disso seria algum caso em que uma “autoridade [...] tenha passado a jornalistas informações de uma investigação em andamento, mas tenha solicitado a omissão de qualquer indício sobre a origem dos dados, por medo de represália ou outra razão” (NASCIMENTO, 2010, p. 60). Nesse contexto, Nascimento (2010, p. 61) explica que evitar essas possíveis distorções exigiria um levantamento denso e extenso sobre o processo de produção de cada uma das reportagens, o que resultaria em um trabalho hercúleo e que poderia ser infrutífero, já que muitas vezes esse processo é mantido sob sigilo entre jornalistas e fontes. No caso específico deste trabalho, as reportagens selecionadas deixam claro nos textos que há investigações em andamento, sendo citadas, inclusive, por diversas vezes.

Para melhor compreensão sobre o critério para classificação como reportagem sobre investigações, os quadros abaixo são demonstrativos:

Quadro 1 - Critério para classificação como jornalismo sobre investigações

Reportagem	Cita alguma investigação em andamento?	Quantas vezes é citada?
REPORTAGEM 1	Sim	5
REPORTAGEM 2	Sim	9
REPORTAGEM 3	Sim	7

REPORTAGEM 4	Sim	5
REPORTAGEM 5	Sim	9

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 2 - Termos utilizados pelas reportagens que explicitam investigações em andamento que pautaram a reportagem

Reportagem	Termos utilizados para citar que há investigações em andamento
REPORTAGEM 1	<p>“Os policiais apuram ainda...”;</p> <p>“As ações do criminoso chamam a atenção dos investigadores...”;</p> <p>“afirmou o delegado...”;</p> <p>“Segundo a polícia...”;</p> <p>“As investigações concluíram...”</p> <p>“A polícia diz...”</p> <p>“Segundo os investigadores...”</p> <p>“A Polícia Civil indiciou...”</p> <p>“O caso é investigado...”</p> <p>“Explicou o tenente-coronel...”</p> <p>“disse o delegado...”</p>
REPORTAGEM 2	<p>“polícia investiga...”</p> <p>“investigações indicam...”</p> <p>“A Polícia Civil do RJ investiga...”</p> <p>“Durante dez meses de investigação...”</p> <p>“para investigadores da polícia carioca...”</p> <p>“são investigados...”</p> <p>“a Polícia Civil não tem mais dúvidas...”</p> <p>“Na esteira dessas investigações...”</p> <p>“Para um policial civil...”</p> <p>“O primeiro desaparecimento investigado...”</p> <p>“As investigações indicam...”</p> <p>“Para os investigadores...”</p> <p>“A polícia acredita...”</p> <p>“O caso gerou uma investigação...”</p> <p>“uma gravação telefônica em poder da DHBF...”</p> <p>“É esse quebra-cabeça que a Polícia Civil tenta montar agora...”</p> <p>“A polícia acredita...”</p>

	<p>“A DHBF apura...” “Também são investigados...” “A polícia investiga...” “de acordo com dados de inteligência da polícia...”</p>
REPORTAGEM 3	<p>“Segundo a polícia...” “a polícia investiga...” “Segundo os investigadores...” “A apuração da polícia aponta...” “A polícia também identificou...” “De acordo com a Draco...” “Também segundo a Draco...”</p>
REPORTAGEM 4	<p>“segundo a Polícia Civil...” “investigadores suspeitam que...” “Segundo a Polícia Civil...” “diz o delegado...” “segundo a polícia...” “Segundo a própria Polícia Civil...”</p>
REPORTAGEM 5	<p>“polícia apura...” “polícia apura se...” “segundo as investigações...” “um áudio que consta na investigação...” “o inquérito aponta...” “investigados na capital...” “revelados por duas investigações recentes...” “as investigações apuraram...” “As conversas estavam no celular apreendido...” “segundo a Delegacia de Homicídios...” “Na conversa acima, apreendida pela polícia...”</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Depois de considerar que as cinco reportagens selecionadas de amostra para este estudo podem se enquadrar como jornalismo sobre investigações, vamos compreender melhor o processo de produção destas matérias, a partir da análise dos textos. Para isso, optou-se por elencar as fontes utilizadas na construção da reportagem, baseado no que é citado no texto, e de que forma se enquadram na classificação de fontes proposta por Schmitz (2011) - as únicas categorias não utilizadas, neste caso, foram a de ação, que separa as fontes de informação em

proativa, ativa, passiva e reativa, e a de qualificação, que as divide em confiável, fidedigna e duvidosa, uma vez que para fazer essa análise seria necessário tomar conhecimento do processo inteiro de produção dessas reportagens.

Quadro 3 - Fontes citadas na reportagem

Reportagem	Categoria	Grupo	Crédito
REPORTAGEM 1	<p>PRIMÁRIA (polícia, delegado e moradores)</p> <p>SECUNDÁRIA (porta-voz da PM, redes sociais, arcebispo do Rio e presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa)</p>	<p>OFICIAL (polícias civil e militar)</p> <p>INSTITUCIONAL (arcebispo do Rio e presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa)</p> <p>TESTEMUNHAL (moradores)</p>	<p>IDENTIFICADA (delegado, porta-voz da PM, arcebispo do Rio e presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa)</p> <p>SIGILOSА (moradores)</p>
REPORTAGEM 2	<p>PRIMÁRIA (polícia, secretário de polícia civil, investigador)</p>	<p>OFICIAL (polícia civil, secretário de polícia civil e investigador)</p>	<p>IDENTIFICADA (secretário de polícia civil)</p> <p>SIGILOSА (investigador)</p>
REPORTAGEM 3	<p>PRIMÁRIA (polícia civil; pessoa não identificada por questões de segurança)</p>	<p>OFICIAL (polícia civil)</p> <p>**não consta no texto a relação da fonte não identificada para poder classificá-la</p>	<p>SIGILOSА (pessoa não identificada)</p>
REPORTAGEM 4	<p>PRIMÁRIA (polícia, delegado, investigadores, diretora-geral adjunta da polícia civil do Pará)</p> <p>SECUNDÁRIA (professor do</p>	<p>OFICIAL (polícia civil, delegado, investigadores, diretora-geral adjunta da polícia civil do Pará)</p> <p>ESPECIALIZADA</p>	<p>IDENTIFICADA (delegado, diretora-geral adjunta da polícia civil do Pará, professor do departamento de Segurança Pública da</p>

	departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense)	(professor do departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense)	Universidade Federal Fluminense) SIGILOSA (investigadores)
REPORTAGEM 5	PRIMÁRIA (polícia civil, polícia federal e justiça)	OFICIAL (polícia civil, polícia federal e justiça)	SIGILOSA (polícia civil, polícia federal e justiça)

Fonte: elaborado pela autora.

Após a separação e análise das cinco reportagens selecionadas, é possível perceber que, em todas elas, há uma mesma fonte mencionada por mais de uma vez - trata-se da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Todas as matérias foram feitas com base em investigações já pré-existentes na corporação, que é utilizada e citada muitas vezes ao longo dos textos para trazer credibilidade e mostrar que a informação está partindo de uma fonte oficial. Em alguns casos, é possível notar que os investigadores são mencionados, no entanto não aparecem nomes, o que é justificável de forma simples, uma vez que eles não poderiam divulgar informações que deveriam ser sigilosas, nem mesmo falar em nome da corporação sem qualquer tipo de autorização. Nesses casos, constam como a chamada fonte que deu informações “em *off*”, ou seja, de forma sigilosa.

A análise do conteúdo também permitiu perceber que todas as reportagens selecionadas para este estudo são mais extensas que matérias do dia a dia e possuem um tom investigativo, marcado por uma série de informações, cruzamento delas, contexto e, em sua maior parte, por fontes oficiais, mostrando o acesso exclusivo a materiais de investigação.

Entretanto, fica evidente a falta de investigação própria, de saídas de campo. Apenas uma das reportagens demonstra que isso pode ter sido feito, mas de forma implícita (ou seja, não se sabe se o jornalista arrecadou as informações por meio de telefonemas ou mensagens, por exemplo, em vez de ir até o local para conversar com populares, um comportamento típico do chamado jornalista sentado). É o caso da reportagem 1, que cita relatos de mais moradores do que as outras matérias. Ainda assim, trata-se de uma reportagem sobre investigação, uma vez que o caso em pauta não foi descoberto pelos jornalistas (aqui, compreende-se aquela diferença já explorada neste trabalho sobre descobrir algo ou descobrir que alguém descobriu algo).

Por fim, pode-se perceber que os aspectos que permeiam essas reportagens dão a sensação de que tudo foi fruto de uma investigação jornalística extensa, que ouviu diversas fontes (em alguns casos) para agregar contexto, explorou dados e cruzou informações de diferentes inquéritos. Até mesmo o uso de termos de forma mais sutil e, em algumas das reportagens, citando a fonte apenas no meio do texto, trazendo as informações como se fossem de propriedade do jornalista, também causam essa sensação. É, possivelmente, inclusive, esse um dos objetivos implícitos do jornalismo sobre investigações - parecer investigativo, mas apenas reunir o que já estava sendo investigado e divulgar. Não necessariamente seria algo negativo ou altamente reprovável - o que está em pauta, na verdade, é o quanto isso pode estar tomando o espaço do jornalismo investigativo.

Considerações finais

Com a preocupação sobre os rumos que o jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigações têm tomado no Brasil, este estudo dedicou-se a compreender de que forma as fontes influenciam o avanço desse fenômeno que tornou os jornalistas, na percepção de Nascimento (2010), os novos escribas. Por meio do conceito de definidores primários, de Hall (1993), que coloca as fontes iniciais consultadas pelos repórteres como as responsáveis pelo enquadramento que será dado à notícia, temos a compreensão da influência dessa relação entre jornalista e fonte. Desde sempre, o jornalista depende de fontes para desenvolver uma reportagem - seja para trazer uma informação nova, guiar o repórter, dar contexto para determinada matéria ou até mesmo uma opinião. Essa relação estreita com fontes, inclusive, é pauta de múltiplos estudos e manuais, já que pode ser, às vezes, um pouco complicada por influenciar no conteúdo veiculado.

As teorias do jornalismo, como foram detalhadas ao longo do capítulo 2 deste trabalho, auxiliam a compreender de que forma as fontes influenciam no processo de produção de notícias. Para a teoria estruturalista, por exemplo, são os chamados definidores primários que comandam e os jornalistas não os desafiam, nem sequer negociam antes da definição principal do enquadramento de uma reportagem. É como se o jornalismo perdesse, assim, o seu potencial. Já a teoria interacionista, que compreende as notícias como o produto de todo um processo (e este, por sua vez, sofre influências de diversos fatores, como o tempo para publicação, a abundância de acontecimentos etc), coloca as fontes e os jornalistas como uma relação de interdependência. No entanto, alerta que o repórter corre o risco de perder sua independência e, diante da rotinização do trabalho, levar a uma dependência de fontes oficiais. Essa dependência, inclusive, foi identificada neste trabalho.

As cinco reportagens selecionadas para análise de conteúdo foram amostra suficiente para exemplificar o jornalismo sobre investigações que tem sido feito nos jornais nos últimos anos. Por meio das matérias, e como ficou notório nos quadros, foi possível identificar várias semelhanças entre elas, como a extensão do texto (mais longas do que reportagens comuns do dia a dia), manchetes que chamam a atenção para a questão investigativa, cruzamento de informações de investigações e o uso de fontes semelhantes ou iguais. Atentando-se apenas à questão textual, percebe-se que as menções às investigações acontecem, em sua maior parte, ao

longo do texto, trazendo um aspecto de apuração própria. No entanto, ao dissecar o material, constata-se que as investigações em andamento - que não são jornalísticas - são mencionadas o tempo todo, servindo de base para as reportagens, que possuem aspectos investigativos, mas não são investigativas. Além disso, mesmo este trabalho não tendo explorado os processos de produção de cada uma das notícias, permite refletir que as cinco reportagens podem ter sido elaboradas de dentro da redação, reforçando a ideia de jornalista sentado, que não suja mais os sapatos, muito adotada recentemente pelas empresas de comunicação. A possibilidade, diante das características das cinco reportagens analisadas, traz à tona o principal objetivo deste estudo, que era compreender de que forma as fontes, enquanto definidoras primárias, influenciam no processo de produção de notícias e no avanço do jornalismo sobre investigações.

Essa relação fica totalmente evidente, principalmente, na reportagem 3, que ouve e registra no texto como fonte apenas a instituição Polícia Civil do Rio de Janeiro e uma pessoa não identificada - que sequer fica claro se a relação dela é com o local do crime ou com as investigações do crime. Dessa forma, é possível afirmar que, muito provavelmente, a reportagem foi construída apenas em cima de uma única versão - a oficial - e, portanto, a corporação Polícia Civil entraria neste sentido como uma definidora primária da matéria, ao guiar o enquadramento dado para a notícia. Da mesma forma, mas não tão claro, acontece na reportagem 5, em que as fontes citadas também se tratam de órgãos (polícias civil e federal e justiça), ou seja, todas oficiais.

A grande questão que permeia isso está relacionada às consequências desse padrão. O jornalismo é uma ferramenta potente de transformação e, por que não, de poder. Uma publicação pode desencadear medidas ou afetar a vida de alguém, seja de forma positiva ou negativa. Portanto, também se trata de uma ferramenta com um altíssimo nível exigido de responsabilidade. Kovach e Rosenstiel (2003, p.182) alertam para o fato de o jornalista poder ser usado pelas próprias fontes e defendem: “[...] não significa que fazer reportagens sobre investigações em andamento seja inerentemente errado. Mas não há dúvida de que o processo está permeado de riscos desconhecidos”. No entanto, muitos desses riscos, agora, já são conhecidos, como a manipulação de reportagens e a falta de investimento em matérias de fôlego, uma vez que entrega-se mais material com menos custo etc.

Neste sentido, acrescenta-se o contexto dos avanços tecnológicos. Se em 2010, quando o *Whatsapp* ainda começava a eclodir, Nascimento (2010) já falava sobre a expansão do jornalismo sobre investigações, atualmente, com o aplicativo de mensagens como principal ferramenta de trabalho, a situação é ainda mais complexa. Assessorias de imprensa passaram a

montar grupos para encaminhar sugestões de pautas ou informações relevantes à população para que sejam divulgadas de forma mais imediata pelas empresas de comunicação e as próprias fontes, como é o caso, por exemplo, de muitos delegados, criaram as chamadas listas de transmissão, por onde encaminham *releases* e imagens. Ter acesso a documentos de investigações ficou apenas a um clique de distância e a relação com as fontes ficou mais estreita, além de mais abrangente. Somando a isso, também está a postura do jornalista, que, na pressa por entregar o material, cede a essa rotina. Ao entrevistar o jornalista Rubens Valente, Sequeira (2005) fala sobre essas questões atreladas diretamente ao jornalismo investigativo:

Rubens Valente levanta ainda outro problema, que está embutido na crise financeira das empresas: com medo de perder seus empregos, muitos editores não querem correr riscos, dificultando o trabalho do jornalista investigativo. “Aquele tipo de editor que tem sobre sua mesa um leiteiro ‘Não me tragam problemas’ é capaz de destruir uma equipe inteira de repórteres”. Rubens acredita que existem “três pragas” impedindo que se pratique o jornalismo investigativo de forma ideal: a praga da denúncia em *off*, a praga do declaratório e a praga do oficialismo. “Às vezes, uma notícia só vira notícia quando uma ‘otoridade’ confirma que ela de fato é notícia. E, quando se tem um editor medroso, fica-se impedido de investigar. [...]”. (SEQUEIRA, 2005, p. 112).

A autora recorda:

O jornalismo investigativo tem como função desvendar as causas, as origens de um acontecimento, sem nunca ficar limitado ao factual; driblar *lobbies* e estratégias de *marketing* usadas por assessores de imprensa, na sua função de criar uma imagem positiva diante da sociedade dos grupos políticos, econômicos e sindicais que representam. É função ainda do jornalismo investigativo seguir o rastro de histórias ou acontecimentos que, em determinado momento, foram notícia, mas acabaram saindo das páginas dos jornais - com o objetivo de checar se esses fatos, da forma como foram divulgados, não trouxeram prejuízos à sociedade. Para que o jornalismo investigativo cumpra sua função social, ou seja, mostre à sociedade as mazelas que a debilitam, são necessários quatro elementos básicos: que o repórter trabalhe num contexto social democrático; que as instituições estatais garantam que as mazelas expostas sejam sanadas; que as empresas de comunicação, em uma situação econômica estável, independam de instituições públicas e privadas; e, por fim, que o repórter, durante o processo investigativo, trabalhe sob a égide da ética. [...] só atuando numa empresa de comunicação livre de amarras com os poderes econômicos e políticos e com fortes vínculos com a missão de

serviço público, o repórter investigativo poderá construir uma história que algumas poucas vezes poderá mudar o rumo das nações, como no Caso Watergate, nos Estados Unidos. É nesse momento que o jornalismo investigativo converte a imprensa e os meios de comunicação em geral em representantes legais dos interesses dos cidadãos. (SEQUEIRA, 2005, p. 112).

Por fim, uma vez que foi compreendida de que forma as fontes interferem no processo de produção de notícias e atuam como construtoras delas, principalmente no jornalismo sobre investigações, e levando à expansão desse fenômeno, aliado aos avanços tecnológicos, cabem aqui algumas reflexões. O jornalismo investigativo vai continuar, como sempre, altamente prestigiado e fundamental para contribuir com uma sociedade transparente e democrática, mas estaria o jornalismo sobre investigações não só preenchendo o espaço vazio, como também invadindo o espaço desse segmento? É fácil encontrar atualmente, principalmente nas redes sociais, jornalistas que se autodenominam investigativos, enquanto o que praticam é muito mais semelhante a um jornalismo declaratório, ou jornalismo sobre investigações. Estariam os próprios profissionais de imprensa confusos em relação aos termos? E o que essa confusão de conceitos pode desencadear? É preciso estar muito atento a este fenômeno, que segue em expansão nas redações. Se Nascimento (2010) já alertava para isso há cerca de 15 anos e jornalistas americanos também haviam percebido essa segmentação logo no início dos anos 2000, é fundamental olhar para trás e pensar de que forma regredimos neste sentido. As consequências de um jornalismo que soa investigativo mas conta apenas com versões oficiais de investigações em andamento podem levar a um desestímulo à prática do jornalismo investigativo.

Com a inspiração da epígrafe desta Dissertação e as reflexões surgidas durante a pesquisa, espera-se que o trabalho aqui apresentado possa incentivar outras produções.

Referências

AGUIAR, Leonel. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Alceu-Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 7, n.13, p. 73-84, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Aguiar.pdf>.

AGUIAR, Leonel; BARSOTTI, Adriana. O jornalismo e os dilemas da contemporaneidade: o eu, o aqui e o agora. **Mídia e Cotidiano**, v. 10, n. 10, p. 192-209, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9802>>.

AGUIAR, Leonel; GOULART DE ANDRADE, Ana P. Novas interfaces nas rotinas produtivas e credibilidade jornalística: uma contribuição aos estudos da profissão. **Mediação**, v. 22, n. 31, p. 67-79, jul./dez. 2020. Disponível em: <<http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/8075>>.

AGUIAR, Leonel. GOULART DE ANDRADE, Ana Paula. (Org.). **Teorias do Jornalismo e experiências profissionais: múltiplas perspectivas**. Florianópolis, SC: Insular, 2023.

AGUIAR, Leonel; RODRIGUES, Cláudia. Precisão e credibilidade: agências independentes de jornalismo e o uso do *big data*. **Esferas**, n. 14, p. 109-120, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/10370>>.

AGUIAR, Leonel; ROXO, Luciana. A credibilidade jornalística como crítica à “cultura da desinformação”: uma contribuição ao debate sobre *fake news*. **Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 162-186, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38079/22349>>.

BARSOTTI, Adriana; AGUIAR, Leonel. Nomear a mentira: a estratégia do jornalismo para resgatar seu *locus* de verdade em meio ao cenário de desinformação e plataformização. **Líbero**, v. 24, n. 49, p. 123-140, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1633>>.

BARSOTTI, Adriana. **Transformações contemporâneas nas práticas jornalísticas: o jornalista on-line como mobilizador de audiência**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

ETTEMA, James S.; GLASSER, Theodore L. *On the epistemology of investigative journalism*. **Communication**, vol. 8, p. 183-206, 1985. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/234722548_On_the_Epistemology_of_Investigative_Journalism>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2012.

HALL, Stuart; et al. A produção social das notícias: os mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1993.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226456_por>. Acesso em: 07 nov. 2024.

HOMEM BATE EM CARRO DA POLÍCIA CIVIL E TENTA FUGIR. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/marica/2024/08/6899753-homem-bate-em-carro-da-policia-civil-e-tenta-fugir.html>>.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. O discurso da convergência inevitável: a construção do jornalista multitarefa nas páginas de *O Globo*. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Sergipe, vol. XII, n. 3, set-dez 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/26/835>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. Tradução: Wladir Dupont. São Paulo, SP: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LIMA E SILVA, Ana Cristina Costa de. Credibilidade e jornalismo: questões sobre *fact-checking* e o mercado de notícias brasileiro. In: AGUIAR, Leonel; GOULART DE ANDRADE, Ana Paula. (Orgs.). **Teorias do Jornalismo e experiências profissionais: múltiplas perspectivas**. Florianópolis, SC: Insular, 2023.

LISBOA, Lucas von Seehausen. **Jornalismo investigativo impulsionado pela transparência pública:** as primeiras denúncias contra o governo Witzel durante a pandemia em quatro veículos jornalísticos. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2023.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (Orgs.). **Jornalismo investigativo.** São Paulo: Publisher Brasil. 2003.

MÁFIA DO CIGARRO CONTROLA VENDA EM 45 DAS 92 CIDADES DO RJ E CRESCE À BASE DA BALA: POLÍCIA APURA 20 CRIMES VIOLENTOS LIGADOS A DISPUTAS. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/01/mafia-do-cigarro-controla-45-das-92-cidades-do-rj-e-se-expande-a-base-da-bala-policia-apura-ao-menos-20-crimes-violentos-ligados-a-disputas.ghtml>>.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação:** ideias, conceitos e métodos. 6. ed. revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MELO, Seane Alves; MONTEIRO, Lieli Loures Malard. **Os mitos sobreviventes de Watergate e suas implicações no jornalismo investigativo atual.** I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. Universidade Anhembi-Morumbi. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. 24 a 26 de julho de 2014. Disponível em: <https://seminario.abraji.org.br/wp-content/uploads/2023/04/seane_melo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MEYER, Philip. **Precision journalism:** a reporter's introduction to Social Science methods. Maryland: Rowman & Littlefield, 1973/2002. Disponível em: <<https://carolinadatadesk.github.io/pmeyer/book/Chapter1.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MENINOS DE BELFORD ROXO: POLÍCIA INVESTIGA 2 MORTES E 3 DESAPARECIMENTOS QUE PODEM ATRAPALHAR A ELUCIDAÇÃO DO CASO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/13/policia-investiga-2-mortes-e-3-desaparecimentos-investigacoes-criancas-belford-roxo.ghtml>>.

MILÍCIA NA MUZEMA TENTA TER 'MONOPÓLIO' DA ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/04/milicia-na-muzema-tenta-ter-monopolio-da-entrega-de-correspondencias.ghtml>>.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”:** o fetiche da velocidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise pragmática da narrativa jornalística.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2024.

MPRJ, MPSP E PMSP DEFLAGRAM OPERAÇÃO CONTRA GRUPO ESPECIALIZADO EM APLICAR O GOLPE 'BOA NOITE, CINDERELA' PARA ROUBAR CRIPTOATIVOS. In: release Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), Rio de Janeiro, 24/08/2024.

MP REALIZA OPERAÇÃO PARA ACABAR COM QUADRILHA ESPECIALIZADA EM ROUBAR CRIPTOATIVOS. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/08/6905295-mp-realiza-operacao-para-acabar-com-quadrilha-especializada-em-roubar-criptoativos.html>>.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas:** o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações:** relações entre o Ministério Público e a imprensa. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

NASCIMENTO, Solano. **O surgimento da Lava Jato e o sumiço do jornalismo investigativo:** uma análise de Veja, Época e Istoé. V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. Universidade Anhembi-Morumbi. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. jun. de 2017. Disponível em: <https://seminario.abraji.org.br/wp-content/uploads/2023/04/SOLANONASCIMENTO_Abraji_2018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NORONHA, Mariana Galvão; ROCHA, Paula Melani. **Jornalismo investigativo:** o processo de produção da reportagem pela perspectiva do repórter. IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. Universidade Anhembi-Morumbi. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. 29 de junho a 1º de julho de 2017. Disponível em: <https://seminario.abraji.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Jornalismo_Investigativo_O_processo_de_producao_da_reportagem_pela_perspectiva_do_reporter.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OTÁVIO, Chico; ARAÚJO, Vera. **Mataram Marielle:** como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PEREIRA, Fábio Henrique. O 'Jornalista Sentado' e a produção da notícia *on-line* no CorreioWeb. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 95-108, jan-jun 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/85/45>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PINTO, Manuel. Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. In: **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, vol. 14 (1-2). 2000. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2024.

POLÍCIA CIVIL PRENDE MEGATRAFICANTE EM APARTAMENTO DE LUXO, EM IPANEMA. PRESO JÁ FOI ALVO DO DEA-EUA E É HOMEM DE CONFIANÇA DE "DON PEDRO", UM DOS PRINCIPAIS OPERADORES DE MACONHA EM PEDRO

JUAN CABALLERO, NO PARAGUAI. In: release SEPOL - SSPIO - DGPE - DAIRJ, Rio de Janeiro, 22/11/2023. (por *Whatsapp*).

POLÍCIA CIVIL PRENDE MEGATRAFICANTE EM APARTAMENTO DE LUXO NA ZONA SUL. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/11/6745871-policia-civil-prende-megatraficante-em-apartamento-de-luxo-na-zona-sul.html>>.

POLÍCIA CIVIL PRENDE ‘MEGATRAFICANTE’ EM APARTAMENTO DE LUXO EM IPANEMA. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/22/policia-civil-prende-megatraficante-em-apartamento-de-luxo-em-ipanema.ghtml>>.

POLÍCIA CIVIL PRENDE FORAGIDO DA JUSTIÇA POR ROUBOS EM CABO FRIO. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/cabo-frio/2024/08/6903232-policia-civil-prende-foragido-da-justica-por-roubos-em-cabo-frio.html>>.

QUASE 400 BANDIDOS DE OUTROS ESTADOS FORAM PRESOS EM COMUNIDADES DO RJ EM 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/04/favelas-do-rj-se-tornam-esconderijos-de-trafficantes-de-outros-estados-pm-prendeu-379-bandidos-de-fora-em-2022.ghtml>>.

RODRIGUES, Claudia Miranda; AGUIAR, Leonel Azevedo de. Jornalismo como forma de conhecimento e o imperativo da verdade: uma contribuição teórica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 3, p. 2459-2476, jun. 2023. Disponível em: <<https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1217>>.

RÜDIGER, Francisco. **As Teorias do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis, SC: Insular, 2021.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Classificação das fontes de notícias**. 2011. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SILVA, Fernando Firmino da. Jornalismo reconfigurado: tecnologias móveis e conexões sem fio na reportagem de campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXI, 2008, Natal. **Anais...** Natal, RN: Intercom, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Fernando_Silva58/publication/228533916_Jornalismo_Reconfigurado_tecnologias_moveis_e_conexoes_sem_fio_na_reportagem_de_campo/links/55a13a8308aea815dffbfdba/Jornalismo-Reconfigurado-tecnologias-moveis-e-conexoes-sem-fio-na-reportagem-de-campo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Crítérios de noticiabilidade - problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis, SC: Insular, 2014.

SIGNATES, Luiz. **A comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate**. Comunicação. In: ANAIS DO 26º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2017. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2017/trabalhos/comunicacao-como-ciencia-basica-tardia-uma-hipotese-para-o-debate?lang=pt-br>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SIMÃO, Guilherme de Oliveira. **Jornalismo investigativo sem fins lucrativos: conceitos, objetivos e discursos da Agência Pública**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1412565_2016_completo.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.

STACCIARINI, Isa Coelho. NASCIMENTO, Solano dos Santos. A relação entre o *Whatsapp* e erros jornalísticos: um estudo de caso. **Revista Alterjor**, São Paulo. ano 10, vol. 02, ed. 20. jul. - dez. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157301>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS; Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TOLEDO, Camila Ferraz Martos de; BARBOSA, Raíssa Abdalla; ZALESKI, Sula de Castro; CHOI, Andréia Jung Yun; SANDOVAL, Adriana Paz; CARONE, Paula Cagliari de Alcântara; DEJAVITE, Fábila Angélica. Jornalismo Investigativo e sua substituição pela prática declaratória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX, 2007, Santos. **Anais...** Santos, SP: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1277-1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

TRAFICANTES USAM PANDEMIA PARA CRIAR ‘COMPLEXO DE ISRAEL’, UNINDO CINCO FAVELAS NA ZONA NORTE DO RIO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/24/traficantes-usam-pandemia-para-criar-novo-complexo-de-favelas-no-rio-deixam-rastro-de-desaparecidos-e-tentam-impor-religiao.ghtml>>.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, volume 1: porque as notícias são como são**. 4. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, volume 2: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. 4. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2023.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa (Portugal): Editorial Presença, 1987.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011.